

SARA SILVINA FERREIRA ROJAS

Espaços de caráter patrimonial

Reflexão sobre a realidade das cidades latino-americanas contemporâneas
e futuros cenários para o Porto de Assunção - Paraguai.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2011

SARA SILVINA FERREIRA ROJAS

Espaços de caráter patrimonial

Reflexão sobre a realidade das cidades latino-americanas contemporâneas
e futuros cenários para o Porto de Assunção – Paraguai.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do
Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências

Orientador: Dr. André Guilherme Dangelo Dornelles

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG

2011

FICHA CATALOGRAFICA

Ferreira Rojas, Sara Silvina.

F383e Espaços de caráter patrimonial [manuscrito] : reflexão sobre a realidade das cidades latino-americanas contemporâneas e futuros cenários para o Porto de Assunção – Paraguai / Sara Silvina Ferreira Rojas. - 2011.

241f. : il.

Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano. 2. Patrimônio cultural – Proteção. 3. Arquitetura – América Latina. I. Dangelo, André Guilherme Dornelles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD: 711.4

Sara Silvana Ferreira Rojas

ESPAÇOS DE CARÁTER PATRIMONIAL: Reflexão sobre a realidade das cidades latino-americanas contemporâneas e futuros cenários para o Porto de Assunção - Paraguai.

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dr. André Guilherme Dangelo Dornelles. EAUFMG
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Celina Borges Lemos. EAUFMG

Prof. Dr. Fábio José Martins de Lima. DAU FEUFJF

Sim, se encontram numa mesma linha a falta de saída que se abateu nosso mundo e a expectativa de que aconteça um milagre, essa expectativa de algum modo nos remete fora do âmbito político. Se o sentido da política e a liberdade, isto significa que nos, neste espaço e em qualquer outro, temos o direito a expectativa de um milagre. Não por que acreditemos (religiosamente) nos milagres, mais bem por que os homens, em quanto possam atuar, são capazes de realizar o improvável e o impossível, e o realizam continuamente, mesmo sabendo ou não.

Hannah Arendt

A DIOS por siempre darme la oportunidad de alcanzar mis objetivos y así poder continuar sonando.

A la MATER por acompañarme en todos los momentos difíciles y darme la fuerza necesaria para seguir adelante.

A MIS PADRE por todo lo que me dieron hasta hoy, porque todo se lo debo a ellos.

A PAULO por la paciencia y cariño que me ayudo a llevar adelante esta etapa, nada fácil, de la vida.

AGRADECIMENTOS

A Prof. André por ter aceitado ser meu orientador e pelas horas dedicadas.

A Prof^a Celina pelo carinho e as palavras de alento que me ajudarão a continuar nos momentos mais difíceis.

A Renata Araújo, secretária do Núcleo de Pós-Graduação, pela dedicação e paciência com que tratou de todas as questões.

Aos colegas de mestrados que acompanharam minha difícil adaptação.

A minhas irmãs brasileiras Isabella, Flavia, Adriana e Mara.

RESUMO

Esta dissertação investiga a problemática dos espaços de caráter patrimonial e sua adaptação à vida contemporânea das cidades na América Latina. Tem-se como objeto de estudo a “Zona portuária da cidade de Assunção”, a qual se encontra localizada no casco histórico desta cidade, às margens do Rio Paraguai. Este espaço urbano é considerado como ponto estratégico de partida para futuros projetos que serão levados a cabo na cidade e que afetarão de modo particular a realidade do centro histórico. Estes projetos pretendem incorporar novos fluxos urbanos, transformando a imagem e dinamismo atual do centro histórico da cidade. A realidade contemporânea dessa área, seu valor patrimonial histórico e cultural, sua qualidade urbana e ambiental, a sua paisagem cultural, foram as pautas que despertaram os fundamentos desta pesquisa. A mesma tem como finalidade explicitar noções básicas das implicações que poderão ter esses projetos, e sugerir considerações elementares para futuras propostas. Através da linha metodológica de pesquisa, que, passando pelos processos de valoração patrimonial, pelos discursos de intervenção elaborados nas últimas décadas do século XX, e pelos diversos componentes conceituais que estruturam esses discursos e seus resultados, em comparação com casos análogos na América Latina, buscar-se-á compreender os alcances das transformações urbanas nesta parte da cidade, gerando dessa maneira um instrumento válido para traçar possíveis cenários futuros.

Palavras Chave: Centros Históricos – Patrimônio – Intervenções Urbanas – Contemporaneidade – América Latina.

ABSTRACT

This dissertation investigates the problem of the space asset and its adaptation to the contemporary life of cities in Latin America, Having as its object of study the “Waterfront City Asuncion”, (which is located in its historic hull, in the bank of the Paraguay River. This urban space is considered as a strategic point of departure for future projects to be undertaken in the city and that will affect in particular the reality of the historical center. These projects aim to incorporate new urban flows, transforming the image and current dynamism of the historical city center. The contemporary reality of this area, its historical and cultural heritage value, urban and environmental qualities, its cultural landscape, were the ideas that sparked the foundations of this research. The goal is to generate basic notions about the implications that these projects may have and suggest elementary considerations for future proposals. By the methodological employed, witch goes trough the process of valuing assets and speeches of interventions in the last decade of the twentieth century, the various conceptual components that structure theirs discourses and results, linking them with similar cases in Latin America, we will try to understand the implications of the urban transformation in this part of town and thus generate a valid tool to trace possible future scenarios.

Keywords: Historic Centers-Heritage-Urban-Contemporary Interventions- Latin America.

RESUMEN

Esta disertación investiga la problemática de los espacios de carácter patrimonial y su adaptación a la vida contemporánea de las ciudades Latinoamericanas. Teniendo como objeto de estudio la “Zona portuaria de Asunción”, la cual se encuentra localizada en el casco histórico de esta ciudad, sobre las márgenes del Río Paraguay. Este espacio urbano es considerado como punto estratégico de partida para futuros proyectos que serán llevados a cabo en la ciudad, y que afectarán de modo particular la realidad del centro histórico. Estos proyectos pretenden incorporar nuevos flujos urbanos, transformando la imagen y dinamismo actual del centro histórico de la ciudad. La realidad contemporánea de esa área, su valor patrimonial histórico y cultural, su cualidad urbana e ambiental, su paisaje cultural, fueron las pautas que despertaron los fundamentos de esta investigación. La misma tiene como finalidad explicitar nociones básicas de implicancia que podrán tener estos proyectos, y sugerir consideraciones elementales para futuras propuestas. A través de la línea metodológica de investigación, que, pasando por los procesos de valoración patrimonial, por los discursos de intervención elaborados en las últimas décadas del siglo XX, y por los diversos conceptos que estructuran esos discursos e sus resultados, y por la comparación con casos análogos en América Latina, se buscará comprender los alcances y transformaciones urbanas en esta parte de la ciudad, generando de esa manera un instrumento válido para trazar posibles escenarios futuros.

Palabras Clave: Centros Históricos – Patrimonio – Intervenciones Urbanas– Contemporaneidad – América Latina.

LISTA DE FIGURAS.

FIGURA 1: Esquema de o processo metodológico a seguir.....	31
FIGURA 2: Mapa de America Latina.....	32
FIGURA 3: Mapa Assunção – Paraguai.....	33
FIGURA 4: Plano Bahia de Assunção - Casco histórico.....	33
FIGURA 5: Foto Cidade de Assunção, Zona Portuária.....	34
FIGURA 6: Foto Cidade de Assunção, Zona Portuária.....	34
FIGURA 7: Foto Cidade de Assunção, Zona Portuária.....	34
FIGURA 8: Esquema de processo de valoração patrimonial.....	35
FIGURA 9: Desenho Ruínas do Fórum Romano.....	36
FIGURA 10: Foto de La Basílica Saint-Nazaire, Carcassonne, Francia. Restaurada por Viollet-le Duc.Intervencionismo.....	38
FIGURA 11: Foto da Ruína do Templo de Apolo, Corinto. Estado de ruínas. Conservacioni.....	38
FIGURA 12: Desenho, Imagem da cidade modificada pela revolução Industrial....	41
FIGURA 13: Desenho, Reforma Urbana, modernista.....	42
FIGURA 14: Capa de LP de banda californiana (1975) representativa do fenômeno da renovação urbana no EUA.....	47
FIGURA 15: Foto de Normandia, reconstruída em 14 anos depois da liberação das tropas alemães no ano 1944.....	47
FIGURA 16: Foto, Abrindo caminho para a renovação urbana em Boston, inícios dos anos 1950.....	49

FIGURA 17: Foto, “Las ramblas” em Barcelona a princípios do século XX.....	50
FIGURA 18: Foto, “Las ramblas” em Barcelona , século XXI.....	50
FIGURA 19: Desenho de Quincy Market, Boston,1825-6.....	52
FIGURA 20: Foto de Faneuil Park & Quincy Market Boston, Massachusetts, 1988.....	53
FIGURA 21: Foto do Pelourinho, Salvador - Bahia - Brasil - à direita, Igreja de N.Sra. do Rosário dos Pretos – 1996.....	53
FIGURA 22: Foto Pelourinho, Salvador - Bahia - Brasil - à direita, Igreja de N.Sra. do Rosário dos Pretos – 2010.....	54
FIGURA 23: Foto Rambla del Puerto de Barcelona.....	56
FIGURA 24: Desenho, Forte primitivo de Assunção, idealização de Francisco Tolde Gabalda	62
FIGURA 25: Plano de Assunção feito por Don Félix de Azara e publicado no livro “Voyages dans L’Amerique Meridionale”. Em Paris, 1809.....	63
FIGURA 26: Plano de Assunção feito pelo Ing. Roberto Chodasewicz em 1869.	64
FIGURA 27: Desenho e fotos da Manzana de la rivera.	65
FIGURA 28: Manzana de la rivera.....	65
FIGURA 29: Manzana de la rivera.....	65
FIGURA 30: Foto do Palácio de Governo.....	66
FIGURA 31: Foto Panteão dos Heróis.....	66
FIGURA 32: Foto Estação Ferroviária Central C.A.L.	66
FIGURA 33: Desenho, 1869- Tropas brasileiras tomaram o Palácio dos López.....	67

FIGURA 34: Desenho, 1870- O palácio dos López bombardeado.....	67
FIGURA 35: Foto, Rua de Assunção, 1876.....	68
FIGURA 36: Foto, Rua Palma, Ano 1890.....	68
FIGURA 37: Foto, Rua Colón frente ao porto. 1885.....	68
FIGURA 38: Foto, Rua lateral do Mercado Guasú.....	68
FIGURA 39: Foto, La Recova nas décadas de 1860.....	69
FIGURA 40: Foto, La Recova em 2009	69
FIGURA 41: Foto, Plaza Isabel la Católica – 1892.....	69
FIGURA 42: Foto, Plaza Isabel la Católica – 2008.....	69
FIGURA 43: Vista do Porto de Assunção na década de 1850.....	70
FIGURA 44: Década de 1850. Edifício da Alfândega do Porto.....	70
FIGURA 45: Década de 1920, Edifício da Alfândega do Porto.	70
FIGURA 46: Década 2008. Edifício da Alfândega do Porto.	70
FIGURA 47: Cerâmica Grega.....	73
FIGURA 48: Pintura do período Renascentista, uma volta aos valores da cultura grega. Nascimento de Venus- Botticelli,1478.....	73
FIGURA 49: Imagens - Os fluxos culturais em movimento transnacionais.....	76
FIGURA 50: Desenho - O conflito das referencias culturais da produção cultural contemporânea.....	77
FIGURA 51: Desenho - Defesa da cultura popular como base da aceitação da diversidade	77
FIGURA 52: A tradição da cultura mítica Indiana, que marcas as pautas até os dias de hoje no estilo de vida do seu povo.....	79
FIGURA 53: America Latina, com base cultural na convivência	

com a diversidade étnica e racial.	82
FIGURA 54: A infância e uns dos períodos da vida na qual gravamos imagens que iram estruturar nossa cultura e identidade.....	84
FIGURA 55: Publicidade, Ditadura Latino-américa.....	88
FIGURA 56: Publicidade, Sim City, jogo para criar o teu próprio mundo no cyber espaço.	92
FIGURA 57: Foto, O mundo fantástico de Walt Disney.....	92
FIGURA 58: Foto, O mundo paralelo dos mangás, cosplays e afins.....	93
FIGURA 59: Foto, Metro, lugar de trânsito.....	94
FIGURA 60: Foto, Cruzamento de Avenidas.....	94
FIGURA 61: Foto, Casais jovens no convívio nas áreas revitalizadas.....	96
FIGURA 62: Washington News.....	96
FIGURA 63: Greenwich Village / Intersecção SOHO	97
FIGURA 64: Áreas revitalizadas / SOHO.....	97
FIGURA 65: Rua aleatória no centro histórico de Quito-Ecuador. Centro Histórico Patrimônio Cultural da Humanidade a partir de 1978.....	101
FIGURA 66: Praça da Catedral, La Havana-Cuba. Centro Histórico Patrimônio Cultural da Humanidade a partir de 1982.....	101
FIGURA 67: Machu Pichu (Peru) “A cidade perdida dos Incas”. Combinação de intervenção humana num impressionante cenário natural.....	104
FIGURA 68: Vista da Cidade do Rio de Janeiro. Paisagem Cultural não só de uma cidade, mas de um país.	107

FIGURA 69: Foto, Porta da Cidade Velha, Montevideu – Uruguai.....	109
FIGURA 70: Foto Mercado, Salvador, Bahia – Brasil.....	109
FIGURA 71: Porto Madeiro, Buenos Aires -Argentina.....	110
FIGURA 72: Porto do Rio de Janeiro, RJ- Brasil.....	110
FIGURA 73: Plano da colônia de Montevideu – Ano 1783.....	112
FIGURA 74: Cidade, território após a demolição das muralhas, em 1829. Vista geral tomada do cemitério novo. 1840. Adolphe D’Hastrel. Litografia. 34,6 x 43,5 cm. Museu Histórico Municipal.....	113
FIGURA 75: Postal da Baía e porto de Montevideu, a partir da península (Cidade Velha). 1910.....	114
FIGURA 76: Foto, Mercado do Porto 1940.....	114
FIGURA 77: Praça da Independência, século XX.....	117
FIGURA 78: Reciclagem cooperativo.	119
FIGURA 79: Reciclagem com destino a oficinas e comércio sobre Praça Matriz. 1998	119
FIGURA 80: Vista aérea, da Cidade de Montevideu	120
FIGURA 81: Rua para pedestres das áreas revitalizada.....	121
FIGURA 82: Rua das áreas revitalizada.....	121
FIGURA 83: Foto, Cidade Velha, Passeio Sarandí.....	121
FIGURA 84: Foto, Praça Zabala.....	121
FIGURa 85: Foto, Vida Barrial, rua da cidade velha.	122
FIGURA 86: Foto, Rua Bartolome Mitre.Uso pedestre, bares e boates.....	122
FIGURA 87: Foto, Salvador, Bahia de todos os Santos, 1ra Capital Brasileira....	127

FIGURA 88: Foto, Salvador, Cidade Alta e Cidade Baixa.....	..128
FIGURA 89: Foto dos casarões de cinco pisos, que se situavam no Comércio, junto ao cais do Porto de Salvador, foram derrubados. – Salvador da Bahia no Século XIX.....	..128
FIGURA 90: Foto, Rua Chile esquina com Praça Municipal-Salvador -século XIX.....	129
FIGURA 91: Foto, Av. Sete – 1941.....	..129
FIGURA 92: Foto da Avenida do Contorno, Salvador- Bahia. Projetada pelo Arq. Diógenes Rebouças, construída entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa – 1958.....	..130
FIGURA 93: Foto, Imagem de Salvador – 1957.....	..131
FIGURA 94: Foto, Baiana da primeira metade do século XX.....	..131
FIGURA 95: Foto, Capoeira – Salvador.....	..131
FIGURA 96: Foto, Abaeté, século XX.....	..131
FIGURA 97: Foto, Pelourinho – Década de 1970.....	132
FIGURA 98: Foto, Pelourinho – 1985.....	..133
FIGURA 99: Foto, Largo do Cruzeiro de São Francisco.....	..133
FIGURA 100: Foto, O Pelourinho do poder branco.....	..135
FIGURA 101: Gravura, O Pelourinho do escravo.....	..135
FIGURA 102: Foto, O Pelourinho da prostituição e o deterioro social.....	..135
FIGURA 103: Foto, O Pelourinho da nova negritude.....	..135
FIGURA 104: Foto, Bairro Pelourinho/Maciél. Imagens da degradação ambiental e social do lugar. Ano 1979.....	..137
FIGURA 105: Foto, Samba de Roda Marujada. Cultura	

Popular do interior da Bahia.....	138
FIGURA 106: Foto, Trio Elétrico, carnaval da Bahia. Cultura de Massa.....	138
FIGURA 107: Publicidade, Cultura como Mercadoria.....	139
FIGURA 108: Foto, Grupos famosos nacionais e internacionais utilizam o Pelourinho como telão de fundo para suas gravações	140
FIGURA 109: Foto, Roda de Capoeira.....	140
FIGURA 110: Foto, Movimento Sociocultural “OLODUM”	141
FIGURA 111: Foto, As suas ruas e a sua gente.....	141
FIGURA 112: Foto, Rituais cotidianos.....	141
FIGURA 113: Foto, O dia a dia da sua gente.....	141
FIGURA 114: Vista aérea, Zona do Pelourinho – Cidade Alta, Salvador.....	142
FIGURA 115: Foto, Fundo de casas no Pelourinho. Descaso e abandono.....	144
FIGURA 116: Foto, Política de Marketing turístico.....	144
FIGURA 117: Foto, Michael Jason, anos 90.....	146
FIGURA 118: Foto, Baianas no Pelourinho.....	146
FIGURA 119: Foto, Casas em Ruínas.....	146
FIGURA 120: Foto, Capoeira frente à Igreja de São Francisco.....	146
FIGURA 121: Foto, Marginalidade.....	146
FIGURA 122: Gravura, Buenos Aires, primeira fundação em 1536.....	149
FIGURA 123: Aduana Nueva, construída pelo inglês Eward Taylor. 1855. Demolida em 1894.....	150
FIGURA 124: Foto, A vista de perfil da Aduana, de fundo a casa de governo e a esquerda o prédio do Ferrocarril.	150
FIGURA 125: Foto, Porto Madeiro. 1897.....	150

FIGURA 126: Foto, Porto Madeiro. 1932.....	150
FIGURA 127: Foto aérea, Porto Novo, vista aérea tomada em 1939.....	151
FIGURA 128: Foto, Antigas docas em tijolos e estrutura de ferro. Trabalhos de reciclagem. Setor oeste.....	153
FIGURA 129: Foto, Edificações no setor este.....	153
FIGURA 130: Foto, Arranha-ceús projetados pelo arquiteto argentino Cesar Pelli.....	153
FIGURA 131: Foto, Parques costeiros lado este.....	153
FIGURA 132: Foto, Torre do arquiteto argentino Cesar Pelli.....	154
FIGURA 133: Foto, Museu da coleção Fortabat, obra do arquiteto uruguaio Rafael Viñoly 2008.....	154
FIGURA 134: Foto, Hotel Faena. Intervenção realizada pelo arquiteto francês Philippe Starck.	154
FIGURA 135: Foto, Ponte “de las mujeres”, do arquiteto espanhol Santiago Calatrava.....	154
FIGURA 136: Foto, Mudança de escala.	156
FIGURA 137: Foto, "Cow Parade Buenos Aires 2006", exposição de artistas famosos do mundo todo.....	156
FIGURA 138: Foto, Porto Madeiro vista para a área central.....	157
FIGURA 139: Mapa, Porto Madeiro y reserva ecológica.....	157
FIGURA 140: Foto, Porto Madeiro, uma nova imagem para a cidade.....	159
FIGURA 141: Fotos, Reserva natural.....	154
FIGURA 142: Detalhe de uma pintura de 1841 do francês Jules de Sinety mostrando o porto do Rio e o Mosteiro de São Bento	

sobre o morro.....	162
FIGURA 143: Gravura Porto do Rio de Janeiro, 1861.Thomas Ender.....	162
FIGURA 144: Foto, Porto do Rio de Janeiro, 1942.....	162
FIGURA 145: Foto, Praça Mauá década de 20.....	163
FIGURA 146: Foto, Túnel dos irmãos-1940.....	163
FIGURA 147: Foto, Via perimetral paralela a linha do cais.....	164
FIGURA 148: Foto, Vista da parte baixa da via.	164
FIGURA 149: Desenhos e Fotos, Processo de formação da Área Portuária do Rio de Janeiro.....	165
FIGURA 150: Foto, Casas no bairro da Gamboa.....	168
FIGURA 151: Foto, Casas do Morro da Conceição.....	168
FIGURA 152: Projeto do Guggenheim-Rio, Jean Nouvel. 2002.....	169
FIGURA 153: Vista geral da área correspondente ao “morro” da Saúde.....	170
FIGURA 154: Planta, Primeira Pro posta para o Píer Mauá.	171
FIGURA 155: Projeto do arquiteto Santiago Calatrava, Museu do Futuro.....	172
FIGURA 156: Foto aérea, Zona Portuária do Rio e adjacências.....	172
FIGURA 157: Vista geral do eixo porto ocupado pelos armazéns, a via perimetral e a volumetria pro posta pelos projetos de renovação urbana da prefeitura.....	174
FIGURA 158: Propostas de utilização para a área portuária do Rio nas Olimpíadas de 2016.....	176
FIGURA 159: Perspectiva, O Museu de Arte do Rio (MAR), que integra o Porto Maravilha, programa de revitalização da Zona Portuária, será instalado na Praça Mauá, no Palácio Dom João VI	177

FIGURA 160: Perspectivas Prédio para o AquaRio.....	177
FIGURA 161: Foto Via Perimetral e armazéns do Porto do Rio.	
Vista por cima.....	178
FIGURA 162: Foto, Via Perimetral e armazéns do Porto do Rio.	
Vista por Baixo.....	178
FIGURA 163: Via Perimetral do lado esquerdo os armazéns do Porto	
do Rio, do lado dir. prédios antigos abandonados.....	179
FIGURA 164: Prédios antigos afetados pelos efeitos da perimetral,	
prejudicando na qualidade ambiental do lugar.....	179
FIGURA 165: Foto, Pedra do Sal.....	181
FIGURA 166: Foto, Morro da Conceição.....	181
FIGURA 167: Foto, Ladeira do João Homem no Morro da Conceição.....	181
FIGURA 168: Foto, Morro da Providencia ocupada no ano 1897.....	181
FIGURA 170: Foto aérea, Cidade do Samba.....	183
FIGURA 171: Foto, Cidade do Samba. Vista lateral.....	183
FIGURA 172: Foto, Utilização dos galpões e do cais do porto	
para atividades culturais.....	183
FIGURA 173: Foto, Edifício Ex - Cervejaria Paraguaia.....	185
FIGURA 174: Foto, Casa Fratta, Obra do Maestro Henrique Clari.	185
FIGURA 175: Foto, Edifício Marco Polo.....	185
FIGURA 176: Foto, Hotel Guarani Construído entre 1958/1961.....	186
FIGURA 177: Foto, Edificio del Lido Bar , Arq. Francisco Canese - 1949/50....	186
FIGURA 178: Foto, Sede do Partido Colorado Arq. Homero Duarte - Dec 50....	186
FIGURA 179: Foto, Assunção década de 1990.....	187

FIGURA 180: Foto, Rua Cerro Corá.....	..188
FIGURA 181: Foto, Rua Palma.....	188
FIGURA 182: Foto, El Bolsi, sobre a rua Estrella.....	..189
FIGURA 183: Foto, El Lido, sobre a rua Palma189
FIGURA 184: Foto, Teatro Municipal. Restaurado em 2003.	189
FIGURA 185: Vista desde o rio Paraguai da Zona Portuária. Final do sec. XIX190
FIGURA 186: Vista do porto sobre a rua colón e desde a praia Montevideú. Final do sec. XIX191
FIGURA 187: Vista do cais e dos armazéns. Década de 1930.....	..191
FIGURA 188: Foto, Vista da Cidade de Assunção desde o rio Paraguai.....	..191
FIGURA 189: Foto, Fachada sobre a rua colón.....	..192
FIGURA 190: Vista aérea parcial da Zona Portuária.....	..192
FIGURA 191: Foto, Fachada do prédio do Porto sobre o Rio Paraguai.....	..192
FIGURA 192: Vista aérea parcial da Zona Portuária.....	..192
FIGURA 193: Foto, Cais e armazéns do porto.....	..192
FIGURA 194: Foto, Armazéns do Porto.....	..192
FIGURA 195: Foto, Porto de Assunção.....	..192
FIGURA 196: Vista Aérea da Cidade de Assunção.....	..193
FIGURA 197: Foto, Prédio de “La Recoba”, venta de produtos artesanais regionais.....	..194
FIGURA 198: Foto, Comércio Varejistas de produtos básicos.....	..194
FIGURA 199: Foto, Esquina Colón e Paraguaio Independiente. Principio do Sec.XX	195

FIGURA 200: Foto, Esquina Colón e Paraguaio Independiente. Década de 50 do século XX.....	195
FIGURA 201: Foto, Esquina Colón e Paraguaio Independiente.....	..195
FIGURA 202: Foto, Edifício Marco Pólo. Colón y Presidente Franco.....	..195
FIGURA 203: Foto, Chopería del Puerto.....	..196
FIGURA 204: Foto, Pirata Bar196
FIGURA 205: Foto, Centro Cultural Manzana de la Riviera.....	..196
FIGURA 206: Foto, Edifício Colón. Dec. 80 e esquina da Recova.....	..196
FIGURA 207: Foto, Outros edifícios em altura na área.....	..196
FIGURA 208: Foto, Edifício Industrial Paraguaya. Ano 1905.....	..197
FIGURA 209: Foto, Edifício Ex- Industrial Paraguaya. Ano 2009.....	..197
FIGURA 210: Foto Edifício da Ex-APAL, atual Museu do Bicentenário.....	..198
FIGURA 211: Plano onde aparecem os 4 quarteirões da ex-cervejaria paraguaia y sua relação com o porto.....	198
FIGURA 212: Desenho, Nesta área se encontrava o prédio da ex- cervejaria nacional a primeira do país, do lado do deposito “Arsenal-cué”...	..198
FIGURA 213: Foto, Prédios da Ex- fabrica da Cervejaria Paraguaia.....	..199
FIGURA 214: Foto, Prédios de ex-fabrica.....	..200
FIGURA 215: Perspectiva, 1er Premio do concurso.....	..200
FIGURA 216: Perspectiva, Um dos concorrentes.....	..200
FIGURA 217: Perspectiva, Um dos concorrentes.....	..200
FIGURA 218: Vista do Clube Mbigua banco São Miguel201
FIGURA 219: Foto, Barcaças para atravessai.....	..201
FIGURA 220: Foto, Praia Montevideú Final do sec. XIX201

FIGURA 221: Foto, Praia Montevideú. 1995.....	201
FIGURA 222: Foto, Praia Montevideú. 2009.....	201
FIGURA 223: Foto, Entrada a Praia Montevideú. 2009.....	201
FIGURA 224: O Porto visto desde a Loma São Jerônimo. Época da colônia.....	202
FIGURA 225: O Porto visto desde a Loma São Jerônimo. Década de 1850.....	202
FIGURA 226: Fotos, Loma São Jerônimo hoje.....	202
FIGURA 227: Foto, Assunção vista desde o banco São Miguel	203
FIGURA 228: Foto, Área de Lazer e deportes.....	203
FIGURA 229: Foto, Reserva Natura, refugio de aves migratórias.	203
FIGURA 230: Foto, Pequenas embarcações saindo desde a Praia Montevideú.....	204
FIGURA 231: Foto, Antigo lugar de intercambio comercial.....	204
FIGURA 232: Foto, Casas de diferentes épocas.....	205
FIGURA 233: Foto, Freqüentadores da área.....	205
FIGURA 234: Foto, Freqüentadores da área cultural e bares. Turistas na Recova.....	206
FIGURA 235: Foto, Fundo del Ex-Cabildo. 1950.....	206
FIGURA 236: Foto, Fundo del Ex-Cabildo. 2009. Barracos na rua fazem parte da “Chacarita”.....	206
FIGURA 237: Fotos, Vistas da “Chacarita” e sua gente.....	206
FIGURA 238: Foto, Vista do centro Histórico. Área de intervenção	211
FIGURA 239: 1º Proposta para o aterro.....	211
FIGURA 240: Desenho, Área de intervenção da pro posta.....	211
FIGURA 241: Desenho, Línea e elevação a ser seguida para a via costeira.....	212

FIGURA 242: Desenho, Vista geral da intervenção.....	212
FIGURA 243: Desenho, Vista da área de lazer.....	212
FIGURA 244: Perspectiva da via costeira.....	212
FIGURA 245: Primeira etapa da proposta de intervenção.....	214
FIGURA 246: Proposta do aterro para a construção da via costeira.....	214
FIGURA 247: Propostas para o Parque bicentenário.....	214
FIGURA 248: Estrutura urbana e integração com a via costeira.....	215
FIGURA 249: Fotos, Rua Independência Nacional.....	216
FIGURA 250: Fotos, Rua 14 de Maio.....	216
FIGURA 251: Fotos, Av. Costeira, sua inserção na estrutura urbana.....	217
FIGURA 252: Fotos, Rua Montevideú.....	217
FIGURA 253: Fotos, Av. Colón, que começa frente ao Porto.....	218
FIGURA 254: Projeto Ciudadela.....	220
FIGURA 255: Proposta de intervenção para revitalização do Porto.	220
FIGURA 256: Imagem de possíveis intervenções.....	221
FIGURA 257: Relação cidade-rio.....	222
FIGURA 258: A população local	223
FIGURA 259: Fortalecimento das iniciativas e dos espaços culturais.....	224
FIGURA 260: Imagem de zona para investimentos.....	225
FIGURA 261: Imagens das varias formas que poderá afetar.....	226
FIGURA 262: Le Parc, Puerto Madero - Buenos Aires.....	232
FIGURA 263: Linha Amarela, Rio de Janeiro.....	232

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	26
1.2 Apresentação do caso de estudo.....	32
2 ESTUDO DIACRONICO. Processos e evolução histórica	
2.1 Do Monumento ao Centro Histórico.....	35
2.2 Intervenções em centros urbanos ocorridas nos últimos 50 Anos do século XX.....	44
2.3 A valoração do “espaço urbano patrimonial”.....	58
2.4 Centro Histórico de Assunção, Paraguai. História como elemento de valoração dos espaços urbanos patrimoniais.....	60
3 ESTUDO SINCRONICO. Conceitos e Casos Análogos	
3.1 Conceitos que concernem à conservação e intervenção nos Centros Históricos.....	71
3.2 Aplicabilidades dos conceitos nas intervenções em Espaços e Centros Históricos da América Latina contemporânea.....	109
4 ESTUDO DE CASO. Antecedentes, subsídios metodológicos e possíveis cenários para a área portuária de Assunção	
4.1 Centro Histórico de Assunção e o seu Porto. Séculos XX e XXI.....	185
4.2 Propostas de intervenção no centro histórico e suas implicações.....	207
5 Caracterização para possíveis cenários.....	221
6 Considerações finais.....	227
7 Bibliografia.....	234

1 INTRODUÇÃO

O centro tradicional da cidade, lugar mais dinâmico da vida urbana, animado pelo fluxo de pessoas, onde historicamente foram localizadas as diversas instituições públicas e religiosas, foi se transformando com o tempo em centro histórico, a partir do momento em que surgiram disputas com outros lugares, nos quais vão conformando-se as novas centralidades, o que faz com que o centro tradicional perca suas funções urbanas centrais. Essas novas centralidades apareceram impulsionadas pelos processos de industrialização, que favoreceram a aceleração dos processos urbanos no contexto da modernização da sociedade, dando origem a grandes aglomerações urbanas. Ao mesmo tempo em que os centros se congestionam pela intensidade de suas atividades, amplia-se a concorrência de outros locais mais interessantes para morar e viver (VARGAS; CASTILHO, 2009). As políticas de expansão urbanas foram transformando o modelo de cidade com esquema monoce[n]trico em esquemas police[n]tricos (GARCÍA, 2005). O êxodo de atividades tradicionais a outras grandes geradoras de fluxo, como as implementadas pelas instituições públicas, gerou assim uma substituição dessa atividade por outras de menor rentabilidade, informais e até ilegais. Dessa forma, esse espaço urbano entra em decadência, produzindo a deterioração da estrutura física, acompanhada de problemas na qualidade ambiental e da concentração de pobreza. (CARRIÓN, 2007).

Nas últimas décadas, a problemática dos Centros Históricos passou a fazer parte dos debates e discussões dentro das políticas urbanas. Na América Latina, o interesse pela conservação do patrimônio edificado adquire força a partir 1980¹, muitas cidades levam adiante obras e ações para a recuperação do patrimônio urbano - arquitetônico, não

¹Segundo Mendes Zancheti (2006), a crise econômica, especialmente a fiscal e a financeira, que se instalou nos países do continente, forçou a busca de modelos teóricos e alternativos de políticas públicas fora do paradigma desenvolvimentista que, desde os anos 1950, havia dominado o debate sobre o crescimento econômico e a urbanização.

obtendo o sucesso desejado devido ao fato de privilegiar a fatores históricos sobre fatores econômicos, religiosos, políticos e administrativos que sustentam a centralidade urbana (GARCÍA, 2005). O que preservar? O que mudar e como mudar? São questões que atualmente vêm à tona com mais evidência, na necessidade de encontrar esse ponto de equilíbrio que nesse «diálogo entre passado e presente». Nesse aspecto, David Harvey (1996) indaga sobre a possibilidade de criar algo novo, construído de forma socialmente responsável, considerando o que já existia antes;

[...] construir a próxima camada no palimpsesto urbano, de forma a canalizar aspirações e necessidades futuras sem violentar em demasia tudo o que já foi feito antes. Parte do legado do passado terá que ser obviamente descartado. Construções degradadas e em ruínas certamente devem ser demolidas e locais abandonados merecem uma revitalização (HARVEY, 1996; p.171).

Nos debates atuais sobre a intervenção nos centros históricos são focados como objetivos principais a preservação, revitalização e reintegração nas dinâmicas atuais dos seus respectivos contextos urbanos. Em volta do centro das cidades, a nova inserção de vida nas antigas cidades propõe grandes desafios para os construtores da urbanidade. Centralidades Intraurbanas, acessibilidade, simbologias existentes, relações humanas que dão sustento ao espaço, novas metodologias, técnicas e conceitos. Despertando interesse em novas perspectivas analíticas e mecanismo de intervenção que superem os paradigmas monumentais (CARRIÓN, 2005).

A cidade de Assunção no Paraguai, que data de 1537, uma das primeiras fundadas no continente sul-americano, não é uma exceção à crise urbana e social que afeta os centros históricos. Há mais de uma década e meia vêm sendo formulados e reformulados projetos buscando introduzir um novo dinamismo ao centro histórico. Esta pesquisa nasce à luz das indagações que surgem dessas propostas. Que faz um recorte urbano deste centro histórico com intenção de concentrar a atenção neste foco: a “Zona Portuária”. Espaço que deu origem à cidade, e um dos pontos que sofre há mais tempo com o fenômeno do abandono e deterioramento, sendo considerado como o

ponto de partida para a aplicação de um dos projetos mais anelados da última década: o projeto “Franja Costeira”. Este conta com uma avenida costeira como elemento estruturador, acompanhado de uma série de outras propostas em nível urbanístico, e o instigando de várias questões como: será possível que instrumentos urbanos em nível viário possam revitalizar as áreas centrais dessa cidade? O impacto dos fluxos urbanos pode ser assimilado pela estrutura urbana que contém a grande massa de prédios de valor patrimonial existentes? O impacto ambiental que é produzido pelo tráfego veicular é compatível com a preservação de espaços urbanos de caráter patrimonial e de áreas de preservação de ambientes naturais como são as costas do Rio Paraguai? Até que ponto a imagem da paisagem cultural da cidade será afetada? Como considerar o centro histórico ou as áreas de espaços patrimoniais como parte orgânica da cidade, sem deixar de lado a realidade de suas peculiaridades? Quais seriam os melhores procedimentos a serem adaptados para reintegrar essa área à vida urbana, introduzindo-la na vida econômica e social da cidade?

Sendo assim, o objetivo mais abrangente desta pesquisa é o de compreender a realidade dos espaços patrimoniais nas cidades de América Latina, por meio de experiências destacáveis e de contextos semelhantes aos do objeto de estudo. Experiências já vividas ou com dificuldade de serem aplicadas podem servir para dar respostas às questões que surgem com os projetos planejados para a cidade de Assunção e, em partícula para sua Área Portuária. Isto se dará dentro de parâmetros conceituais concentrados nas seguintes dimensões; sociocultural e espaço-funcional, espacial. Essas são consideradas dimensões que contêm uma diversidade de conceitos que interferem no acontecer dos espaços patrimoniais a serem analisados.

Para poder obter alguma dessas respostas, foi desenhado o seguinte processo metodológico: pretende-se, inicialmente, realizar uma leitura diacrônica do processo de compreensão e valoração do patrimônio histórico, partindo das primeiras noções, que tiveram como alvo o monumento histórico, até a consideração dos núcleos urbanos como lugares que guardam a vida e a história das diferentes culturas. Como também dos diversos processos de reinvenção e transformação das áreas urbanas antigas, ocorridas no mundo nos últimos 50 anos do século XX. Isso com a intenção de entender as diferenças e particularidades das centralidades na América Latina. Dentro

dessa linha de leitura histórica, cabe incorporar o processo de conformação da cidade e da Zona Portuária como objeto de estudo.

Num segundo momento, por meio de uma leitura sincrônica, serão extraídos alguns conceitos que caracterizam as teorias e discursos aplicados na revitalização dos centros históricos. Com a definição desses conceitos, adquirem-se as ferramentas para realizar uma leitura depurada de casos análogos dentro do contexto latino-americano, o que nos permitirá formular um perfil elementar da realidade contemporânea desses centros históricos e servirá, no processo final, para criar possíveis cenários futuros das propostas existentes e das realidades localizadas nos casos análogos.

Tendo em conta este processo metodológico de análise, a dissertação se organizou em quatro capítulos. O primeiro introduz o tema e localiza o objeto de estudo. Os capítulos seguintes se definem por três tipos de estudo, definidos dentro do processo metodológico inicial. O segundo capítulo faz um estudo diacrônico. Por meio de um percurso histórico são apresentados: a evolução dos conceitos de valoração do patrimônio histórico desde o monumento – passando pelo sítio, conjunto, bairro, centro – até chegar ao conceito de Cidade Histórica, usando-se, para isso, os discursos de John Ruskin (1819-1900), Camilo Sitte (1843-1903), Gustavo Giovannoni (1873-1947), os escritos de Françoise Choay (1925-?) e as diferentes Cartas Patrimoniais referentes a esse processo. A sequência dos diversos tipos de intervenção realizados desde a segunda metade do século XX até nossos dias são considerados para definir os parâmetros teóricos aplicados nesse processo, que tem como base o texto de Helena Comin Vargas e Ana Luisa Howard de Castilho, e trabalhos do FLACSO, coordenados por Fernando Carrión. Com essa base conceitual, surge a proposta do conceito de “espaços urbanos patrimoniais”, concebido a partir da realidade contemporânea das cidades, e, de forma essencial, de uma leitura latino-americana, a partir da conformação multicultural, e as dificuldades com a aceitação do herdado, para tanto, fundamenta-se em textos de Ramon Gutiérrez (1939) e Florência Quesada. Para entender a presença desse conceito na cidade de Assunção, faz-se pertinente conhecer os principais momentos históricos que influenciaram em sua conformação.

No terceiro capítulo, será feito um estudo sincrônico dos conceitos que incidem na estruturação teórica dos discursos e projetos para a intervenção nas centralidades históricas, definidos dentro de dois grupos que serão chamadas de “dimensões”, de modo a serem utilizados como ferramentas, na interpretação dos casos análogos. Por um lado tem-se a “dimensão humana” composta de parâmetros socioculturais, que abrange os conceitos de cultura, identidade, significantes e memória. Por outro a “dimensão física” com parâmetros espacio-funcional, com os conceitos paisagem cultural, autenticidade, economia urbana, gentrificacao, inclusão social e turismo cultural. Conceitos elaborados com base em teóricos como Ramon Guitierrez , Edward Soja, Niel Smith entre outros.

Os conceitos definidos dentro dessas dimensões serão entrecruzados com projetos de espaços e centros históricos da América Latina. Esse contexto foi escolhido considerando sua proximidade territorial com o «caso de estudo» e sua repercussão em nível de crítica especializada e social. Como referência de centro histórico são considerados os casos do “Pelourinho” em Salvador, Brasil e “Ciudad Vieja” em Montevideú, Uruguai. Para o caso dos espaços urbanos patrimoniais, o “Porto Madeiro” em Buenos Aires, Argentina e o “Porto do Rio de Janeiro” no Rio de Janeiro, Brasil. Para esses casos, utiliza-se como referência estudos empíricos elaborados por Milton Santos, Francisco Bonilla, Rodolfo Bertoncello, Clarissa Moreira, entre outros.

O quarto capítulo correspondente ao «Estudo de Caso», e tem como objetivo específico apresentar o perfil contemporâneo do centro histórico da cidade de Assunção, as características peculiares da Zona Portuária, e definir possíveis cenários futuros para essa área. Por meio de antecedentes extraídos do espaço temporal correspondente ao final do século XX e princípios do XXI, com base em estudos realizados em textos e percepções *in situ*. Também serão apresentados os projetos que foram elaborados nos últimos anos para a cidade e suas implicações sobre a Zona Portuária e o Casco Histórico da cidade.

Como fase final, será realizado o cruzamento dos dados extraídos das experiências dos casos análogos apresentados no terceiro capítulo, com as propostas encontradas nos projetos do quarto capítulo. Processo metodológico que permitirá delinear possíveis

cenários futuros para a zona². Isso permitirá chegar ao resultado das «Considerações finais», baseadas nas questões analisadas, com a intenção de constituir um elemento teórico que possa subsidiar futuras propostas e intervenções.

PROCESSO METODOLÓGICO

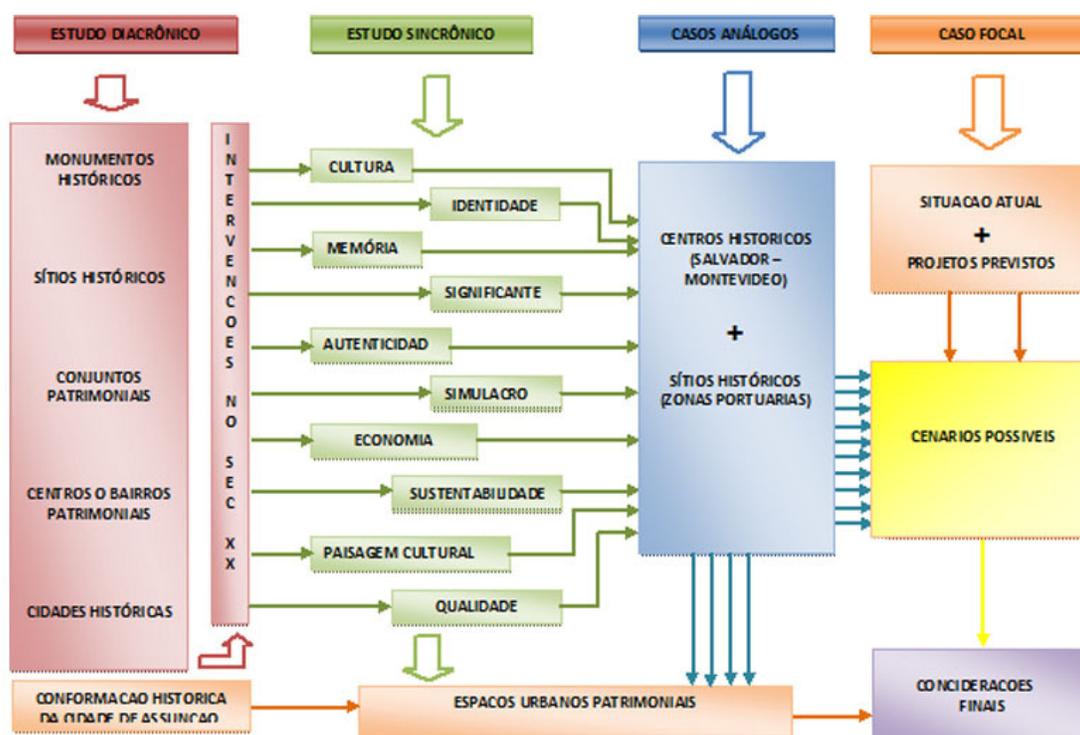


FIGURA 1: Esquema de o processo metodológico a seguir
Fonte: Elaboração pessoal.

² Possíveis cenários: Metodologia incorporada nos estudos empíricos de Clarissa Moreira para a Zona Portuária do Rio de Janeiro.

1.2 Apresentação do Caso de Estudo

Esta pesquisa fará um recorrido por uma serie de cidade da America Latina, analisando os diversos espaços de caráter patrimonial que conformam os seus centros históricos. Mas terá como foco principal a “Zona Portuária” sobre a Bahia de Assunção, na margem direita do Rio Paraguai, que contorna a cidade de Assunção. Cidade denominada na sua fundação, no ano 1537, como “Nossa Senhora Santa Maria da Assunção”, capital da Republica do Paraguai, localizado no coração do continente da America do Sul.



FIGURA 2: Mapa de America Latina
Fonte: <http://www.mapaamericalatina.com>



FIGURA 3: Mapa do Paraguai com a sua localização no continente Sul Américo e a cidade de Assunção.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 4: Baía de Assunção e sua localização no Casco histórico.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 6: Area correspondente ao Porto de Assunção. Vista desde o Rio Paraguai.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 6: Area correspondente ao Porto de Assunção. Vista desde o Banco São Miguel.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 7: Cidade de Assunção, Zona Portuária. Vista desde a Av. Colón para o Bahia de Assunção.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>.

2 ESTUDO DIACRÔNICO. MUDANÇAS PRODUZIDAS NA COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS PATRIMONIAIS.

O propósito deste capítulo é o de compreender o processo evolutivo do conceito de patrimônio histórico, partindo do monumento histórico até sua conceição em nível cidade. E do processo que deu origem aos diversos tipos de intervenção em nível urbano na segunda metade do século XX. E na compreensão desse processo surge a proposta teórica da conceição do “espaço patrimonial urbano”, baseada essencialmente em centros históricos da América Latina e na sua diversidade espacial urbana. E por último a composição histórica que permite compreender a conformação urbana da cidade de Assunção, Paraguai, cidade onde se encontra inserido o objeto de estudo.

Utilizando a história como ferramenta de entendimento da conformação de conceitos e teorias, que estruturam as diferentes linhas de pensamentos e os discursos e propostas que justificam os diversos tipos de intervenção no patrimônio cultural.

2.1 DO MONUMENTO AS CIDADES HISTÓRICAS.

Este discurso pretende desmembrar o processo de valorização do patrimônio histórico, tendo como diretriz ampliar a abrangência do conceito em nível espacial. Como proposta metodológica para a apreensão da evolução do conceito.



FIGURA 8: Esquema de processo de valorização patrimonial.
Fonte: Elaboração pessoal.

O conceito de monumento provém etimologicamente do termo latino *monumentum*, que, por a sua vez, deriva do termo *monere* que significa advertir, lembrar. Refere-se à possibilidade que certos objetos têm de atuar sobre a memória, permitindo a mediação afetiva com o passado. Enquanto sua conceição como «monumento histórico», segundo Françoise Choay (2006) data do ano 1420, em Roma³, por meio dos humanistas que, com o rompimento com o mundo medieval, voltam seus olhares para a antiguidade clássica, reinterpretando-a à luz dos novos valores imperantes. Surgindo dessa fascinação pela antiguidade as primeiras normas para a proteção dos monumentos. A relação com os monumentos ganha uma nova dimensão, incorporando o valor que representa a grandiosidade do passado que se torna necessário conservar. E nos termos de Françoise Choay (2000), para o monumento adquirir o seu caráter de monumento é preciso que se de□ um tipo de distanciamento, capaz de gerar um olhar sobre o passado diferente daquele que se tem normalmente ao observá-lo. E é ao se manifestar um projeto de conservação e que o objeto de contemplação pode adquirir a categoria de histórica.



FIGURA 9: Ruínas do Fórum Romano. Representa a fascinação que exerce a cultura antiga que permite abrir passos a valorização do monumento.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

³ Com o restabelecimento da sede do papado em Roma, pois o Grande Cisma (1379-1417), por Martinho V em 1420. No meio de uma cidade devastada, em torno às ruínas, desenvolve-se um novo clima intelectual imerso na história que confirma o passado fabuloso de Roma. Os humanistas elevaram um protesto contra os saques produzidos nas ruínas, com o tempo os papas fizeram eco disso, proibindo a utilização das antiguidades como canteiras, mesmo que eles continuassem a extraí-las para suas próprias edificações (CHOAY, 2006).

Com a Revolução Industrial no século XVIII, momento em que se geram rupturas profundas com o passado, a defesa do monumento histórico ganhou maior importância. A cidade começa a se transformar na adaptação às demandas propostas pelas novas tecnologias⁴. Diante desse processo ambivalente de criação e destruição, aparecem as primeiras críticas ilustradas contra o caos existente. A sensibilização gerada com a degradação do entorno que provoca a industrialização e o romantismo da época destacam o valor artístico do monumento e conduzem ao refinamento jurídico e administrativo para sua proteção. A Revolução Francesa (1789-1799) é a que fortalece o significado do monumento histórico, assumido como memória viva da nação. É na França que em 1830 é criado o cargo de inspetor de monumentos históricos e em 1833 decretada a lei geral sobre monumentos históricos.

Com a sensibilização da necessidade de proteção dos monumentos históricos, e em torno da questão fundamental a esse propósito— “como conservar estes monumentos?”— gira um dos debates, mas prolongado desse âmbito, pois ele chega até nossos dias. Inicialmente, com o enfrentamento de doutrinas antagônicas, por um lado os «Intervencionistas» cujo maior expoente foi o arquiteto francês Eugène-Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879), que tinha como propósito primordial recuperar o monumento ao seu estilo original e até ideal. Considerando que “restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca num momento dado” (CHOY, 2006; p.156). Postura fundamentada numa concepção ideal e abstrata do monumento histórico, levando a afirmar que a restauração não tem por que ter em conta a autenticidade do objeto restaurado. Teoria conhecida também como «restauração estilística», considerando que a história de cada época supõe um estilo característico do ponto de vista filológico e formal, o que permitiria, a partir de estudos arqueológicos, compreender as regras gerais de cada estilo. Por outro lado, os Conservacionistas ou Anti-intervencionistas, representados pelo britânico John Ruskin (1819-1900), para ele a restauração e a conservação são noções incompatíveis considerando a pátina do

⁴ O território, a serviço das novas necessidades produtivas, e modificado de modo radical: estabelecimentos fabris no campo, perda dos antigos contornos da cidade, suas transformações interiores das mesmas, novas vias de comunicações terrestres, marítimas e ferroviárias, etc.

tempo⁵ faz parte da essência do Monumento Histórico. Pregando o total e absoluto respeito original das edificações, e que [...] querer restaurar um edifício é atentar contra a autenticidade que constitui a sua própria essência, [...] e que o destino de todo monumento histórico é a ruína (CHOAY, 2006; p.155).

[...] no tenemos el derecho de tocarlos. No nos pertenecen, pertenecen en parte a los que los construyeron y en parte a las generaciones que han de venir detrás. [...] no lo sería ahora cuando las inquietudes y los descontentos del presente usurpan en nuestros espíritus su lugar al pasado y al porvenir. La calma misma de la naturaleza nos es gradualmente arrancada” (RUSKIN, 1910; *apud* OLIVEIRA, 2008).⁶



FIGURA 10: La Basílica Saint-Nazaire, Carcassonne, França. Restaurada por Viollet-le-Duc. Intervencionismo.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 11: Ruína do Templo de Apolo, Corinto. Estado de ruínas. Conservacionismo
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

⁵ Trata-se de “*um termo utilizado por pintores, denominada por outros de pele ou crosta, isto é, aquele genérico tom escuro que o tempo faz aparecer em pinturas*”, aparece pela primeira vez publicada, em 1681, no dicionário Baldinucci. (ZACHETI, 2008, p.2)

⁶ [...] não temos o direito de tocá-los. Não nos pertencem, pertencem em parte àqueles que os construíram e em partes às gerações que não virão depois. [...] não seria agora que as inquietudes e os descontentamentos do presente usurpam em nossos espíritos seu lugar ao passado e ao porvir. A própria calma da natureza nos é gradualmente arrancada (Tradução Sara Ferreira)

Um das contribuições teóricas importantes para o conceito de monumento histórico foram as reflexões do vienense Alois Riegl (1858-1905). Ele, transpassando o nível meramente técnico da discussão, se situa no campo dos significados e valores do monumento. Na sua obra *Der Moderne Denkmalkultus*, publicada em Viena em 1903, apresenta seus principais eixos de pensamento, a diferenciação entre monumento e monumento histórico, os valores que os distingue e os que foram adquirindo em cada etapa histórica.

No final do século XIX, o italiano Camilo Boito (1836-1914), arquiteto, escritor e crítico de arte, propõem a teoria do «restauro moderno», buscando o ponto intermédio entre a postura inglesa e a francesa, considerando que o equilíbrio estaria no critério que pudesse defender a historicidade do monumento e que recuperasse sua imagem antiga do mesmo, propondo uma síntese entre o intervencionismo e o conservacionismo. Considera inevitável intervir quando estudos exaustivos assim o requeiram, mas sem chegar aos extremos das propostas de Viollet-Le-Duc. Respeitando sempre sua singularidade e a pátina que expressa o tempo que já passou sobre ele. Adotando critérios de mínima intervenção, diferenciando ostensivamente as partes correspondentes à nova obra, deixando nítida a diferença entre o original e o restaurado. Mas é na Conferência Internacional de Atenas para o restauro que essa teoria é consolidada, incorporando esses princípios às recomendações para a constante manutenção e consolidação dos monumentos. Surgindo dessa conferência a primeira carta patrimonial, a “Carta de Atenas, 1931”, despertando o interesse de outros países pela conservação, e incluindo dentro do conceito de patrimônio a mais dos monumentos, as obras de arte, a ciência e a técnica. Nessa carta é possível encontrar os primeiros indícios do interesse por manter elementos do conjunto que contém o monumento, considerando ademais a vegetação existente para poder manter a imagem pitoresca do lugar⁷.

⁷ CARTA DE ATENAS, de outubro de 1931. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. A- Conclusões gerais. III- A Valorização dos Monumentos. – A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. – Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.

A partir desse momento, a abordagem do patrimônio histórico passou a adquirir outras características, o monumento histórico passa a ser analisado tendo em conta a relação com o seu entorno, já não mais como monumentos isolados. A ideia de isolá-los ou destacá-los passa a ser compreendida como uma mutilação. Nesse contexto, o conceito de monumento histórico se amplia para o de conjuntos urbanos de algumas cidades, passando estas a serem apreendidas dentro do papel memorial de monumento quanto às edificações e estilo de vida. Surgindo dessa maneira novas polemicas a cerca de como conservá-las. Surgiram proposta de manter não só as cidades, mas também a forma antiga de habitá-las. Também surgiram propostas de deixar essa cidade fora do circuito de desenvolvimento, ou até que fossem transformadas em museu. (GRAMMONT, 2006, p.439)

Na busca por uma resposta a essa nova necessidade das antigas cidades, aparece o conceito de “patrimônio urbano”, motivado pela sensibilidade produzida pelas transformações do espaço urbano que são consequências da industrialização, da nova vida moderna. A incorporação desse conceito às discussões sobre a cidade antiga, a leva-a ser considerada objeto do saber histórico. Segundo Choay (2006) o termo “patrimônio urbano”, foi criado pelo italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947). Ele defende o valor de uso da cidade antiga, justificando, assim, a conservação do patrimônio, sem necessidade de congelá-la, ressaltando a importância do monumento contextualizado diante do monumento isolado.

[...] com uma tríplice formação, que lhe permitiu intuir como engenheiro que a implantação de grandes redes de comunicação e telecomunicação acarretaria num processo de desintegração da cidade densa, em benefício de uma urbanização difusa e na escala territorial; como arquiteto compreendeu que a nova sociedade não poderia funcionar unicamente na escala territorial, mas requeria unidades de vida na escala local; e como historiador de arte estabeleceu que a cidade pré-industrial, mesmo tendo um papel memorial, propedêutico e museal, podia igualmente desempenhar a sua função de cidade, pois sua forma e dimensão fazem dela um lugar para albergar determinados usos contemporâneos de proximidade. (JORI,2008;149-150)



FIGURA 12: Imagem da cidade modificada pela revolução Industrial.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Em oposição a essas ideias preservacionistas, aparecem os modernistas que propunham a ideologia da «tábula rasa»; destruir bairros inteiros substituindo-os por novas edificações padronizadas (arranha-céus), e conservando somente alguns monumentos de valor notório, inspirados na proposta de Le Corbusier (1887-1975) no Plano Voisin (1925). Em 1933, foi realizado o 1º CIAM⁸, que teve como manifesto a “Carta de Atenas, 1933”. Expressando nela fundamentalmente a preocupação dos arquitetos modernos com a questão das renovações urbanas que se faziam necessárias para a adaptação das cidades à vida moderna, com relação às circulações e a higienização das mesmas. Num dos itens que trata especificamente do Patrimônio Histórico das Cidades, a reflexão desse momento aponta que a conservação não deve afetar a qualidade de vida. “[...] em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e a saúde moral do indivíduo”.

⁸ Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

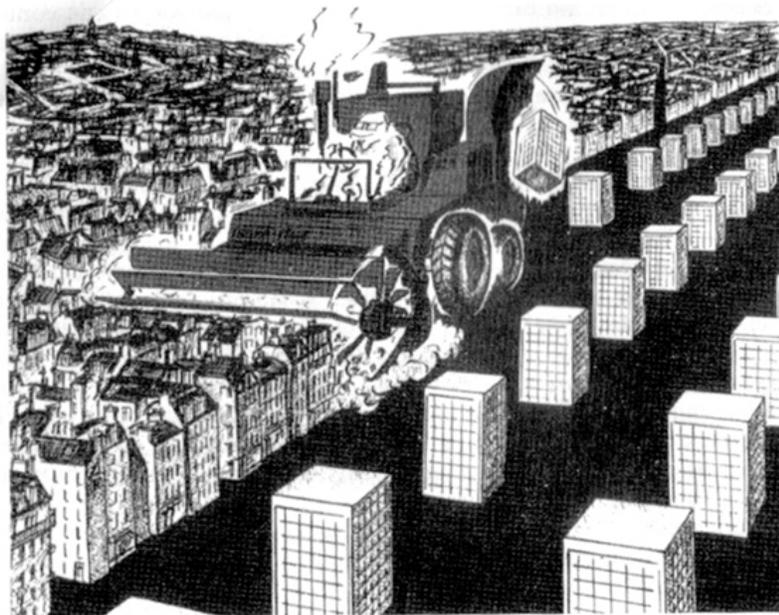


FIGURA 13: Reforma Urbana, modernista.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Essa reação reforçou por outro lado, o interesse em preservar a cidade, como um patrimônio histórico, pensando que a vida de uma cidade é um acontecimento contínuo que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco sua alma.

No ano 1962, em Paris, a XII Conferência da UNESCO, aprovou suas recomendações sobre o «entorno do monumento histórico», contemplando nos seus itens desde a especulação imobiliária até a poluição do ar. Documento conhecido como “Recomendações de Paris Paisagens e Sítios”. Segundo os objetivos⁹ da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e

⁹. [...] *salvaguarda e reconstituição da beleza das paisagens e sítios, naturais, rurais o urbano, devidos a natureza ou obra do homem, que apresenta um interesse cultural ou estético, o que constitui meios naturais característicos.* Recomendacao de Paris Paisagen e Sítios, 1962.

lugares, a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e dos lugares naturais, rurais ou urbanos, quer se devam à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural e estético, ou que constituem meios naturais característicos. Na Carta de Veneza de 1964, “*conservação e restauração de monumentos e sítios*” reivindica-se a produção cultural cotidiana como relevante para a preservação, tendo em conta que anteriormente só a produção monumental e excepcional era valorizada. Estendendo-se a ideia de patrimônio cultural ao entorno ou conjunto urbano. [...] *sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo uma significação cultural.*

No entanto, nas Normas de Quito de 1967, se encontra mais focado o caso propriamente ibero-americano. Ampliando o conceito para “lugares de interesse histórico e artístico”. Considerando que [...] *a ideia do espaço é inseparável do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra.* Em 1976, na Carta de Nairóbi, além de considerações acerca do meio ambiente e críticas ao Movimento Moderno, aparece o conceito de conjunto urbano ou tradicional. Foram produzidas recomendações relativas à conservação dos conjuntos urbanos diante da possibilidade de homogeneização e aculturação promovidas pela globalização.

Embora a reflexão e os primeiros trabalhos sobre os Centros históricos em alguns países da América Latina tenham sido forma iniciados a partir da segunda metade do século XX, só em 1986, na Carta de Washington, aparece formalizada a ideia de salvaguardar as Cidades e Bairros Históricos. Porque além de serem considerados documentos históricos, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

2.2 INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS NOS ÚLTIMOS 50 ANOS DO SÉCULO XX.¹⁰

A cidade, a mais de ser uma paisagem cultural em expansão, é uma realidade dinâmica onde os problemas de reorganização interna do espaço urbano, chamem-se de reforma interior, remodelação ou reabilitação, tem estado sempre presentes. Na prática o que muda é a escala das intervenções assim como o sentido das transformações. Por isso não existe uma doutrina permanente ou uma definição unívoca arquitetônica na cidade herdada, nem no urbanismo, são fenômenos cambiantes em função de interesses econômicos, valorações culturais ou modas profissionais. (TROITIÑO, 1992; p.25)

Essa cidade herdada, considerada assim depois da revolução industrial, mesmo existindo já um pouco antes intervenções na cidade, trouxe câmbios profundos para a cidade tradicional, marcando a diferença com suas novas necessidades de adaptar a cidade às exigências geradas pelas novas edificações industriais e sistemas modernos de comunicação. A partir disso, as centralidades tradicionais começaram a perder sua força. Essa centralidade, que outrora eram lugares do dinamismo urbano, do encontro, do intercâmbio de mercadorias e serviços, onde se localizavam as diversas instituições públicas e religiosas, refereência simbólica da cidade, foi, pouco a pouco, sendo abandonada. A expansão urbana se intensifica tanto de forma espontânea como de forma planejada, a noção de centro começa a diluir-se pelo surgimento de uma rede de subcentros. (VARGAS, 2008; CASTILHO, 2008; p.2)

¹⁰ Escrito elaborado com base no livro de VARGAS, Helena Comin, DE CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em centros urbanos. Objetivo, estratégias e resultados**. 2 ed. Barueri, SP: Manole 2009. Respectivamente Helena Vargas, Doutora em arquitetura e urbanismo e professora titular do departamento de projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Ana Luisa de Castilho, Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Esse centro herdado da cidade antiga passa a ser denominado “centro histórico”, pois é relacionado aos elevados valores de determinadas edificações emblemáticas que se destacam dentro da paisagem urbana (ALOMÁ, 2008; p.52). O centro histórico nasce no momento em que o centro tradicional começa a perder suas funções, quando surge a disputa de centralidade com centralidades novas dentro da cidade.

[...] produzida pela aceleração do processo de urbanização, no contexto da modernização da cidade, empurradas pelos processos de industrialização. Este processo de ca[m]bio acelerado gera uma reação das elites locais que se preocupam pelas perdas, reivindicando a criação de um marco institucional de defesa do imaginário cultural nacional (CARRIÓN, 2006; p.175)

A evolução do pensamento científico, e as mudanças econômicas, sociais e culturais explicam as ideias que surgem em torno à valoração da dimensão histórica da cidade como as formas de intervenção propostas. Intervir nos centros históricos pressupõe não somente avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção. A deterioração e degradação são os principais fundamentos que justificam a intervenção, produto dessa perda de centralidade que produziu grandes vazios sociais, passando a ser redutos de pobreza e marginalidade.

A partir de 1950, pode-se perceber uma maior preocupação pela intensificação dos processos de deterioração/degradação em tipos de cidades históricas. Para Heliana C. Vargas e Ana L. Howard de Castilho (2008) as intervenções urbanas propostas e executadas apresentam uma diversidade de objetivos e estratégias com resultados, algumas vezes, inesperados, surpreendentes ou distintos dos objetivos iniciais, os quais dirigem a reflexão elaborada por elas dentro da questão da importância real da recuperação dos centros urbanos. Elas identificam três tipos de intervenção em áreas urbanas degradadas no período correspondente à segunda metade do século XX, precisamente a partir dos anos cinquenta até 2004. Essa classificação será adotada como base para as análises deste ponto do estudo com a intenção de relacioná-los com a realidade e o processo que poderá afetar o objeto de estudo.

O primeiro tipo, dentro dessa classificação, é o considerado como “Renovação Urbana”. Suas manifestações podem localizar-se entre os anos 1950 à 1970 aproximadamente. Esse tipo de intervenção consiste na substituição das estruturas físicas existentes, envolvendo a demolição¹¹ de áreas mais ou menos vastas, para transformá-las em espaços novos para adaptar a cidade às “necessidades da vida moderna”, como: vias rápidas, viadutos, parques de estacionamento, edifícios para escritórios e habitações. Dessa forma, eles transformam a estrutura urbana e social das cidades, afetando diretamente o hábitat, na maioria das vezes, “popular” (ROJAS 2010).

Esse tipo de intervenção tem como antecedente fundamental a reforma de Paris, entre 1853 e 1869, feita sob a responsabilidade do administrador da cidade, o Barão Haussmann. Sua reforma constituiu um conjunto de determinações que constituía a urbanização de terrenos periféricos, alargamento e abertura de novas ruas dentro dos bairros antigos, reconstruções de edifícios e renovação das instalações com o fim de higienizar a cidade (BENEVOLO, 1994). Esse tipo de intervenção foi aplicado em vários países do mundo, tanto na Europa como na América.

As renovações urbanas na segunda década do século XX são originas e fundamentadas na raiz de fenômenos sociais marcantes. Por um lado, a Europa de pós-guerra (2da Guerra Mundial) precisa reconstruir de várias cidades, algumas por inteiro. Por outro, lado América do Norte, que vinha com uma expansão urbana em grande escala, o que gerará a criação dos subúrbios, esvaziando assim certas partes da cidade tradicional, aparece como nova proposta de renovação desses espaços abandonados no contrafluxo do processo de suburbanização.

¹¹ Demolir significa desfazer, derrubar, arruinar, em outras palavras, destruir. A demolição é, por essência, uma ação forte, que no plano simbólico constitui uma expressão de violência. A demolição do hábitat é vivida como uma “agressão” aos habitantes implicados, ao espaço, à cidade, à história dos lugares que vêm a desaparecer, o traçado de um momento concreto de sua consolidação (violência simbólica e real). Mas segundo Françoise Choay, a demolição tem correspondido sempre a uma necessidade histórica (ROJAS, 2010, p.3) Para certas culturas, demolir tem sido uma maneira de recomeçar. Como no Japão os rituais de demolição e reconstrução dos templos Shinto e outros lugares representam a renovação da fé.(CHOAY,2006, p.22) Tradução pessoal Sara Ferreira.

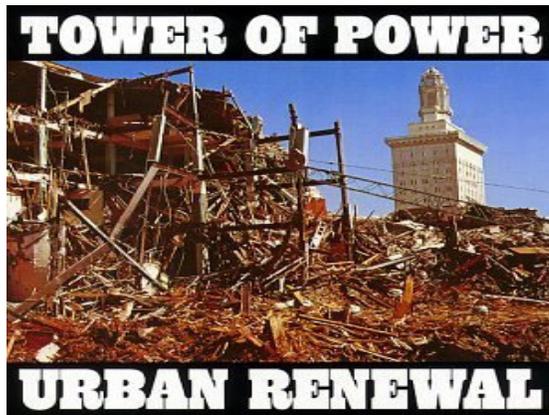


FIGURA 14: Capa de LP de banda californiana (1975) representativa do fenômeno da renovação urbana nos EUA.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 15: Normandia, reconstruída em 14 anos depois da liberação das tropas alemãs no ano 1944.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Essas ideias que irão estruturar e darão o suporte teórico-conceitual para as grandes intervenções e remodelações estão baseadas na visão ideológica do urbanismo do Movimento Moderno. A carta de Atenas de 1933 deu indícios das ações que sucederiam: “[...] *Nem tudo que é passado tem, por direito, a perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado*”. «Demolir e construir» para renovar viria a ser o propósito daquela geração. Os interesses e as ações dos idealizadores e dos patrocinadores de sua materialização estavam em consonância.

Em 1943 surgiu uma nova Carta de Atenas, publicada por Le Corbusier (representante máximo do movimento moderno). Nela se refere que, embora a salvaguarda de edifícios ou de conjuntos urbanísticos com valor cultural seja muito importante, não se pode sacrificar a qualidade de vida das populações, defendendo-se a necessidade de construir novas cidades que respondessem aos direitos fundamentais do indivíduo (habitação, trabalho, circulação, recreação) (OLIVEIRA, 1999 p.1)

Nos Estados Unidos, as cidades têm uma tradição diferente da europeia, muitas delas foram fundadas no contexto da expansão de linhas ferroviárias (com exceção de algumas da costa leste), sem planejamento público, sem centros históricos existentes, regulados somente pelas leis do mercado imobiliário. Empresários privados construíam a infraestrutura necessária em competição com outros empresários privados, com motivação de lucro privado e especulação de terras (HARMS, 2004). Esse panorama nos ajudara a entender a liberdade com que foi aplicada a «renovação urbana» nas cidades norte-americanas.

Para a segunda metade do século XX, a expansão das cidades com a geração de subúrbios e o impacto causado pela nova tipologia de “Shoppings Centers”, foram incentivos importantes para a migração a essas novas áreas, que trouxe a cidade tradicional consequências, tais como o abandono e a deterioração intensa da sua estrutura física e social. Como resposta a esse fenômeno urbano aparecem as propostas de «renovação urbana» das antigas áreas da cidade. Estas estiveram condicionadas à demolição de grandes áreas do tecido urbano e à sua reconstrução. Esse processo foi chamado de “Urban Renewal”, o qual não apresentava a mínima noção de preservação dos edifícios. Fundamentado na proposta de eliminar o congestionamento nas áreas centrais (uma espécie de intervenção higienista), por meio de grandes espaços para vias amplas, estacionamentos e instituições culturais. Já os edifícios que não eram demolidos tinham a possibilidade de ser utilizados para espaços de consumo na adaptação do conceito de *Shopping Center*.



FIGURA 16: Abrindo caminho para a renovação urbana em Boston, inícios dos anos cinquenta.
Fonte: Eric Bowers.

Na Europa, as intervenções urbanas se voltaram basicamente para a resolução de problemas de congestionamento e para a reconstrução do pós-guerra, baseadas no planejamento conduzido pelo Estado por meio da criação das “cidades novas”. (VARGAS; CASTILHO, 2008). Foram realizadas, por um lado, reconstruções históricas; por outro, modernizações radicais. Sofrendo as mesmas pressões tanto pelas doutrinas de parte do urbanismo progressista como da especulação imobiliária (ROJAS, 2010). Mas essa modernização radical, de certa forma, foi freada pelos importantes significados culturais que possuem as cidades europeias, impedindo o processo de deterioração e as demolições em larga escala, além daquelas que já foram causadas pela guerra. Aqui as atenções dirigiam-se à recuperação dos espaços públicos, passando a parecer ações que levam à “supervalorização” dos espaços intervindos. As quais são feitas com sucesso nas experiências voltadas à preservação dos valores emocionais imersos nas áreas antigas das cidades. Um dos exemplos dados por Vargas e Castilho são “As ramblas” de Barcelona, que consistem na renovação das ruas de um setor da cidade, direcionando-as para a função de passeio, consistindo num ponto atrativo na cidade.



FIGURA 17: “Las ramblas” em Barcelona a princípios do século XX
Fonte: Carlos Luis Zafón



FIGURA 18: “Las ramblas” em Barcelona, século XXI
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Muitos dos projetos realizados sob a visão da renovação urbana não tiveram tão bons resultados. Em certas cidades dos Estados Unidos, não foram encontrados investidores e as áreas demolidas permaneceram por vários anos vazias. Mas as ações da inovação dos *Shoppings Centers* em prédios antigos como o erigido em São Francisco frente à Baía, demonstraram que um produto diferenciado poderia atrair o público de volta ao centro. Outra consequência da renovação urbana foi o traslado da população de suas residências, descartando todo tipo de participação comunitária. Expulsão dos residentes, substituindo-os por estratos sociais de mais alta renda, iniciando-se, dessa forma, o processo de “gentrificação” nas áreas degradadas. Após anos desse tipo de intervenção, continuam se gerando críticas sobre a estética, o patrimônio e a questão ambiental, abalados por esse tipo de intervenção.

A partir de 1970 e até aproximadamente 1990, tomam força as ideias de «preservação urbana», a qual aparece como negação dos princípios propostos pelo modernismo. As causas da mudança de visão são várias. Uma delas é a desilusão com a qualidade da cidade moderna de pós-guerra, a resistência dos residentes a saírem das suas áreas de origem como crítica à demolição da cidade do século XVIII (HARMS, 2004). Por outro lado, o modernismo, com base no socialismo europeu, buscava a igualdade, esta ideia

parecia incomodar as classes sociais de elite, que era a detentora do capital e ávida da diferença (VARGAS; CASTILHO, 2008). O objetivo era a reabilitação do centro histórico como monumento cultural urbano, combinando com a troca de função nos edifícios coletivos. Estas novas idéias procuram preservar velhas qualidades dos edifícios, dos blocos urbanos e de espaços públicos locais, contando ademais com a participação das comunidades. A nova visão era o centro como sitio de viver, para as residências e para a vida urbana (HARMS, 2004). Essas ideias são mais representativas na sua versão européia, onde grandes estruturas urbanas antigas são reabilitadas como estações de trem, armazéns, mercados e teatros, introduzindo nelas atividades comerciais, de lazer e cultura.

Nos Estados Unidos, em vista das comemorações do Bicentenário da Independência, o interesse social pelo patrimônio nacional ganhou novo incentivo por meio de vários eventos e publicações que tratavam da história, do passado do país. As ideias preservacionistas passaram a fazer parte dos discursos de intelectuais da elite cultural e da população local. Mas também recebeu várias críticas, pela forma em que foi aproveitado no passado com fins de lucro. Uma das maiores críticas ao processo, Jane Jacobs (1961) planteia a necessidade de uma reação frente a os problemas da cidade atual e que não e por meio de vias expressas que cortam o tecido urbano que se irão construir as cidades (TROITIÑO, 1992)

Diversas reconstruções de edifícios foram realizadas em nome da preservação do ambiente construído. Isso despertou ampla preocupação de organizações - como a UNESCO - pela preservação em escala mundial. Buscando por meio de recomendações salvaguardar a vida e a integridade dos bens culturais. As quais, naquele momento, ainda refletiam o interesse pontual pelos prédios e intervenções isoladas sem a devida consideração com o entorno. Nas seguintes cartas, a partir de 1970, o interesse pela proteção não só dos edifícios pontuais ampliava-se aos conjuntos e entorno das áreas patrimoniais. Em 1976, na carta de Nairóbi, manifesta-se a necessidade de salvaguardar os conjuntos históricos e a sua função na vida quotidiana. Já em 1986 essa ideia é reforçada por meio da “Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas” em Toledo, que reflete sobre que [...] *as cidades ou centros ou bairros históricos com o seu*

enquadramento natural ou construído que, para além de sua qualidade de documento histórico, exprimam os valores das civilizações urbanas tradicionais. Desta maneira as abrangências destas recomendações vão mudando de acordo com as necessidades das cidades ou sítios históricos.

O objetivo principal desse tipo de intervenção estava fundado na valorização da memória, na defesa do patrimônio histórico (muito afetado no período anterior pelas demolições), e na ideia de que os centros históricos são de vital importância para a essência da vida urbana, pois neles são gerados a identidade e o orgulho cívico. Enquanto para os empreendedores imobiliários a valorização dos espaços aparece como aliada para a oferta de empreendimentos diferenciados. Os administradores das cidades passam a agir como empreendedores, propondo projetos de maior apelo popular. Trabalhou-se com ideias que poderiam atrair a população para o centro. Foram adotadas três ações: intervenção física por meio de projetos arquitetônicos, políticos, urbanos e programas de gestão compartilhada (VARGAS; CASTILHO, 2008).

As estratégias utilizadas foram várias; entre elas vender a “história” dentro de ambientes de compra. Nos Estados Unidos, a construção de *Shoppings Centers* funcionou como catalisador de processos de recuperação urbana. Outros exemplos reforçaram a importância de edifícios de uso misto e recorreram à fascinação que as obras arquitetônicas exercem sobre os indivíduos. Inicia-se a fase em que o universo simbólico resumido pela cultura, constituída pela associação entre museus, teatros, cinemas, livrarias, bares e lugares de compra integram o programa básico dos empreendimentos.

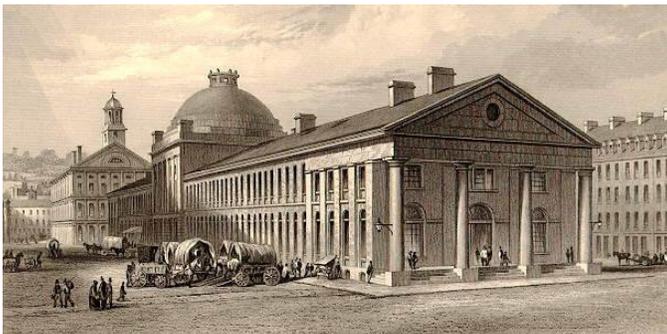


FIGURA 19: Quincy Market, Boston, 1825-6

Fonte:

<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 20: Faneuil Park & Quincy Market Boston, Massachusetts, 1988
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>

Na América Latina, as estratégias se direcionam a ações normativas. A carta de Petrópolis elaborada no primeiro seminário para a revitalização dos centros históricos, em 1979, é um dos exemplos de regularização para as intervenções. Enquanto o caso do “Pelourinho” em Salvador, Bahia, é um dos primeiros projetos de intervenção física desse período. Que após passar por uma série de transformações de uso, cai em obsolescência funcional de forma mais intensa a partir de 1970. A sua recuperação já vinha sendo estudada desde 1967, mas só depois de 1970 começaram a ser implantados os primeiros projetos. Estes se basearam no incentivo turístico-cultural, mas os trabalhos não lograram o real objetivo, pois a área foi desapropriada pelos antigos moradores, produzindo-se a mudança populacional, vendo-se afetada a área pelo fenômeno urbano-social de gentrificação. (SANTOS, 1995).



FIGURA 21: Pelourinho, Salvador - Bahia - Brasil - à direita, Igreja de N.Sra. do Rosário dos Pretos - 1996
Fonte: Beatriz Brasil -
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 22: Pelourinho, Salvador - Bahia - Brasil - à direita, Igreja de N.Sra. do Rosário dos Pretos - 2010
Fonte: Sara Ferreira

Marca esse período a inauguração de um intenso relacionamento entre empreendedores, gestores urbanos, comissão de cidadãos e pequenos proprietários envolvidos com o centro. O fim dessas parcerias era o de melhorar o aspecto do centro histórico, por meio da reestruturação econômica, coordenação dos trabalhos entre os diversos atores, geração de recursos próprios para a área, e promoção desta por intermédio da história e da melhoria urbana. Por outro lado cabe ressaltar as discussões, em nível crítico, que envolvem as intervenções nos centros urbanos; o “caráter ideológico sobre a privatização dos espaços públicos” que se dá por meio dos projetos de parceria público-privada em razão da transferência de competência da administração pública a setores privados; o “comércio e os serviços como estratégias” de recuperação foram criados projetos atraentes e populares, embora criticados pela artificialidade com a qual construíram o cenário urbano; a “criação de cenários” que por meio da utilização do conceito de preservação para um processo que cria um novo ambiente urbano, esse novo lugar passa a ser considerado como parque temático histórico, para estes são restauradas áreas históricas como a construção de objetos de consumo, conduzindo a processos de exclusão social e gentrificação; e o “entendimento do que é a história” defende-se o mito ou congelamento do passado como fundamento para a preservação dessas áreas, sendo os centros histórico-urbanos o que há de mais dinâmico e mutante. (VARGAS; CASTILHO, 2008).

A partir de 1980, com a flexibilidade da produção por meio das inovações tecnológicas, a substituição daquela sociedade industrial homogênea pela diversidade de modos de vida (grupos de vários tipos, como hippies, vegetarianos, atletas, ambientalistas entre outros), proporciona a necessidade de diversificar os modos de venda, de persuadir o consumidor com propagandas, de empreender a revolução na comunicação por meio dos novos sistemas informáticos, transformando a relação entre comércio e território, deixando-a cada vez mais visível, transformando-a numa mercadoria a ser consumida. Tudo isso gerou uma necessidade de “reinvenção urbana”, e esta tem como estratégia de base as técnicas de “City Marketing”, as quais buscam a valoração positiva da imagem da cidade com o fim de captar investidores externos destinados ao desenvolvimento da economia urbana (VARGAS; CASTILHO, 2008). A cidade como mercadoria oferecida no mercado global. Dando origem a novos cenários, novas paisagens, articulando a recuperação das edificações históricas com as novas construções de caráter monumental (BOTELHO, 2006).

Dentro do mercado das cidades, necessita-se garantir um diferencial entre elas, em função disso é gerada uma supervalorização do que é denominado como “cultura local”. As expressões artísticas, as manifestações populares e o patrimônio histórico passam a ser enfatizados. Destacando, nos discursos, a identidade local como um apelo à preservação do patrimônio histórico edificado, muitas vezes recuperado para ser desfrutado pelos consumidores de lugares (ARANTE, 2000). Já nas intervenções, nesse período, o que muda são as dimensões dos projetos, com um forte investimento em “divulgação”, chamando a atenção de grupos e associados que passaram a se envolver nessas intervenções. Estas se tornam uma ação mais ampla, passando a focalizar outras áreas urbanas decorrentes de obsolescência funcional como estruturas industriais, portuárias, ferroviárias entre outras.

Na Europa, um dos exemplos mais significativos são as obras realizadas para as Olimpíadas de 1992, em Barcelona, as quais, além de promover a transformação completa das áreas portuárias deterioradas e abandonadas, passaram a ser mundialmente conhecidas pelo forte trabalho de divulgação que foi realizado. As primeiras intervenções, que antecederam o macroprojeto para as Olimpíadas, foram

promovidas por movimentos sociais que reivindicavam a melhoria dos espaços públicos e a construção de equipamentos intrabairros. Já as áreas dos Jogos Olímpicos funcionaram como elementos catalisadores do processo de reestruturação urbanística da cidade. Essa intervenção teve a combinação de diversas ações como o acesso a serviços públicos e infraestrutura viária, e recebeu ênfase nas atividades terciárias e nos espaços públicos. Esse cenário novo foi finalizado com a recuperação da orla de Barcelona. O exemplo de Barcelona inspira uma série de intervenções em outros países, cabe lembrar “Porto Madeiro” em Buenos Aires, Argentina, que contou com a ajuda de técnicos do ajuntamento de Barcelona para a elaboração do projeto de revitalização das áreas portuárias degradadas.



FIGURA 23: *Rambla del Puerto* de Barcelona
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

O exemplo mais emblemático do tipo estratégico de “City Marketing” na América Latina foi a experiência realizada na cidade de Curitiba, Brasil. Essa técnica, que visa à valorização da imagem da cidade através do planejamento, resultou num instrumento eficaz por meio da política de comunicação dirigida a população, que criava no cidadão um sentimento de pertença e identidade, como mecanismo de promover e legitimar as práticas urbanas implementadas (VARGAS; CASTILHO, 2008).

Mas cabe ressaltar que para vários autores críticos da época, as intervenções de reinvenção consistem na criação de sonhos e fantasias, pois considerando qualquer edificação como espaço de carga histórica significativa, adquire a possibilidade de se transformar em cenário para novos usos urbanos, transformando-se em objeto de consumo e perdendo em certos casos sua relação com a autenticidade de sua história,

passando a ser considerada dentro de um processo de “dysneyfication”, (VARGAS; CASTILHO, 2008) transformando-se uma caricatura do passado.

Segundo Roberto Segre (2005), as intervenções concretizadas no âmbito europeu definem uma progressiva revitalização dos espaços da centralidade; na América Latina, políticas semelhantes não tiveram consequências parecidas. Durante os anos noventas, vários projetos foram propostos na América Latina para recuperar e criar espaços públicos, inspirados na experiência de Barcelona, cidade que apostou na elaboração de um sistema urbano, apoiado não apenas no resgate das praças e dos parques existentes, mas também na transformação dos vazios dos espaços intersticiais e residuais. Estes trabalhos ressaltaram não só o caráter social e comunitário dos seus espaços públicos frequentados pelos seus cidadãos, mas também a presença de inúmeros turistas atraídos, entre outros fatores pela possibilidade de convívio social oferecido nos espaços destinados à cultura e ao lazer.

A renovação urbana na América Latina varia em relação à estrutura de Governo. Esta é caracterizada pelo alto grau de segregação, discriminação entre áreas de moradias de pobres e obreiros, e muitas dessas áreas crescem em torno do centro histórico em bairros informais. Muitos desses conjuntos habitacionais precários foram destruídos com a execução da «renovação urbana». Existem claros exemplos nas cidades do Rio de Janeiro e de Caracas. No Chile, o Ditador Pinochet chega a expulsar os moradores por meio de forças militares dos assentamentos populares. Os centros históricos, na maioria dos casos se encontram muito degradados não só nos seus aspectos físicos como ademais nos aspectos sociais e econômicos. Viver no centro das cidades latino-americanas, muitas vezes, significa viver de forma precária, em residências de preços baixos, com conflitos entre os proprietários e os residentes, o que, por sua vez implica na avançada deterioração do prédio. Outro problema que impede a revitalização dos centros históricos é a situação jurídica das propriedades, gerando-se conflitos entre espaços de propriedade privada e propriedade pública. Mas o conflito mais importante a ser encarado pela América Latina é a sua grande segregação social, com a divisão das cidades em cidadelas de ricos, e classe média e na cidade informal dos pobres.

2.3 A VALORIZAÇÃO DO “ESPAÇO URBANO PATRIMONIAL”. TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Este conceito é apresentado como forma de reivindicar a importância de manter o que resta das áreas históricas dentro dos centros urbanos contemporâneos especificamente na América Latina. Poucos são considerados como verdadeiros Centros Históricos pelos organismos oficiais de proteção. Essa ideia nasce da reflexão realizada sobre diversos casos em que o patrimônio é desvalorizado pelo fato de o tempo e as ações do homem terem fragmentado os seus espaços, deixando, muitas vezes, somente um pouco do que algum dia existiu. Também considerando que a cidade é um órgão vivo e mutante onde cada dia e com maior frequência se produzem transformações, ela não para e quando para morre, se desfaz no esquecimento e no abandono. Por isso, são importantes os fragmentos que persistem nas nossas cidades, e para que continuem existindo, devemos integrá-los à vida contemporânea.

[...] se um centro quer se manter vivo deve encontrar o modo de promover a localização de novos programas e serviços que deem lugar a uma nova geração de edifícios e sítios que, como tais, representem um novo momento da história de nossas cidades (LA CIUDAD¹², 1999, p.119 apud VILLANUEVA; GALLARDO, 2004, p.20)

Temos que observar que a própria história latino-americana é um elemento que explica a realidade desses espaços. Que desde a época da colônia passa por constantes conflitos de poder, e muitas vezes com governos autoritários que pouco consideravam o valor do passado e, com ansiedade, desejavam marcar o seu momento com obras novas que os representassem. De maneira a que preservar o patrimônio histórico.

¹² LA CIUDAD es posible. Lima. Patrimonio cultural de la Humanidad, 1999, p.119 apud VILLANUEVA; GALLARDO, 2004.

Considerando a importância da histórica na compreensão desses espaços, e utilizando a construção do “relato histórico” como ferramenta que nos permitira valorizar a diversidade de fragmentos históricos que constroem as nossas cidades, e afiança a particularidade de cada paisagem cultural.

A designação “espaços” refere-se ao contexto urbano, pois são porções ou fragmentos da cidade que ainda apresentam, com certa dificuldade, edificações, ruas e praças, conformações e morfologias associadas a épocas históricas anteriores. As cidades contemporâneas estão formadas por uma série de mosaicos do tempo, que nos permitem ler entrelinhas a vida que por ali existia.

Esses espaços ganham nova vida quando são adaptados às novas realidades, convertendo-se em um cosmos habitado pela coletividade. Mas a mesma designação de espaço de caráter patrimonial confere a noção de que não estar restrita às operações cenográficas sobre ruas, praças e parques. Para integrá-los à vida cotidiana contemporânea, a ênfase deve concentrar-se na “dimensão política da vida social” que caracteriza o “espaço público” metropolitano em seu caráter de território de mediação entre sociedade e estado, porque é ali que se transformam em públicas as expressões políticas da cidadania segundo as diferentes formas de associação e conflito (SEGRE, 2004). É dessa maneira que se incentiva o sentido de pertença que permite manter vivas as próprias raízes.

2.4 CENTRO HISTÓRICO DE ASSUNÇÃO, PARAGUAI. HISTÓRIA COMO ELEMENTO DE VALORAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS PATRIMONIAIS.

O estudo do espaço público no seu processo de conformação histórica é necessário para compreender as mudanças ocorridas nas significações, funções e usos que determinaram a existência das diferentes centralidades nas cidades da América Latina que ainda não foram destruídas pelas novas tendências desagregadoras da vida urbana. Com exceção das grandes metrópoles. (SEGRE, 2005)

Na atualidade, refletir sobre os espaços que conformam o acervo patrimonial das cidades latino-americanas implica considerar essas áreas como parte da cidade, não como um fragmento determinado pela história e isolado do conceito de vida contemporâneo. O seu constante processo de degradação e a sua grande dificuldade de reverter esse processo são fatores que levaram a despertar o interesse nesse tema e a buscar uma forma diferente de observar e avaliar a realidade desses lugares.

Nesta parte do trabalho será apresentada a história da conformação urbana e a morfologia dos diversos espaços de caráter patrimonial que conformam o casco histórico da cidade de Assunção. Ela será elaborada por meio de recortes temporais que se encontram ligados diretamente à sua conformação urbana.

Esse relato histórico não pretende ser uma simples coleta de dados, ou um instrumento de memória, mais sim uma ferramenta que permita compreender essa conformação urbana e espacial da cidade e sua relação entre si. A conformação urbana descrita em uma narração histórica também será expressa em forma gráfica para que dessa maneira o mosaico urbano possa ir incorporando suas diversas facetas, permitindo dessa maneira uma leitura diacrônica que nos leve à compreensão final da sua realidade contemporânea.

Mas como o lugar não é só feito de espaços e construções, mais principalmente da relação com as pessoas que habitam e convivem nele, é fundamental incorporar a história das relações e fenômenos que se desenham entre o homem e o mundo no qual ele habita. Ter em conta os diferentes acontecimentos que marcarão a realidade desse lugar.

Poder entender a convivência do homem no seu próprio ambiente cotidiano, permite-nos compreender a relação deles com os seus espaços urbanos. Os fatos históricos e acontecimentos de um lugar definem o tipo de relação, a forma e frequência do uso dos seus espaços públicos e privados. Motivo pelo qual se considera marcante na conformação urbana de uma cidade os fenômenos que relacionam o homem com o espaço urbano nos diversos períodos históricos passados por este.

Essa ferramenta também pretende ser utilizada na validação da proposta conceitual que surgiu dentro da elaboração desta pesquisa. Essa proposta pretende quebrar o paradigma de “Centro Histórico” fechado, para a compreensão da evolução da cidade contemporânea e em especial das cidades na América Latina.

Período Pré-Colonial e Colonial.

Para compreender esse espaço urbano escolhido é conveniente conhecer o contexto no qual está inserido o “Centro Histórico da Cidade de Assunção”.

[...] fue parte de los amplios dominios de los indígenas guaraní. Quizás muchos siglos vieron a los primitivos habitantes de estas tierras danzar ritualmente en el mismo lugar, frente al mismo río...Y esa es una parte de la historia de nuestros orígenes, que nos debemos a nosotros mismos los paraguayos, ahora, cuando todavía las crónicas insisten en que todo empezó cuando los españoles descubrieron América.(LÓPEZ,1997, pag.1)

A cidade de Assunção foi fundada em 1537, no dia 15 de agosto por Don Juan de Salazar y Espinosa. Ela foi assentada em terras que pertenceram a parcialidade indígena guarani Cario. Por meio de um pacto se deu a formação da nação hispano-guarani, os

espanhóis ofereceriam meios de defesa contra outras tribos, e os caríós permitiriam o abastecimento destes nas suas terras, para poderem prosseguir posteriormente no caminho do ouro.

O povoado foi se conformando de forma espontânea e irregular, sem traçado prévio, tendo em conta condições naturais topográficas e hídricas, sem seguirem as normas urbanísticas regidas pelas leis das índias, impostas pelos espanhóis nos diversos povoados fundados por estes, que tinham como trama base o sistema em quadrícula.



FIGURA 24: Imagem hipotética do Forte primitivo de Assunção, idealização de Francisco Tolde Gabalda. Fonte: Arquivo de imagens do CHCA.

Um dos elementos mais marcantes na configuração urbana primitiva da cidade foram os córregos de água que confluíam na Baía do rio Paraguai, esses caudais conformavam importantes barrancos de areia e terra. No cimo de uma desses barrancos da Baía foi organizada a primeira “casa forte”, casa fundacional (perto do que atualmente é conhecido como o Palácio de Governo). O historiador Carlos Zubizarreta descreve as casas como vivendas rústicas, de barro, madeira e palha, sem ordem, separadas por ruas estreitas. Essas características condicionarão a quase destruição total do povoado em 1543, devido a um incêndio, fato que gerou a primeira mudança na fisionomia da cidade.

Na reconstrução, optou-se por um sistema de trama mais aberta e dispersa que impedisse a propagação do fogo. Os prédios mais importantes se encontravam em torno da praça maior e da rua que conectava esta ao porto. No entanto, o restante das casas era assentado em “ilhas” conectadas por pequenas pontes, esses espaços que poderiam ser chamados também de quarteirão, mas que a sua forma e disposição dependiam da topografia e das fendas ou ruas traçadas pelas torrentes que se formavam com as constantes chuvas.

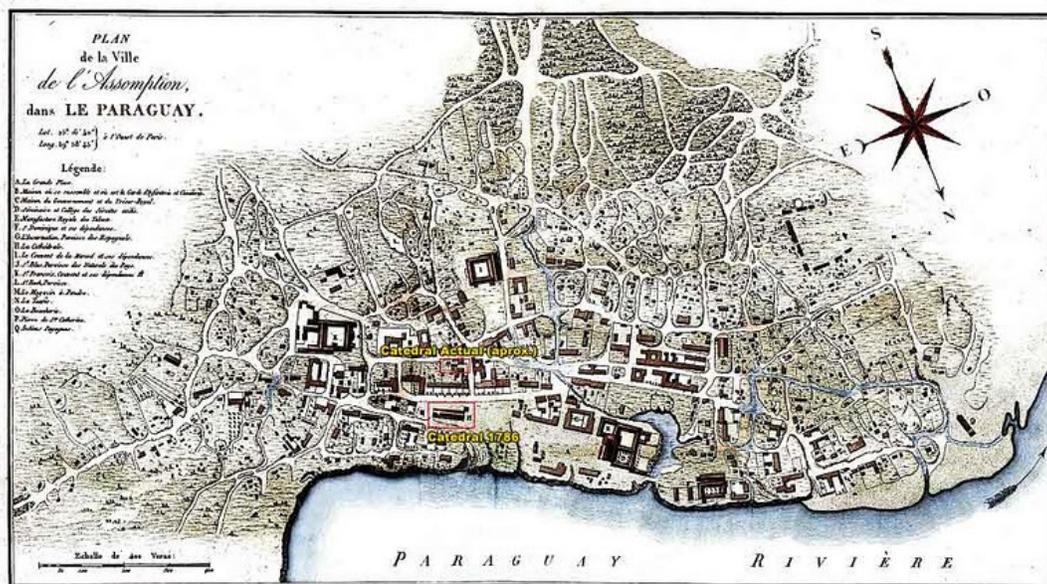


FIGURA 25: Plano de Assunção feito por Don Félix de Azara e publicado no livro “Voyages dans l’Amérique Meridionale”. Em Paris, 1809.

FONTE: Arquivos do CHCA.

Este é considerado uns dos primeiros assentamentos espanhóis dentro do continente, porta e fortificação para as expedições ao interior do continente. Foi com o tempo consolidando-se como centro regional, situando-se como porto de importância para essa parte da colônia.

Nos últimos anos do século XVI e primeiros anos do século XIX, foi configurando-se o primeiro eixo de crescimento entre a primeira área de assentamento com direção ao leste, lugar onde se encontra a atual Catedral, marcando a formação da “cidade colonial”. Esse setor passou a ser o núcleo cívico e administrativo.

Período Francista

No ano 1811 o Paraguai adquire a independência da coroa espanhola. O primeiro governo que marcou a pós-independência do país foi do Ditador Dr. Gaspar Rodríguez de Francia, que durou entre 1811 a 1840. Que por motivos estratégicos de defesa decide implantar uma nova trama urbana na capital, a qual teria se constituído desde seus inícios numa adaptação total dos prédios a topografias e ambiente natural do lugar.

A necessidade de poder controlar os movimentos de grupos e pessoas dentro da cidade levou ao Dr. França a regularizar as ruas da cidade dentro de um sistema de quadrícula. Sendo essa a primeira grande intervenção urbanística que sobre a cidade de Assunção, estabelecendo dessa forma a sua atual trama ortogonal. As obras foram realizadas entre 1820 e 1837.

Os prédios públicos e casas particulares sofrerão importantes modificações nas suas estruturas. Logo de que as linhas das furas ruas fossem esticadas, mandavam aos proprietários que demolissem as casas que saíam das linhas assinadas. (RENGGER,1883 *apud* GUTIERREZ,1983) . Os relatos históricos falam de como ficou a cidade depois dessa mudança [...] *tanta fue la destrucción que al cabo de cuatro años la capital del Paraguay presentaba la imagen de una ciudad que hubiese sufrido un bombardeo.*(RENGGER, 1883)



FIGURA 26: Plano de Assunção feito pelo Ing. Roberto Chodasewicz em 1869.
Fonte: Arquivo do CHCA.

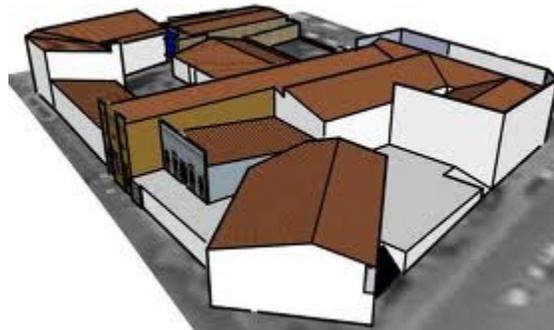


FIGURA 27, 28,29 **Manzana de la Rivera**. Um dos poucos lugares na cidade de Assunção onde até hoje pode se perceber a diferença na mudança da trama urbana.

FONTE: <http://www.google.com.br/images>

Período Lopísta

Em 1844, depois de um período de quatro anos de transição, Don Carlos Antonio López foi designado como primeiro presidente constitucional do país. Seu principal objetivo foi a criação de um “Estado Mercantilista”, dentro de um sistema político de “liberalismo moderado”. Deu início à modernização do país por meio de uma intenso intercâmbio com o exterior e a geração de uma base econômica industrial.

Esse foi um período de grandes empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos, tais como a primeira Estação Ferroviária que data de 1860, que ligava a capital ao interior do país, por outro lado, reforçou a estrutura urbana que se encontrava em torno do Porto, ponto de entrada para o país desde os estrangeiros. Esses espaços públicos

abertos constituíam naquele momento, um lugar de intercâmbio comercial assim como também de espaçamento e encontro da sociedade, marcando a conexão dos espaços do eixo Histórico-Cívico da Cidade.

Nessa relação internacional aberta por Don Carlos, foram trazidos vários técnicos estrangeiros, como o inglês Alonso Taylor e o italiano Alessandro Ravizza, assim como foram enviados vários paraguaios para estudar no exterior. As novas construções eram realizadas por construtores e mestres de obra que iam chegando com as primeiras imigrações, gerando edifícios que presenteavam fortemente um estilo de reminiscência renascentista. Desse período também corresponde o que é conhecido atualmente como o Palácio de Governo, que foi construído para ser o palácio familiar de López.

Don Carlos Antonio Lopez morre no ano de 1862, assumindo o seu filho Francisco Solano. No ano 1863, começou a ser construído um dos prédios mais significativos até nossos dias para a cidadania de Assuncena, o Oratório Nossa Senhora Maria da Assunção, conhecido depois como “O Panteão dos Heróis”. A construção foi paralisada por causa dos confrontos da Guerra da Tríplice Aliança¹³, sendo concluída a obra no ano 1936, logo após a Guerra do Chaco¹⁴.



FIGURA 30
Palácio de Governo
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 31
Panteão dos Heróis
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 32
Estação Ferroviária Central C.A.L.
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>

¹³ Guerra da Tríplice Aliança, de Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, durou entre os anos 1864 a 1870.

¹⁴ Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai, de 1932 a 1935.

Período de pós-guerra

Após a Guerra da Tríplice Aliança, a capital do Paraguai ficou devastada, a população foi dizimada, foram saqueados os seus recursos e bens culturais. A imagem da cidade era o sinal mais eloquente da catastrófica contenda. A ocupação das tropas aliadas, especialmente a brasileira é registrada até 1876. Assunção naquele período foi transformada em um grande salão de festas. As casas de famílias eram utilizadas como hotéis, restaurantes, casas de baile e jogos.

Após a retirada das tropas aliadas, os cidadãos sobreviventes voltaram para suas casas, as quais encontraram desmanteladas, destruídas e ocupadas por estrangeiros. Nesse momento, iniciou-se o processo de reconstrução, adaptando o novo governo a uma política de estado de um liberalismo extremo. Esse tipo de governo não se preocupa com preservação dos valores culturais nem com a defesa do patrimônio nacional. Isso levou à privatização dos serviços públicos e à sua venda para o capital estrangeiro, recebendo também por esse meio um grande número de imigrantes de todas as partes, como italianos, alemães, espanhóis, argentinos e brasileiros.



FIGURA 33:
1869- Tropas brasileiras tomaram o palácio dos López.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 34
1870- O palácio dos López bombardeado.
Fonte
<http://www.google.com.br/images>

No final do século XVIII, a capital foi se recuperando e adquirindo uma nova fisionomia. Foram reconstruídos prédios que foram abandonados, com uma nova infraestrutura urbana e equipamentos, aparecendo nesse período as novas normativas de uso da cidade.



FIGURA 35 : Rua de Assunção no Mercado Guasu, no fundo o atual Pateao dos heróis. Ano 1890

Fonte: Coleção Javier Juví.



FIGURA 36 : Rua Palma . Ano 1890

Fonte: Coleção Javier Juví.



FIGURA 37: Rua colón frente ao porto. 1885

Fonte: Coleção Javier Juví.



FIGURA 38: Rua lateral do Mercado Guasu.

Fonte: Coleção Jorge Rubiani

O Porto de Assunção. Valor como espaço urbano patrimonial

A cidade de Assunção nasceu à beira do Rio Paraguai. No ano 1856¹⁵ chegou a contar com dez portos para embarque de mercadoria e passageiros. A quantidade de portos existentes dá uma ideia do intenso tráfego fluvial da época. O primeiro deles se encontrava localizado no lugar conhecido hoje como Praia Montevideu, a poucos metros da colina “Cabará”, atual loma São Jerônimo, lugar onde se localizou a primeira “Casa Forte”.

O porto e suas imediações desde seus princípios chamaram a atenção e o interesse da população local. A praça, os portais e “recovas” perto da aduana e seu edifício ampliado durante o governo de Don Carlos, concentrava carruagens, jaulas de animais, madeiras e uma grande diversidade de mercadorias.

¹⁵ Rubiani, Jorge “Paraguaýpe”.



FIGURA 39: La Recova nas décadas de 1860
Fonte : <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 40: La Recova em 2009
Fonte: Sara Ferreira

A praça “Isabel a Católica”, espaço urbano que antecede o prédio do porto, era o ponto de encontro e intercâmbio comercial. No cruzamento das ruas Garibaldi e Estrela, a duas quadras do porto, existia um local muito peculiar conhecido como “Bar e Banhos”, onde os marinheiros além de poderem beber, poderiam encontrar um lugar para tomar banho, com toalhas limpas e sabonete. Podiam ser encontrados nessa zona vários armazéns de produtos variados, depósitos, indústrias, pensões, hotéis.



FIGURA 41: Plaza Isabel la Católica - 1892
FONTE: E. C. Moody



FIGURA 42: Plaza Isabel la Católica - 2008
FONTE: www.skyscraperlife.com

Em 1890, foram realizados vários trabalhos de importância, muros de contenção, cais de madeira e galpões. Já no ano 1900, foram construídos os primeiros prédios para escritórios para a Aduana e outras dependências. Em 1927 o Governo autorizou a contratação da empresa norte-americana “Asunción Port Concession Corporation”, para a construção e administração de um novo porto na Baía de Assunção, essa empresa

ficou encarregada do porto até o ano 1940, ano que foi transferido à administração do Governo.

Dessa maneira foi criada a Administração Nacional de Navegação e Portos, por meio da Lei 1066 de 23 de agosto de 1965, como uma empresa do Estado Paraguai de caráter autárquico.



FIGURA 43: Vista do Porto de Assunção na década de 1850.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 44: Década de 1850. Edifício da Alfândega do Porto, uma das obras de arquitetura com influencia inglesa no Paraguai, refletindo a vitalidade produtiva da época.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

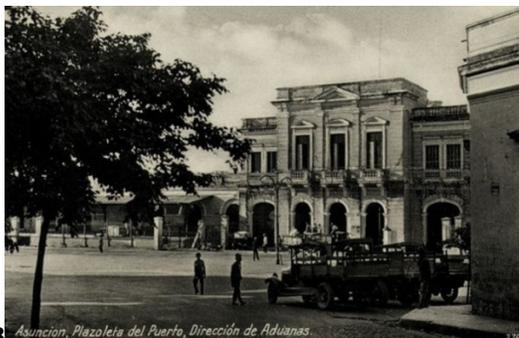


FIGURA 45: Década de 1920, FIGURA 46: Década 2008. Edifício da Alfândega do Porto. Essas imagens representam as modificações espaciais e morfológicas sofridas nesse espaço urbano
Fonte: <http://www.google.com.br/images> e Sara Ferreira

3.1 CONCEITOS QUE CONCERNEM À CONSERVAÇÃO E INTERVENÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS

Nesta parte do trabalho consideramos importante desmembrar o discurso, que vem sendo feito pelas correntes intervencionistas e conservacionistas, em seus diversos componentes conceituais. À luz de sua importância na tomada de decisões relacionadas à intervenção nos espaços urbanos, como a relação entre eles com a intenção de gerar uma malha conceitual que possa nos permitir identificar no panorama contemporâneo os casos análogos escolhidos, para gerar os futuros cenários no caso de estudo.

Muitos desses conceitos passaram por uma série de reinterpretações e adaptações com o tempo, devido à evolução de ser humano e sua relação com o meio em que habita. Ressaltando neste estudo a aplicação deles com relação às transformações geradas pelo pensamento moderno e posterior impacto da globalização, impactos que interferem de uma forma espacial diferentes nas noções de conservação e intervenção dos espaços patrimoniais. Esses conceitos foram escolhidos considerando o grau de incidência dentro do contexto da conservação do patrimônio, mais isso não significa a negação da existência de outros elementos influentes nos processos de conservação da cidade antiga no devier da contemporaneidade.

A intenção é traçar um panorama que possibilite a compreensão da coexistência destes elementos na nossa realidade cotidiana, na necessidade de adaptá-los num melhor equilíbrio de forças para que o passado não se perca mais que ele não fique congelado. Tendo em conta que prédios, ruas, monumentos e espaços urbanos formam parte da cidade, que [...] a concretização dos diversos modelos culturais, que vai materializando cada momento da história, que vai desempenhando-se como pode para absorver conflitos e conjugações que arma e se dispersa a vários níveis” (DOS SANTOS *et al.*,1985;p.7) socioculturais y econômicos.

Cultura e Identidade

O conceito de «cultura» conjuntamente com o de «identidade», estrutura a base dos discursos patrimoniais, elementos que fortalecem o desejo da preservação, e fundamenta desde o ponto sensível do ser humano o seu próprio "eu", conceitos relacionados com a sua individualidade, com as características que ele pode encontrar muitas vezes na conformação do seu próprio "ser". A confrontação com objetos, atitudes ou manifestações que o representam, que representam seus antepassados, e até as suas projeções futuras.

Tentando compreender o alcance desses conceitos dentro da ideia de conservação e preservação dos centros históricos, pretendemos explicitar suas origens e suas diversas reinterpretações e transformações ocorridas com o passar do tempo e a sua adaptação aos diferentes grupos sociais que as foram utilizando.

Considerando que os conceitos de cultura e identidade estão fortemente interligados e são indissociáveis na sociologia e na antropologia. A identidade só pode ser gerada na apropriação de certo repertório cultural que se encontra no nosso entorno social, considerando que a primeira função da identidade é marcar fronteiras entre "nós" e os "outros", não existindo outra maneira de diferenciação com os outros que não seja através dos traços culturais (GIMENES, 1998, p.1)

Para entender essa complexa e indissociável relação, pois a identidade se encontra constituída pelos materiais fornecidos pela cultura, consideramos interessante definir e compreender primeiramente o conceito de cultura para assim introduzir posteriormente

o de identidade. A palavra «Cultura» vem do latim *cultūra* que na antiguidade tinha múltiplos significados¹⁶, mas essencialmente se referia ao cultivo, ou à tendência a cultivar. Na época medieval foi reforçada a sua relação com os adjetivos de adoração e honra, pois quando uma pessoa possuía amplo conhecimento era considerada uma pessoa “cultivada” ou “cultu”. No final do século XIX e inícios do XX, esse conceito foi se modificando no sentido do que conhecemos hoje como “cultura”. Já não se utilizava só em relação ao amplo conhecimento, mas também em relação às características que definem certo grupo social. Incorporando dentro de sua definição os costumes particulares considerados especiais. Na base da diversidade de grupos sociais podemos afirmar que a cultura não pode ser definida como uma manifestação homogênea, estática e imodificável no significado. Passando assim esse conceito por uma constante revisão e ampliação na adaptação às novas necessidades dos tempos. Mas ainda sendo utilizado em jornais e revistas para referir-se a exposições e manifestações de belas-artes, fato relacionado à primeira etapa de utilização do conceito. No entanto, também é utilizado para descrever grupos sociais antigos ou desconhecidos que são descobertos nos estudos arqueológicos. Correspondendo essa utilização à sua segunda vertente significativa.

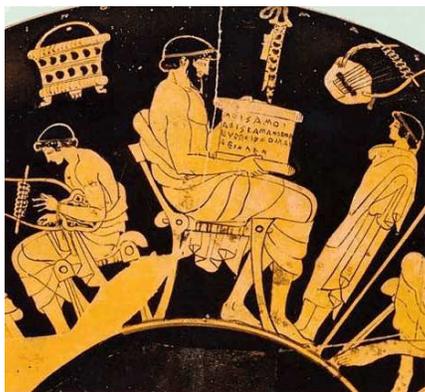


FIGURA 47: Cerâmica Grega. Imagem relacionada com a cultura considerada clássica.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

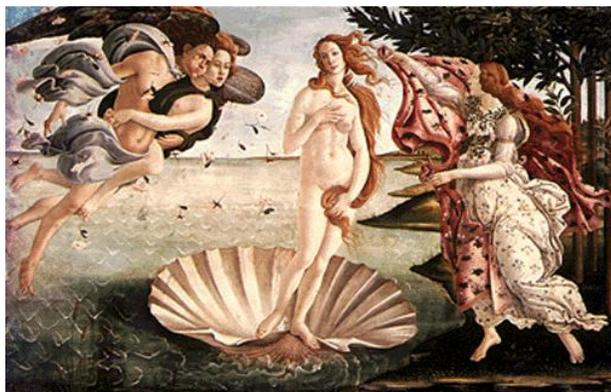


FIGURA 48: Pintura do período Renascentista, uma volta aos valores da cultura grega. Nascimento de Venus-Botticelli, 1478.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

¹⁶ A última palavra extraída dela era “*colere*”. A qual tinha vários significados como: habitar, cultivar, proteger, honrar com adoração. Com o tempo alguns significados foram separados, assim “habitar” converteu se em “*colonus*” de colônia. Honrar com adoração se desenvolveu em “*cultus*”.

A partir de uma visão antropológica, o conceito é reformulado inicialmente por Edward Burnett Tylor (1832-1917)¹⁷, definindo-o como “conjunto complexo que inclui conhecimento, arte, moral, leis e costumes, e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”(VILLA, 1998). Na década de 50, já dentro da sociologia é definido como um conceito abstrato que descreve: processos de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético do acontecer humano, incluindo ciência e tecnologia, progresso intelectual e social do homem em geral, das coletividades, e da humanidade, uma concepção simbólica de "modelos de comportamento". Nos anos setentas, Clifford Geertz¹⁸ restringe o conceito de cultura a fatos simbólicos definindo-a como "pautas de significado", constituindo assim a dimensão analítica dos comportamentos.

Enquanto no seu termo mais abrangente e contemporâneo, começa a ser elaborado a partir de 1980, devido a uma aceitação antropológica em que a cultura é considerada:

[...] todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesmo, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência, passando a abarcar também as maneiras do ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimônias, sistema de valores e tradições (PELEGRINI, 2006, p.117).

Pode-se conceituar cultura como as diferentes maneiras de viver de um povo, transmitidas de geração em geração recebidas por tradição. O modo de falar, as crenças, o saber e o artesanato representam a forma do homem se relacionar em sociedade. É essa identidade que possibilita a cada grupo social reconhecer-se simultaneamente

¹⁷ Fundador da moderna antropologia cultural, conjuntamente com Morgan, e pai da antropologia britânica.

¹⁸ Clifford Geertz, no seu livro “La interpretación de las culturas” (1992, p.20), cita Max Weber expressando que “a cultura se apresenta como uma “rede de aranha de significados” que nós mesmos realizamos no nosso entorno e ficamos inevitavelmente aprisionados. (in GIMENÉZ,1998)

semelhante e diferente de outro grupo, ao revelar as ações do homem para viver em sociedade no decorrer da história.

[...] no último quarto do século XX, uma revolução tecnológica, centrada em torno da informação, transformou o nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de comerciar, de gerenciar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer guerra, de fazer amor. Em todo o planeta constituiu-se uma economia global dinâmica, entrelaçando pessoas e atividades valiosas de todo o mundo [...] uma cultura da virtualidade real, construída em torno de um universo audiovisual cada vez mais interativo, introduzindo a representação mental e a comunicação em todas as partes, integrando a diversidade cultural a um hipertexto eletrônico. (CASTELLS, 2004, p. 26)

Com os pensamentos pós-modernos e a expansão da globalização, surge o que pode ser considerado como a "hibridação da cultura", assumindo somente os "componentes formais", deixando de lado a base dessa produção cultural, reconfigurando-os e dando-lhes um novo sentido. A cultura afetada pela nova forma de ver e de viver no mundo, na sua vertente contemporânea nos traz o fenômeno particular da "cultura de massas". Surge dentro da cultura urbana e com base na hibridação da cultura, vem conjuntamente com os meios massivos de comunicação apoiados nas inovações tecnológicas e informáticas, transportes de massas, o crescimento das cidades, o grande fluxo transnacional, e na mutação de costumes e incorporação de outras novas formas de viver.

A globalização econômica encontra-se, assim, inevitavelmente associada à globalização cultural, um processo que se reflete na criação de um hiperespaço global, um mundo de simulações e de simulacros pautados pela instantaneidade e pela superficialidade (BAUDRILLARD, 1991). Assim num quadro de identificações dos fluxos culturais globais e de "co-modificação" da cultura (APPADURAI, 1998), em que esta se transforma em mercadoria produzida e consumida em escala global, verifica-se um crescente distanciamento e alheamento dos indivíduos em relação ao seu passado



FIGURA 50: O conflito das referências culturais da produção cultural contemporânea.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A cultura relacionada às manifestações mais tradicionais está representada no conceito de “cultura popular” que pode ser definido como: “qualquer manifestação cultural (dança, música, festas, literatura, folclore, arte, etc.) em que o povo produz e participa de forma ativa. Esse termo aparece no século XIX, inicialmente é utilizado para referir à educação e cultura das classes mais baixas. Ao contrário da cultura de elite, a cultura popular surge das tradições e costumes e é transmitida de geração para geração, principalmente, de forma oral. Para a antropologia urbana, os setores majoritários da cidade são os portadores da cultura popular urbana de várias maneiras, por exemplo, com a adesão a cidade Sara, não entendo essa expressão neste contexto! criando um circuito de culturas tradicionais imersas na zona urbana, com o processo migratório campo-cidade portadores da cultura rural que é redefinida no contexto urbano, por outro lado a aparição de fenômenos emergentes relativamente novos e sem raízes tradicionais como resposta ao novo contexto (RODRIGUEZ, 1991, p.152).



FIGURA 51: Defesa da cultura popular como base da aceitação da diversidade.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Dessa maneira, podemos observar os impactos de diversas magnitudes que vem sofrendo a cultura popular, pela mudança de parâmetros dentro da cultura dos povos por causa processo de modernização, esses processos não conseguem fazê-la desaparecer, mas pode se dizer que ela se encontra num processo de constante alteração e mutação com as novas formas de tipos particulares: nacionais, regionais, locais, entre outras que podemos considerá-las intervenientes no processo tradicional da cultura popular.

O conceito de «identidade» pode ser considerado um dos elementos mais significativos na conformação de uma cultura determinada, considerando o termo cultura dentro da sua utilização contemporânea. Esse termo começa a ser utilizado na segunda metade do século XX. «Identidade» é uma palavra que traz no seu próprio sentido a marca do caráter complexo das questões que discute, uma vez que pode significar tanto a qualidade do idêntico e do comum como o conjunto de caráter próprio e exclusivo (RODRIGUEZ, 2008).

A ideia de identidade também foi sofrendo algumas alterações com o tempo. Encontramos na sua raiz etimológica *identitas*, que significa “o mesmo” em latim. Na matemática, essa expressão é definida como a “igualdade que se realiza sempre, qualquer que seja o valor das variáveis contidas em sua expressão”. Nessas definições, ela se apresenta como as características que □ mesmo passando o tempo e as variáveis que influenciam num grupo social □ continuam sendo as mesmas, idênticas àquelas que sempre existiram naquela comunidade (GUTIERREZ, 1989).

A identidade faz parte da essência inconsciente do homem. Este precisa passar por um processo cognoscitivo que lhe permita elaborar essa consciência. Elementos que por meio da sua significância estruturam a relação do presente com situações passadas que permitam ser identificadas como inerentes ao seu próprio ser, que gerem nele o sentido de identidade. [...] Há sempre uma história vivida num passado que faz com que a experiência cotidiana do presente esteja afinada com aquilo que o sujeito se identifica na vida coletiva e particular, ou seja, a tradição. (ARRUDA, 2008). A tradição é um dos elementos mais significantes e incidentes na memória para a elaboração interna da identidade.



FIGURA 52: A tradição da cultura mítica Indiana, que marca as pautas até os dias de hoje no estilo de vida do seu povo.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A identidade no sentido próprio é gerada por atores individuais, pois estes são os possuidores da consciência, memória e psicologia próprias, não obstante o conceito é aplicado a grupos e a coletividades que, carentes de consciência própria, constituem um sistema de ações. Em escala individual, a identidade pode ser identificada como um processo subjetivo e muitas vezes autorreflexivo pelo qual os indivíduos definem suas diferenças com relação aos outros indivíduos por meio da autoatribuição de um conjunto de atributos geralmente valorizados e relativamente estáveis no tempo. Mas essa autoidentificação precisa ser reconhecida pelos demais indivíduos com quem interatua na sua existência social e pública (GIMENEZ, 1998).

As identidades coletivas, ao invés, carecem de consciência e psicologia próprias, não são homogêneas e bem limitadas, constituem um acontecimento contingente. Segundo Albert Melucci (2001 *apud* GIMENEZ, 1998, p.16), que constrói o conceito de identidade coletiva a partir da teoria da ação coletiva, identidade coletiva é concebida como um conjunto de práticas sociais que: envolvem certa quantidade de indivíduos e, num nível mais complexo, grupos, os quais exibem características similares na quantidade temporal e espacial, o que implica num campo de relações sociais e na capacidade de as pessoas comprometidas conferirem sentido ao que estão fazendo ou

vão fazer. Mas essas ações coletivas precisam de atores coletivos dotados de identidade que fundamente a aquisição de intencionalidade e sentido. E essa identidade encontra-se produzida geralmente por fatores emocionais conferidos na orientação dessas ações, nos ideais defendidos, nos valores ou no modelo cultural proposto pelo coletivo. Aqui também a identidade deve adquirir o reconhecimento social para servir de embasamento para o grupo (coletivo). A identidade coletiva de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva; a partir do momento em que a sociedade se dispõe “a preservar e divulgar os seus bens culturais (PELEGRINI, 2006; p. 117).

A identidade também é definida pelos seus limites, segundo Fredrik Barth (1976), quando é assumida com uma perspectiva histórica e diacrônica, e é assumida também quando os grupos sociais podem e, normalmente, modificam os seus traços culturais fundamentais, mantendo ao mesmo tempo suas fronteiras, isto é, não perdem sua identidade. Em qualquer tempo ou lugar as fronteiras da identidade são definidas sempre através de marcadores culturais. Esses marcadores podem variar com o tempo, e nunca são expressão simples de uma cultura preexistente supostamente herdada de forma exata dos antepassados.

A cultura se modifica constantemente por inovação, por extroversão ou por transferência de significado, por fabricação de autenticidade, por “modernização”, mais isso não significa que seus portadores automaticamente mudem de identidade. [...] não existe razão para empenhar-se somente em manter ilesos, muitas vezes em forma de antiquário, o “patrimônio cultural” de um grupo ou as tradições populares contra a vontade do próprio grupo com o pretexto de proteger identidades ameaçadas. (GIMENEZ, 1998, p.16)¹⁹

¹⁹ Tradução da autora (Sara Ferreira).

A migração, fenômeno marcante na cidade contemporânea, consequência dos processos de globalização, traz consigo o multiculturalismo. As fronteiras se estendem cada vez menos linhas que separam e mais como lugares onde se interpenetram espaços e formam-se identidades complexas. A maioria dos habitantes da terra vivem no cotidiano o que os etnólogos chamam “contato cultural” (AUGÉ, 1994, p. 112). As nossas sociedades são étnica e culturalmente plurais, contrariamente à previsão de homogeneização das teorias da modernização. Migração e multiculturalismo são testemunho de um aparente paradoxo, em que o crescimento e a intensidade de interconexão global dos processos econômicos estão acompanhados pelo ressurgimento da política da diferenciação. Segundo Zapata-Barrero (2004, p.249) “o multiculturalismo não é um ideal a alcançar é uma realidade a gerenciar”.

Tendo em conta a capacidade de adaptação da identidade frente às mudanças que ocorrem no seu entorno, podemos considerar que aquela ocorre tanto de fora para dentro, ou seja, a partir do outro, quanto de dentro para fora, ou seja, em direção ao outro. A identidade se constrói a partir da apropriação, por parte dos atores sociais de determinados repertórios culturais considerados simultaneamente como diferenciadores (para fora), e definidores da própria unidade e especificidade (para dentro). Dessa maneira, é possível compreender que a identidade é a cultura interiorizada pelo indivíduo, considerada sob o ângulo da sua função diferenciadora e construtiva em relação a outros indivíduos.

Olhando para o caso da América Latina podemos ver que essa construção foi feita de fora para dentro, a partir dos outros, o próprio termo foi uma invenção de Luiz Bonaparte para designar o território que pretendia conquistar, ou seja, era o olhar do dominador concebendo uma identidade total alheia ao povo que constituiu essas sociedades (RODRIGUEZ, 2008, p. 1).

A identidade latino-americana está basicamente formada numa síntese cultural entre a ameríndia e as culturas ibéricas. Só posteriormente se adota uma modernização gerada

externamente, como uma forma que não implica num único modo de viver, porque não foi assumida como uma simples mimetização ou uma mera assimilação, mas sim como uma recriação da modernidade a partir da própria identidade cultural. O multiculturalismo é resultado da união de culturas e da adaptação de novas formas de vida, fenômeno que se consolida de forma particular com o advento da globalização. Esse fenômeno vem da capacidade que tem o ser humano de interatuar a partir dos seus complexos mundos simbólicos, reelaborando seus referentes e os elementos culturais, sendo capaz de elaborar identificações coletivas múltiplas.

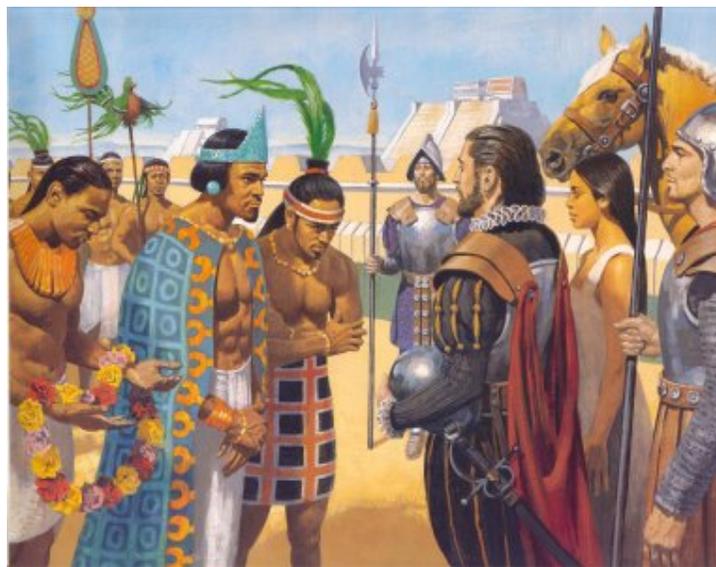


FIGURA 53: America Latina, com base cultural na convivência com a diversidade étnica e racial.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

No processo de globalização o processo da construção das identidades se faz mais complexo, a transnacionalidade aparece na reformulação da relação existente entre território e as diferentes formas de gestão sociocultural e política, representando a forma pela qual as pessoas demonstram sua adesão a certo nível de integração. Aparecem com importante incidência na reelaboração constante da identidade os projetos de integração sub-regional no âmbito político administrativo, atuando nas

referências de identidade tradicionais e na sensação de pertença à generalidade territorial nacional e regional (GARRETA, 2001). De certa forma, esses projetos de integração regional pretendem resguardar os traços de identidade da pressão gerada pela globalização, porque esta coloca em risco a lógica e a efetividade das representações coletivas preexistentes (COCCO, 2003).

[...] aparentemente o multipluralismo é guiado pelos postulados da tolerância liberal e pela vontade de proteger o direito das comunidades à autoafirmação e ao reconhecimento público de suas identidades eleitas ou herdadas. Mas na prática o multiculturalismo funciona muitas vezes como força essencialmente conservadora: seu efeito é rebatizar as desigualdades, que dificilmente podem concitar na aprovação pública, com o nome de “diferenças culturais”, algo desejável e digno de respeito. Dessa maneira a feiura moral da privação e carência se reencarna milagrosamente como beleza estética da variedade cultural (BAUMAN, 2004; p.107).

O desafio contemporâneo consiste em manter a riqueza cultural dos espaços urbanos patrimoniais, que não podem fugir ao passo do tempo. Desse tempo que traz mudanças e inovações. Manter essa diversidade só é possível no respeito mútuo entre grupos culturais diferentes, a até das suas com relação a suas novas gerações que devem valorizar o seu passado para poder preservar suas tradições e identidade. O mecanismo possível para manter o respeito à diversidade cultural e a educação dos cidadãos que fazem parte desses universos, porque “ninguém ama o que não conhece”, só por meio do conhecimento podemos manter o equilíbrio cultural das áreas multiculturais das nossas cidades contemporâneas.

Significados e Memória

A «cultura» se apresenta como uma “teia de aranha de significados”, sendo o conceito seguinte, a ser estudado dentro do discurso patrimonialista, é o «significado» que se encontra ligado de forma especial ao conceito de «memória». Essa relação, a exemplo do que acontece com uma teia de aranha, pode ser descrita da seguinte forma: os significados são os elementos ou fios que estruturam a teia; a possibilidade de entrelaçá-los é a memória, pois ela é quem retém os significados no tempo. Partindo dessa relação neste ponto do trabalho trataremos desses dois conceitos.

[...] as noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembranças e a memória – uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais. (PELEGRINI, 2006, p.116).

Armazenados na memória residem aspectos que permitem a um povo reconhecer alguns elementos como próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive das paisagens naturais ou construídas.

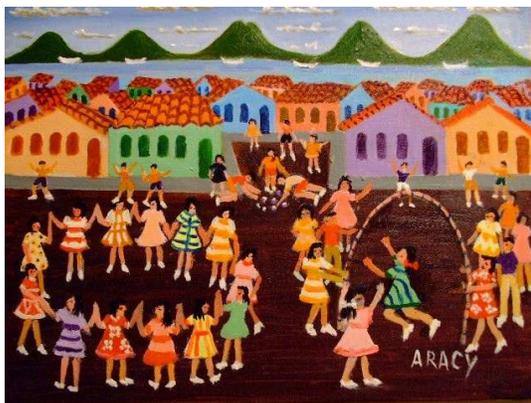


FIGURA 54: A infância e uns dos períodos da vida na qual gravamos imagens que iram estruturar nossa cultura e identidade. Obra de Aracy de Almeida, Brincadeira de Criança.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

[...] olhando detalhadamente em nosso entorno, podemos perceber que estamos submergidos num mar de significados, imagens e símbolos. Tudo tem um significado, às vezes amplamente compartilhado, em torno nosso; nosso país, nossa família, nossa casa, nosso jardim, nosso carro, nosso cachorro; nossos lugares de estudo ou de trabalho, nossas músicas preferidas, nossas noivas, nossos amigos e nosso entretenimento; os espaços públicos da nossa cidade, nossa igreja, nossas crenças religiosas, nosso partido e ideologia política. Quando saímos de férias e caminhamos pelas ruas da cidade ou viajamos de metro, é como se estivéssemos nadando num rio de significados, imagens e símbolos. Tudo isso faz a parte da nossa cultura, nosso “entorno cultural” (GIMENEZ, 1998).

Os significados culturais se objetivam em forma de artefatos ou comportamentos observáveis chamados também “formas culturais”, outros se interiorizam em forma de “hábitos”, esquemas cognitivos ou de representações sociais.

A memória, do ponto de vista de Jaques Le Goff, estabelece um vínculo entre as relações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Tal vínculo, além de construir um “elo afetivo” que possibilita aos cidadãos perceberem-se como “sujeitos da história”, plenos de direitos e deveres, os torna cômicos dos embates sociais que envolvem a própria paisagem, os lugares onde vivem os espaços de produção e de cultura (PELEGRINI, 2006; p.116).

A todo grupo humano corresponde ter “o direito à memória”, este direito enfatiza a importância da preservação das manifestações humanas do passado que conformam o seu patrimônio histórico, artístico e cultural, sendo este o testemunho da herança de gerações passadas, que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo, às gerações por vir, as referências de um tempo e um espaço singular que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da

intercomunicabilidade na história. As lembranças do tempo passado só retornam devido a algum acontecimento no presente, eles – passado e presente – se encontram no meio do caminho, como memória involuntária (HALBWACHS, 2006). Esses acontecimentos gravados na memória estão sempre envolvidos com o espaço que ocupávamos, e que se transformam em outras imagens na nossa imaginação (ARRUDA, 2008).

Para poder entender como esse jogo de simbologias e acontecimentos que se geram no nosso entorno, e passam a fazer parte da nossa memória e estruturar nossa cultura, considerou-se pertinente a revisão da proposta de interpretação gerada pela Fenomenologia Hermenêutica, desenvolvida por Martin Heidegger (1889-1976) filósofo alemão, desenvolve a base do seu pensamento na sua obra “ser e tempo, pautada sob cinco fundamentos de base que permitiram a compreensão do ser humano e sua relação com o mundo. Essas pautas poderão ajudar a entender de certa maneira a incidência do significado e da memória na consciência do «ser-no-mundo».

- Os seres humanos têm «um mundo»: mas esse mundo ao qual ele se refere não é precisamente o ambiente, a natureza ou o universo em si, é sim o conjunto de relações, práticas e compromissos adquiridos por meio da cultura. Para Heidegger o “mundo” para o “ser” é conformado pela nossa cultura, linguagem, relação com o outro, que faz possível o entendimento de nós mesmos e dos demais. O mundo e o “todo” no qual os seres humanos se encontram imersos, envolvidos, comprometidos no mundo é o existir.

- A pessoa, um ser para quem «as coisas tem sentido»: Heidegger descreve dois modos de como as pessoas estão imersas no mundo. O primeiro é aquele no qual as pessoas estão completamente envolvidas ou submergidas nas atividades cotidianas, num frenesi que não lhes permite notar a sua própria existência. A isso ele denomina «vida normal». Essa vida normal em que vive a maioria das pessoas, que dentro desse frenesi cotidiano, na preocupação pelos horários e as exigências da vida contemporânea, leva à alienação, não lhes permitindo perceber e dar valor a coisas básicas da vida. Na segunda classificação ele caracteriza a situação das pessoas que são conscientes da sua própria existência, considera-as dentro de uma «vida temporal». Essas pessoas geralmente se encontram marcadas por acontecimentos que quebram a rotina cotidiana,

e permitindo-lhes dar valor àquelas coisas que numa «vida normal» não se tem consciência, como o valor da companhia, da amizade, do contato com a natureza, o valor mesmo de estar vivo.

- A pessoa é um ser «autointerpretativo»: os interesses e a atitude das pessoas mostram o que lhes é importante ou preocupante de uma situação específica. Quando os seres humanos expressam e atuam diante daquilo que lhes interessa, tomando uma posição diante do acontecimento ou diante do que são, e o resultado da sua reflexão interna. Permitindo essa autointerpretação conhecer e compreender o seu contexto, é uma maneira fundamental de ser-no-mundo.

-A pessoa como «corporalidade»: para a fenomenologia mais que ter um corpo, a pessoa é corporal. O ser humano possui uma inteligência corpórea que lhe permite envolver-se habilmente em diversas situações. As práticas comuns baseiam-se em capacidades perceptivas compartilhadas. Por meio dessas percepções o corpo adquire uma relação especial com seu entorno imediato, que permite sentir-se identificado com lugares semelhantes.

- A pessoa como um ser «temporal»: Heidegger se refere ao tempo como «temporalidade», considerando que o tempo é constituído de ser ou existência. Ele não é concebido como tempo linear, mas como uma dimensão do ser, da existência, que é a resultante da relação com as coisas. Definindo que para «as coisas» o futuro não é ainda, o passado já foi e o presente é, mas que cada presente afirma toda a presença do passado e é a constante antecipação de tudo o que virá.

Essas relações do ser humano com seu mundo, o qual possui sensações corpóreas diferentes, tempos definidos pelo contexto, e um significado provindo da capacidade de seu autoconhecimento, define a importância dos diversos significantes que conformam esse mundo e servem de elementos para a leitura desse mundo pessoal gerado pelo mesmo contexto.

Esse mundo não é fechado no individual, o coletivo gera esse mundo em cada um por meio da comunidade e atualmente por meio da informação ou da manipulação dela. De forma que a memória é um dos elementos essenciais para a conformação do mundo de

cada ser humano, porque por meio dela reconhecem sensações e temporalidades já vividas, permitindo dessa maneira sentirem-se identificados com o mundo que o contém, e da mesma maneira reintegrar ou rejeitá-los no presente.

Compreendendo nossa memória social, artística e cultural, podemos perceber e controlar o processo de evolução a que está inevitavelmente exposto o saber e o saber fazer de um povo.

[...] a memória social, pode ser construída na dimensão da oralidade e também nas dimensões da escrita e da imagética já que toma, na atualidade, o modelo de sociedade complexa, diversificada e heterogênea (sociedade urbana plural) que contempla as relações entre memória e projeto e sua importância para a constituição de identidade. (DODEBEI, 2005, p.49.)

O direito à memória é garantido quando a comunidade toma consciência do seu papel fundamental de guardião do próprio patrimônio, passando então a impedir a degradação e a destruição do meio ambiente natural ou construído, e objetos culturais, numa ação de salvaguarda preventiva. Uma eficiente política de preservação deve ser integrada à comunidade, atingindo a educação em todos os níveis, conscientizando crianças, jovens e adultos da necessidade de manter viva a herança cultural que nossos antepassados nos legaram desde as eras primitivas. Manter viva a memória de quem fomos, de como atuamos no passado e das promessas que fizemos para o futuro, é a primeira coisa que se precisa para fazer-nos responsáveis da nossa própria realidade (DE ZAN, 2008)²⁰



FIGURA 55: Ditadura Latino-americana. Exercer o direito a memória nos permite lutar pelo conhecimento que e o único mecânicos para a evolução do homem seja permanente, e assim sejam observados os logros obtidos e não sejam cometidos os mesmo erros do passado.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

²⁰ Tradução da autora - Sara Ferreira

Autenticidade e Simulacro

A «autenticidade» é um dos conceitos base na defesa da conservação do patrimônio. Por isso consideramos importante indagar até que ponto esse conceito pode ser aplicado nos espaços urbanos de caráter patrimonial dentro das cidades contemporâneas. Mas para compreender suas vicissitudes do mesmo nos tempos atuais, é importante compreender seu extremo oposto que é definido como «simulacro».

A noção de autenticidade no seu sentido básico refere-se a tudo o que tenha a que ver com o “verdadeiro, legítimo, original, pertencente às origens de um fato ou coisa”. Já para a interpretação no âmbito da preservação e da conservação urbana, isso se dá à medida que os atributos do patrimônio cultural – forma, design, materiais e substância, uso e função, tradição e técnica e outros fatores – testemunham com credibilidade a sua significância. (UNESCO, 2005 *apud* MENDES *et al.*, 2008).

Esse conceito já tratado nas cartas patrimoniais de 1964, na Carta de Veneza, mas só em 1994, na Carta de Nara, foram definido os marcos balizadores para a discussão sobre a autenticidade. A motivação que levou à realização da conferência em Nara foi a forma de conservação dos monumentos japoneses, pois eles têm a tradição de substituir as peças deterioradas, a cada vinte anos, sendo reproduzidas as mesmas peças de forma rigorosa, permitindo assim a continuidade de uma tradição religiosa primitiva asiática. Essa forma de conservação contradiz a visão de conservação ocidentalizada defendida e propagada pela UNESCO, a qual defende a «autenticidade» dos materiais que compõem o bem cultural, em detrimento dos processos de criação e recriação desses bens. Esse é um dos motivos pelos quais as candidaturas dos monumentos japoneses a título de patrimônio mundial eram de difícil aprovação. Mas assim como estes monumentos, que não estão em consonância com o conceito de autenticidade defendido pela UNESCO, existem vários outros tipos de bens patrimoniais no mundo que de alguma maneira não estão dentro dessa classificação. Assim, por exemplo, se dá com construções da África feitas de materiais frágeis, que continuamente tendo de ser substituídos. Ou cidades que foram devastadas pela Segunda Guerra Mundial e foram reconstruídas com máxima fidelidade, como forma de reconquistar a dignidade dos

seres que nelas permaneceram. Seria, pois, possível considerar a autenticidade de sentimento menos importante que a autenticidade da fabricação? (JHONSON, 2000).

A partir da conferência em Nara, a noção de autenticidade é ampliada, considerando que ela é o fator essencial para a atribuição de valor e que é decorrente da diversidade cultural, sendo feito o seu julgamento considerando o contexto de cada bem cultural. Mas com isso não foi possível alcançar a clareza necessária do termo para ser utilizado como ferramenta ou parâmetro de julgamento de um modo global. Isso impôs aos países a necessidade de elaborarem suas próprias cartas a partir da ótica particular de suas próprias culturas. Desses, são três os destacados dentro do campo da conservação, a Carta de Brasília (1995), a Declaração de Santo Antão (1996), e a Carta de Riga (2000).

Na Carta Patrimonial de Brasília (1995), começa-se a definir a autenticidade com uma transcrição de Juan Baptista Alberti (1810-1884) desta maneira: "Prosseguir no desenvolvimento significa adquirir uma civilização própria, mesmo que seja imperfeita, e não copiar as civilizações estrangeiras, mesmo que sejam avançadas. Cada povo deve ter sua idade e seu solo, cada povo deve ser ele mesmo [...]". Nessa carta não é ampliado o conceito, mais é ressaltada a importância do conhecimento das tradições culturais locais, por meio do estudo das técnicas e dos modos de fazer, antes de qualquer intervenção.

Na Declaração de Santo Antão, pretende-se uma abordagem mais prática para a autenticidade. Propondo cinco indicadores para a valoração da autenticidade: 1- Relação de valor de verdade; 2- Integridade; 3- Contexto ou ambiente; 4- Identidade; 5- Uso e função. No entanto, a definição desses indicadores não corrobora a operacionalidade do conceito de autenticidade (MENDES, 2008; *et.al*)

A Carta de Riga (2000) foi elaborada direcionada as necessidades das cidades do nordeste europeu. Refere-se à relação de autenticidade e à reconstrução histórica do patrimônio cultural, na busca de definir balizas para projetos em execução, que buscam reconstruir ou recuperar prédios e áreas das cidades afetadas por conflitos bélicos ou domínio de estrangeiros.

Essas cartas são documentos que nos permitem interpretar a dificuldade da definição do conceito de autenticidade num sentido global, pois ele pode variar com relação ao contexto e cultura em que é aplicado. Elas deixam claro, ademais, que uma cultura não pode impor a sua forma de compreender o valor dos bens culturais de outras culturas diferentes. Pois o valor do patrimônio essencialmente não se encontra no fator material, mas sim no representativo para a cultura à qual pertence.

Paralelo à busca da definição do conceito de autenticidade se dá a aparição de outro fenômeno, o «simulacro». Este é considerado por Jean Baudrillard²¹(1929-2007) a partir de seu sentido de “[...] fingir ter o que não tem”, confundindo e mimetizando o falso e o verdadeiro, o real e o imaginário, um jogo desenvolvido no mundo das aparências. Baudrillard lembra ademais que o uso bíblico da palavra “simulacrum” em Eclesiastes em que é utilizada para referir-se a “[...] uma cópia perfeita do original que pode não ter existido nunca”. O seu símbolo mais expressivo é a máscara.

A globalização econômica encontra-se, assim, inevitavelmente associada à globalização cultural, um processo que reflete na criação de um hiper-espaço global, um mundo de simulações e de simulacros pautado pela instantaneidade e pela superficialidade (Baudrillard, 1991).

O conceito de simulacro é utilizado como base para o discurso nº6 da série realizada por Edward Soja²² (2008), sobre os estudos da complexidade urbana contemporânea. O discurso Nº 6 trata especificamente do que ele denomina “simcities”²³ ou cidades simulacros. Esse discurso gira em torno da «reestruturação do imaginário urbano», das

²¹ Reconhecido mundialmente pelas suas investigações sobre o tema da “*hiper-realidade*”, focada basicamente na sociedade dos Estados Unidos.

²² Geógrafo político posmoderno y urbanista, Norteamericano (1941-) Postmetropolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. (2008)

²³ Este termo “simcities” foi inspirado no videogames chamado “SimCity” de Will Wright, no qual cada personagem pode chegar a criar sua própria cidade, por meio de simulações e uma série de ferramentas proporcionadas pelo avançado sistema informático que permitiu seu design e desenvolvimento.

várias visões de mundo e de espaços habitados na vida contemporânea. Incorporando bases da «teoria da informação» com as mais altas tecnologias cibernéticas à disposição. Transformando-se na atualidade em uma das forças mais poderosas de controle e manipulação da consciência cívica. Forma diferente e sutil de regulação social e do espaço.

Esses mundos imaginários gerados nos ciberespaços são levados à realidade de diversas maneiras. Um dos clássicos espaços de simulação da realidade não existente, mas bem imaginada e levada à realidade são os parques temáticos, é o “Disneyworld”, símbolo máximo desse conceito, oferecendo um mundo fisicamente real gerado à base de sonhos e imaginação, vendendo um produto único que nada tem a ver com a vida real do cotidiano.

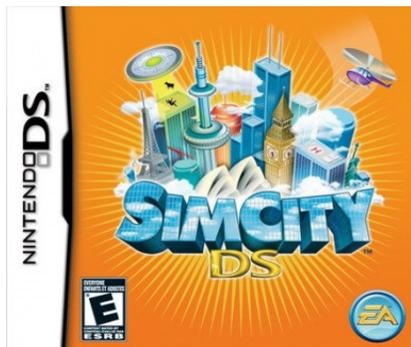


FIGURA 56: Sim City, jogo para criar o teu próprio mundo no cyber espaço.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 57: O mundo fantástico de Walt Disney
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Atualmente os parques temáticos são programas aplicados em várias partes do mundo, levando realidades inexistentes para certas regiões e recriando-as tendo como parâmetro o fundamentado no consumo da diferença. Piscinas que recriam ondas em lugares onde não existe mar, pistas de patinagem sobre gelo em regiões de temperaturas elevadas, pistas de esqui onde não existe neve e outros tipos de situações, uma série de Veneza pelo mundo a fora e outro tipo de situações que são conhecidas como “hiper-realidade”.

As técnicas baseadas na simulação, que proporcionam uma hiper-realidade para o espectador, pouco a pouco foram sendo incorporadas aos projetos de intervenção urbana. Gerando lugares com imagem de um passado que nunca existiu. Onde são

recriadas constantemente situações do passado que já não têm nada a que ver com a vida real do lugar. Um exemplo bem chocante é a cidade de Willansburg nos Estados Unidos, nela, diariamente, vive-se um dia ao estilo do dia em que foi declarada a Independência dos Estados Unidos da América. Com réplica de ruas, casas, vestimentas e teatralidade diária.

Por outro lado, Gilles Deleuze (1980) considera o conceito de «simulacro», como caminho unívoco para a concretização das múltiplas realidades do homem contemporâneo. Com ideias baseadas na aceitação das diferenças e da diversidade, na busca da reabilitação do mundo do simulacro. Sendo este um dos focos dos muitos grupos sociais que hoje são conhecidos como «tribo urbana». Grupos que adotam na sua vida cotidiana elementos pertencentes a mundos imaginários extraídos da ficção, pois dessa maneira encontram linhas de fuga do medo da solidão.



FIGURA 58: O mundo paralelo dos mangás, cosplays e afins. Jovens disfarçados de desenhos animados para poder integrar uma tribo urbana.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Esse tipo de expressão se encontra ligado ao conceito de identidade, anteriormente descrito. A globalização muda tanto o modo de vida das pessoas ao ponto de quebrar a relação com as próprias raízes. Ao se encontrar sem referência, sem identidade, sem noções que lhe permita fazer parte de algum lugar do mundo, o ser humano se faz consciente da sua solidão. E na busca por fazer parte de algo ou de algum lugar, passa a incorporar esses estilos de vida propostos pelo novo parâmetro de sociedade.

A sensação de solidão e angústia que se intensifica pela aceleração dos acontecimentos, se encontra relacionada diretamente com vários tipos de espaços, produto dos tempos pós-modernos, espaços definidos por Marc Augé (2000) como «não lugares».

Esses são espaços urbanos essencialmente de trânsito, de passagem, nos quais a sensação de solidão, mesmo estando entre uma imensidão de pessoas, aumenta. São espaços que não pertence a ninguém, mas que é freqüentada por uma multidão num desenfreado vai e vem sem contato ou identidade, passando assim só a fazer parte da paisagem. Alguns destes espaços são as salas de espera dos aeroportos, estações de transportes, trem, metro, ônibus, travessas de grandes vias de circulação, shopping Center, pedágio entre outros.



FIGURA 59: Metro, lugar de trânsito.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 60: Cruzamento de Avenidas
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Gentrificação ou Inclusão social.

Existe uma grande preocupação dos pesquisadores com relação aos efeitos que as intervenções de requalificação podem causar nas áreas centrais. A transformação de certos setores e áreas prova sua refuncionalização e mudanças na composição social de seus habitantes, essa transformação tem afetado bairros de antiga formação. Em muitos casos isso levou a as famílias de baixos recursos econômicos a serem substituídas por outras de maiores recursos, fenômeno que tem sido chamado de gentrificação. (BARRETO, 2007) Este surgiu como estratégia de recuperar territórios perdidos no período de renovação urbana a partir da segunda metade do século XX.

Foi utilizado pela primeira vez, por Ruth Glass (1912-1990) no seu livro *Introduction to London: aspects of change (1963)*²⁴, nos inícios dos anos setentas, o termo *gentrification* com uma tradução direta «gentrificação», para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados de Londres, reação inversa ao modelo preponderante até aquele momento que era a suburbanização. Essa noção era compreendida como uma transformação da composição dos residentes de certos bairros, por meio de uma substituição de classes populares pela classe média. (BIDOU-ZACHARISEM, 2006) Mas a gentrificação não é somente um fenômeno social, interfere em todos os âmbitos da estrutura urbana, de forma física, econômica e cultural. O termo foi utilizado posteriormente para diversos outros processos semelhantes de requalificação (BOTELHO,2005)

Para alguns autores esse processo é inevitável para as grandes cidades, cujos centros históricos permanecem esquecidos. Segundo Helena Menna (2007)²⁵ o fenômeno da gentrificação tende a ocorrer por influência de dois processos que podem dar-se de

²⁴ GLASS, Ruth, 1963 In; BIDOU-ZACHARISEM, Catherine. De volta à cidade. 2006

²⁵ Urbanista, Doutora pela FAU-USP, Helena Menna Barreto Silva, tem se dedicado nos últimos anos a problemática dos centros urbanos, como pesquisadora e consultora. Foi coordenadora do programa “Morar no Centro”, da Prefeitura de São Paulo, entre 2001-2004. Atualmente coordena um projeto para desenvolver um “Observatório do centro de São Paulo”, junto ao Labhab da FAU-USP.

forma combinada ou não. Por um lado a “*demanda*” e por outro a “*oferta*”. O processo da *demanda* surge como um desejo da classe média de voltar para a cidade depois de décadas de encantamento pelos conjuntos e loteamentos fechados²⁶, gosto estimulado fortemente pelas propagandas do setor imobiliário. Mas esse grupo social não consistiria na classe média tradicional, mas sim numa classe denominada “yuppies”,²⁷ formados por famílias jovens, de maior escolaridade. No entanto, o processo da «oferta» surge pelas decisões dos produtores de espaços, e considerada uma estratégia de governantes em acordo com o setor privado. É pensada dentro do parâmetro de tornar a cidade competitiva, dotando assim o centro de características que o torne atrativo para a classe social que possa sustentar esse projeto, oferecendo assim opções de moradia, consumo e lazer.



FIGURA 61: Casais jovens no convívio nas áreas revitalizadas

Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 62: Washington Mews

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

²⁶ Em um momento toda essa classe média esteve relacionada ao desenvolvimento de novas áreas urbanas localizadas no perímetro metropolitano. Nesses novos espaços onde as ofertas consistem em uma privacidade relativa por meio de residência unifamiliar, com preços de solos inferiores devido à menor pressão demográfica. E a essa vantagem de morar em residência unifamiliar, com jardim se soma a maior tranquilidade dessas áreas e a sensação de segurança.

²⁷ Essa classe social é formada por profissionais liberais, técnicos altamente requisitados e as pessoas que trabalham em oficinas com cargos bem remunerados.

O pesquisador Neil Smith²⁸ é uma das referências nesse campo de estudo. Com trabalhos de pesquisa sobre um dos processos mais significativos de gentrificação em espaços urbanos degradados, que é o caso de Nova York. Ele detecta três momentos de inserção de mudanças, ou como ele a denomina “ondas” de “regeneração urbana”. A *primeira onda* foram atos pontuais e esporádicos, por artistas que instalam seus ateliês e passaram a viver em bairros como Greenwich Village e Soho entre os anos cinquenta e setenta. A *segunda onda* é assumida por promotores imobiliários, que optem enormes lucros. A *terceira onda* com os resultados obtidos por essas transformações da imagem urbana passa a ser assumida como estratégia da cidade, atingindo assim, com o tempo, todos os bairros populares.



FIGURA 63: Greenwich Village / Intersecção SOHO
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 64: Áreas revitalizadas/ SOHO
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Nesse processo a gentrificação deixa de ser vista como uma anomalia local do mercado imobiliário, passando a ser compreendida como componente residencial específica de uma ampla reformulação econômica, social e política. Pela qual Smith reconhece que a “regeneração urbana” hoje representa uma estratégia central na competição global entre as diferentes aglomerações urbanas. Pois se tornou um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. Justificada pela criação de

²⁸ Graduate Center, CUNY, New York.

empregos, geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais.

A gentrificação aparece assim como uma nova opção, com base na recuperação do interesse pela cidade. Isso não implica um deslocamento massivo, consiste mais numa mudança de preferências em que as motivações podem ser variadas, como a saturação dos subúrbios, os custos e dificuldades nas deslocamentos, a carência de determinado estilo de vida, distanciamento dos centros de trabalho, o ócio e consumo. Gerando um custo elevado não só com relação ao dinheiro, mas também ao tempo, devido à saturação do trânsito e o estresse produzido pelo constante deslocamento. (DIAZ, 2004; p 6)

O gentrificador é um dos elementos fundamentais, pois ele consiste no elemento essencial da valorização desses espaços, por meio dele as empresas promotoras podem materializar seus benefícios, e com a sua presença e a sua nova moradia constituem o fator fundamental na nova composição social do bairro. Poderia ser considerado como um pioneiro urbano que arrisca a si mesmo e seus investimentos para transformar um bairro indesejável e deteriorado num bom lugar para viver (N. Smith; Peter Willians). A ideologia que sustenta esse tipo de projeto se encontra apoiada basicamente no indivíduo.

Por outro lado este grupo social não só adquiriu um novo posicionamento dentro da escala de classes, mas percorrendo este trajeto foram adquirindo ademais um nível cultural mais elevado. Motivo que os leva a observar de uma maneira especial ao fato de morar em prédios de valor histórico. Morar nestes prédios passa a ser um elemento de bom gosto, e é mostra indiscutível da sua identidade como membro dessa classe média-alta urbanista (SMITH, 1988; HARVEY, 2007)

A universidade de Hamburgo na Alemanha tem um programa chamado “*Europa Port Cities: Disadvantaged Urban Areas in Transition*”, que consiste na cooperação entre universidades e ONGs de portos europeus²⁹ que com um fundo da comunidade europeia realizam trabalhos de análises sobre o processo de pobreza e de exclusão social como consequência da reabilitação e gentrificação de zonas portuárias e exploração de estratégias de subsistência urbana. Buscando a integração social em nível participativo com o fim de capacitar e fortalecer os atores submetidos a processos de exclusão social (TRIER, 2004)

Na América Latina essa problemática é bastante presente, mas dificilmente aplicável ao pé da letra. As diferenças nas motivações para a aplicação desse tipo de intervenções são várias. O interesse da classe média de voltar ao centro não é a mesma de outras partes do mundo, pois as ilusões de melhor vida em complexos fechados e “isolados” da violência continuam marcando o gosto da classe média da maioria dos países da América Latina.

Geralmente, os centros antigos eram locais dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) das diferentes esferas, do comércio e do lazer mais importante, e moradias das famílias abastadas, sendo por isso considerado “centro da cidade” e “de todos”. Com os processos de modernização das cidades, esses espaços foram perdendo moradores e atividades. Foram-se gerando novas centralidades, por um lado com as propostas dos condomínios fechados que chegaram a recriar microcidades dentro deles, como também as próprias administrações locais foram se deslocando para outros setores da cidade reforçando novas centralidades. Esses antigos centros, paralelamente, recebem novos grupos de pessoas e atividades que ocupam os espaços deixados geralmente desenvolvendo-se como zona de comércio popular ou especializado, frequentemente de importância regional. Em alguns casos são cheios de vitalidade, mas refletem o descuido do poder público com a qualidade do espaço, permitindo a visibilidade da pobreza e as diversas formas de sobrevivência buscadas pelos pobres.

²⁹ Portos de Dublin, Hamburgo, London, Thessaloniki, Algeciras e Ceuta.

Economia Urbana e Sustentabilidade.

A economia urbana é parte integrante do processo de transformação e desenvolvimento econômico. E a condição prévia para a criação de uma base econômica diversificada que gere oportunidades de emprego. As cidades serviram tradicionalmente de centros econômicos e foram se convertendo nos principais provedores de serviços, em motores de crescimento econômico, funcionando no marco de redes de atividades econômicas (HABITAT, 2008)³⁰

Nos processos de intervenção dos centros históricos são propostas estratégias que possam movimentar a economia urbana dessas áreas renovadas. As mesmas que muitas vezes se encontram em estado de abandono e alto grau de deterioração, como movimentos econômicos de sobrevivência, sofrem mudanças de diversas índoles, as quais vão desde pequenas adaptações para um comércio popular a grandes investimentos com efeitos gentrificadores. Mudança relacionada à funcionalidade específica que são dadas a esses espaços tradicionais da vida cotidiana de outrora, que passam a cumprir na atualidade funções especializadas para atividades de ócio, turismo e cultura. É um fenômeno que está se repetindo em muitos centros históricos, essas são fórmulas que são aplicadas a cidades diferentes levando-as a ter um perfil similar. Originando-se em cidades médias da Europa, e repetindo-se da mesma maneira em cidades da América Latina, mas os resultados e conseqüências nem sempre são os mesmos.

Muitas dessas propostas são pensadas para melhorar a capacidade e condições locais (do ponto de vista territorial e social) e com o fim de captar investimentos vindas da economia global. Aqueles impulsionam a competitividade entre as cidades, oferecendo vantagens de todo tipo ao capital global, o qual se encontra flutuando sobre o planeta de

³⁰ Sistema de Naciones Unidas, HÁBITAT. Centro de las Naciones Unidas para el asentamiento humano. Disponível em: <http://www2.medioambiente.gov.ar/acuerdos/organismos/onu/Habitat/OnuHPr9.htm>

modo a encontrar uma localização apropriada para maximizar as suas taxas de lucro. As operações de atração do capital global implicam muito esforço e altos custos que muitas vezes terminam em fracassos (SABATE, 2000)

Uma das principais estratégias nessa competitividade urbana em nível global surgiu da a base das intervenções urbanas e da conservação do patrimônio histórico, no fascínio exercido pela temporalidade nos monumentos e na arquitetura, que nos sessentas do século XX tornou-se um fenômeno global massificado. O que modificou o conceito do turismo urbano que atualmente depende crescentemente da existência de cenários que estimulem a atividade sensorial do turismo (PEIXOTO, 2003). As cidades patrimoniais se transformaram no destino turístico privilegiado do deslocamento mundial.



FIGURA 65: Rua aleatória no centro histórico de Quito-Ecuador. Centro Histórico Patrimônio Cultural da Humanidade a partir de 1978.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 66: Praça da Catedral, La Havana-Cuba. Centro Histórico Patrimônio Cultural da Humanidade a partir de 1982.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

O patrimônio sobre o qual se assenta o atrativo desses destinos tem potencialidades assim como limitações para sua utilização, sem perder o sentido de capital simbólico de uma cultura. Certas operações especulativas com o patrimônio guardam os maiores perigos para a sobrevivência desses testemunhos do passado. A chamada indústria cultural, que em nome da exaltação dos valores históricos e estéticos, transforma o patrimônio em objeto de consumo, através de procedimentos de animação. Por outro lado o chamado “marketing urbano”, no qual o turismo ganha maior peso (VENTURINI, 2005)

De modo que se torna necessário aplicar os conceitos de sustentabilidade às estratégias de economia urbana que possam intervir na realidade dos centros históricos. O conceito de sustentabilidade surge em 1987, no informe de Brundtland das Nações Unidas, definido como [...] a correspondência das necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (GARCÍA, 2002) Esse conceito propõe estratégias de integração dos elementos do meio ambiente e a diversidade política setorial, buscando uma cidade moderna e dinâmica que desenvolva um entorno atrativo e saudável do ponto de vista ecológico (GONZÁLEZ, 2006)

Nas cidades históricas urbanas a sustentabilidade está vinculada à realização de modelos turísticos com a economia e a sociedade local, respeitando as limitações que tem o patrimônio construído como o ambiente urbano para sua sobrevivência, como a adaptação às novas demandas de acessibilidade e de percurso de que precisa o turismo como a comunidade local. Para garantir a vitalidade desses centros deve assegurar-se sua recuperação social e sua multifuncionalidade, isto é possível assumindo que a cidade histórica é capital simbólica de seus habitantes, que devem compartilhar os espaços urbanos significativos com os visitantes, de modo que não é aceitável excluir a população local das operações de refuncionalização do patrimônio (VENTURINI, 2005)

Outra estratégia implantada para a sustentabilidade das cidades históricas e a transformação em espaços de uso de pedestres sem circulação veicular. Sendo a circulação veicular a principal fonte de contaminação atmosférica urbana, essa situação não pode ser totalmente descartada, mas pode ser racionalizada e diminuída melhorando o meio ambiente, sendo substituída por políticas de transporte público direcionadas ao melhoramento do meio ambiente. A cidade histórica é o cenário onde se produzem processos de identificação coletiva, de permanência, que criam comunidade e é nesse âmbito comunitário em que se devem gerar novas alianças para a sustentabilidade (GONZÁLEZ, 2006).

Paisagem Cultural e Qualidade Ambiental.

Atualmente é reconhecida a dificuldade que se tem para poder diferenciar entre patrimônio cultural e natural como também entre matéria e imaterial. Tem-se a consciência de que essa distinção não responde às exigências contemporâneas das atividades de conservação, assim como das próprias transformações ocorridas nas sociedades. Gerando-se assim a revisão de conceitos e políticas de conservação mais abrangentes e democráticas, que proporcionem uma perspectiva mais sustentável. (ARAÚJO, 2009; p. 31). Os processos de conservação se encontram relacionados não apenas à preservação da memória social e histórica e à busca da identidade cultural e da diversidade cultural, mas também se relacionam à possibilidade de continuidade da espécie humana.

O conceito de paisagem vem sofrendo transformações ao longo dos tempos, e seus usos também vêm se modificado até chegar à definição de que uma paisagem é claramente uma ordem espacial que é imposta ao meio ambiente construído ou natural; assim, a paisagem é sempre socialmente construída (ZUKIN, 1996 *apud* ARRUDA, 2008). A paisagem é o que distingue física e simbolicamente o espaço da cidade, e muitas vezes essa paisagem é modificada em nome de interesses econômicos, sofrendo intervenções que modificam a sua forma característica, incluindo novos conteúdos, com a refuncionalização de objetos já valorizados pela população. Passando a ter assim seu patrimônio natural e imaterial descaracterizado, em nome da indústria do entretenimento e da democracia.

As paisagens urbanas conformam a paisagem cultural como patrimônio comum criado com a diferença, tem habilidades para a mudança, evoca associações, lembranças e semelhanças, mantendo a curiosidade dos que passeiam ocasionalmente ou não pelas ruas. O passar cotidiano e despercebido, que não contempla os detalhes, os objetos parecem dissociados do seu contexto, e os significados são lidos de forma superficial (ARRUDA, 2008; p. 2). A paisagem urbana não está definida simplesmente pela sua

arquitetura, suas vitrines, sua natureza, mas essencialmente pelo movimento das pessoas que ocupam esses espaços, suas formas de vestir, suas conversas de padaria, botequim e calçada, sua forma de apropriação dos espaços, elementos que, somados, caracterizam a cultura do lugar.

O tema da paisagem, sua implicância dentro da cultura vem sendo tratado e debatido em diversos congressos de patrimônio cultural, definidas em Cartas Patrimoniais as diretrizes e recomendações a serem adotadas. No ano 1972, a 17ª convenção da UNESCO em Paris, teve como tema principal a proteção do “Patrimônio Cultural e Natural”. Marcando-se assim as primeiras pautas sobre o conceito de Paisagem Cultural. Que surge na conjunção da preocupação em torno do patrimônio cultural e da paisagem natural, com a tomada de consciência relacionada aos diversos problemas que os afetam, e sendo cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida, social e econômica, agravadas por fenômenos de alteração ou destruição de elevado impacto. Estes fatos implicaram na necessidade de definir claramente em que consiste o patrimônio cultural e natural, como também os mecanismos de proteção e sistemas educativos para conscientização dos povos.



FIGURA 67: Machu Pichu (Peru) “A cidade perdida dos Incas”. Combinação de intervenção humana num impressionante cenário natural.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Nessa convenção foram distinguidos claramente conceitos que já vinham sendo tratados anteriormente, como monumentos, conjuntos, sítios dentro da classificação de patrimônio cultural e monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas, sítios naturais ou zonas naturais. Existindo uma clara distinção entre patrimônio cultural e patrimônio natural reproduzindo a forma de compreensão desses termos como opostos um ao outro. Isso baseado na noção, por um lado dos conservadores da natureza que defendem que ela deve ser mantida com o mínimo de interferência humana (FOWLER, 2003), por outro, os que defendem que conservar os bens culturais seria considerá-los monumentos, e que as edificações em ruína seriam fenômenos isolados.

Na Carta do México de 1985, em que aparecem as primeiras manifestações formais na elaboração do conceito, tratando das áreas de paisagem cultural como integrantes das políticas paisagísticas:

[...] fica formalizado que a paisagem deve ter um triplo significado cultural: como determinado território é percebido por um indivíduo ou uma comunidade; dando testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente, e ajudando a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas e crenças e tradições. (CARTA DO MÉXICO, 1985)

Nessa carta se afirma que as áreas de paisagem cultural, topograficamente delimitada, que estão formadas por combinação de vários agentes naturais e humanos, ilustram a evolução, através do tempo e espaço, de cada sociedade humana cujo reconhecimento dos valores social e cultural, em diferentes níveis territoriais, se dá por meio da presença de remanescentes do passado, experiências ou tradições particulares ou por suas representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.

Mas o conceito só consegue ser efetivado na convenção de Paris de 1992, por meio das “Orientações para a implantação da convenção do Patrimônio Mundial” em que foi ressaltada [...] a necessidade de reconhecimento dos valores associativos das paisagens

e dos elementos relacionados aos povos indígenas, além da importância da diversidade biológica através da diversidade cultural e das paisagens culturais (RÖSSLER, 2002 *apud* ARAÚJO, 2009). Na convenção de 2008, a paisagem cultural aparece definida da seguinte maneira:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e sua consolidação ao longo do tempo, sob as influências das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS³¹-PARIS, 2008, p. 24)

Essas foram classificadas em três categorias, buscando englobar três diferentes tipos de paisagens: a paisagem claramente definida, paisagem evoluída organicamente, paisagem cultural associativa³². A primeira baseada nas associações culturais feitas com a paisagem, a segunda com um ressaltado dos processos evolutivos e de cunho historicista, e a terceira com uma abordagem ligada ainda às tradições paisagísticas.

O conceito de paisagem cultural vem sendo muito discutido, é frequente sua inclusão nos sistemas de planejamento e gestão da conservação dos bens culturais. Enfatizando

³¹ Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial – Paris, 2008

³² A **paisagem claramente definida** é a projetada e criada intencionalmente pelo homem, inclui os jardins e parques construídos por razões estéticas. Estes são, muitas vezes, associadas a conjuntos de edifícios religiosos e Monumentais. A **paisagem evoluída organicamente** resulta inicialmente de imperativos sociais, econômicos, administrativos e/ou religiosos e desenvolveu sua forma atual por associação e como resposta a seu ambiente natural. Tais paisagens refletem o processo de evolução em sua forma e elementos. Esta se subdivide novamente em duas categorias; paisagem relíquia (ou fóssil) de processo evolutivo interrompido brutalmente, e que mantém as suas essências materialmente visíveis, enquanto que a paisagem viva é a que conserva um papel socialmente ativo e que mostra provas manifestas do seu processo evolutivo. E a última é a **paisagem cultural associativa** justifica-se pela força da associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes (Anexo III, das ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL – Paris, 2008, p. 80)

em alguns lugares o valor social e estético e seus significados para as comunidades, em detrimento da abordagem apenas dos aspectos físicos do lugar. Mas falar de uma definição exata ou fechada do conceito seria algo precoce, pois este conceito lança novos desafios no campo da conservação de bens culturais, ampliando sua abrangência a compreensão dos fenômenos contemporâneos que transformam a percepção dos espaços de interesse cultural, fazendo necessária a revisão dos instrumentos tradicionais de proteção e gestão da paisagem.



FIGURA 68: Vista da Cidade do Rio de Janeiro. Paisagem Cultural não só de uma cidade, mas de um país.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Dentro da paisagem urbana que também pode ser entendida como paisagem cultural sendo produto fundamental da intervenção do homem na natureza, e que essa intervenção seja muitas vezes em maior escala, a relação com a natureza e a produção e cultural são sempre existentes. A maior preocupação se encontra centrada na qualidade ambiental dessas áreas de interesse cultural, pois disso dependem fundamentalmente sua persistência dentro dos parâmetros de valoração que justifiquem a proteção delas.

[...] o conceito de qualidade ambiental, integra um conceito maior definido como qualidade de vida. Este, por sua vez, é um diagnóstico da existência ou não de condições saudáveis de habitação, em termos humanos, sociais, ecológico-ambientais, econômicos, dentre outros, obtidos em conjunto num determinado local (MINAKI; AMORIM, 2007, p. 68)

A qualidade urbana de uma cidade é avaliada a partir do significado e da riqueza dos lugares públicos que a compõem. O lugar público deve ser concebido como um espaço urbano acessível onde se produz o encontro da diversidade. E é essa qualidade ambiental dos lugares públicos que determina os tipos de relacionamento entre as pessoas, assim, é a conformação urbana um dos fatores que caracteriza a forma e o tipo de uso que o espaço adquire.

Existem certos fatores que incidem na perda do valor atual do espaço público (SEGRE, 2005) e esse valor é estimado muitas vezes no decremento da qualidade ambiental desses espaços, esses fatores podem ser: a) tendência á fratura urbana; b) intervenções “supermodernas” na cidade; c) a suburbanização como fuga do centro ou modernização disfarçada; d) a presença do carro e das vias de circulação rápida; e) consolidação do “bairro-mundo” ou “casa-mundo”, definido pela concepção classista e individualista do mundo; f) o surgimento de “metaespaço” públicos que substituem as atividades tradicionais dos espaços públicos reais (supermercados, templos religiosos, shoppings. Implicando estes diretamente no esvaziamento, abandono e deterioração das infraestruturas e dos espaços públicos tradicionais.

3.2 APLICABILIDADES DOS CONCEITOS NAS INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS E CENTROS HISTÓRICOS DA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

Os centros históricos impregnam uma carga simbólica e de identidade, e propagam sua representatividade a toda a cidade em seu conjunto, cuja significação cultural é evidenciada na permanência dos fatos urbanos e arquitetônicos de valor patrimonial. Por outro lado, sua condição de centralidade é afiançada com a presença e concentração de serviços, equipamentos, densidade populacional e construtiva, que evidencia a sua importância na dinâmica urbana contemporânea. (BAGNERA, 2006)

Tendo em conta essas considerações foi considerado pertinente apresentar, neste ponto do trabalho, uma série de casos análogos que ajudem a delinear de certa maneira os possíveis cenários para o caso de estudo. Serão apresentados em dois grupos: por um lado casos de intervenção referentes às cidades históricas e, por outro, casos referentes às intervenções em áreas portuárias. Escolher-se-ão casos de países que passaram de certa forma momentos históricos e realidades políticas e econômicas semelhantes ao caso de estudo. Motivo que levou a centralizar a atenção na América Latina e, de forma especial, em intervenções realizadas em países da região correspondente ao MERCOSUL. Especificamente serão tratados trabalhos realizados no Uruguai, Brasil e Argentina.



FIGURA 69: Porta da Cidade Velha, Montevideú – Uruguai
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 70: Mercado, Salvador, Bahia – Brasil
Fonte: Sara Ferreira.



FIGURA 71: Puerto Madero, Buenos Aires – Argentina.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 72: Porto do Rio de Janeiro, RJ-Brasil.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Considerando que para entender a cidade contemporânea é necessário fazer uma releitura do fenômeno sob a luz das transformações ocorridas na sociedade (GARCIA, 1999) são adotados os seguintes critérios que permitirão compreender e delinear a realidade latino-americana, para que se possa dar um perfil das diferenças, dificuldades e ganhos que apresentam os diferentes projetos elaborados nestes países. Esta leitura será feita com base nos conceitos extraídos dos discursos patrimoniais do capítulo anterior, o que permitirá elaborar uma grade de respostas encaradas desde os seguintes conceitos como: «Cultura e identidade»; observadas a partir da noção de convívio multicultural e de respeito à diversidade; «significados e memória» considerando a especialidade urbana como transmissora de significados que transmitem um passado que permite orientar os valores para o futuro; «autenticidade ou simulacro» respostas dadas com passar do tempo com relação à conservação dos espaços físicos como nas formas de vida, e a realidade da imagem transmitida; «gentrificação ou inclusão social» a forma de trabalhar com os diversos atores que estão relacionados com o espaço urbano; «economia urbana e sustentabilidade» as diversas formas de manter o movimento econômico dentro dos espaços intervindos e sua relação com a macroeconomia; «paisagem cultural e qualidade ambiental» a transformação dos espaços e sua implicância na qualidade de vida do ambiente construído e natural onde se encontra incerto. Por meio desses parâmetros pretende-se realizar um panorama

conceptual da realidade latino-americana e contrastar com as possibilidades existentes no «caso de estudo».

Mas estes elementos serão estruturados em duas plataformas de análises: primeiro, a plataforma da Dimensão Humana que engloba os conceitos de cultura, identidade, significados, memória, autenticidade, simulacros. Segunda, a plataforma da Dimensão Física com os conceitos de gentrificação, inclusão social, economia urbana, sustentabilidade, paisagem cultural e qualidade ambiental. Essa maneira de englobar os conceitos é realizada com o objetivo de definir de uma forma prática a análise para a utilização posterior.

A revitalização urbana é uma ação de desenvolvimento das cidades típica dos últimos vinte anos do século XX nos países da América Latina. É uma forma de enfrentar o desafio do desenvolvimento, segundo preceitos do desenvolvimento sustentável, da valorização da cultura local e, especialmente, dos bens patrimoniais. A revitalização urbana surge como uma resposta ao fracasso dos projetos de renovação, típicos dos anos 1960 – 1970, que implicavam grandes volumes de investimentos oriundos de fontes externas à cidade, a substituição das estruturas urbanas consolidadas e, especialmente, a remoção das populações pobres e dos pequenos negócios das áreas de intervenção (ZANCHETTI, 2006, p.1)

Nas últimas duas décadas as cidades da América Latina estão marcadas pelo fenômeno que incide no aumento da experiência de democracias participativas nos governos locais, desde que várias dessas administrações foram assumidas por poderes de esquerda. Que por sua vez gerou tensões de modelos de gestão, prevalecendo em muitos casos os postulados que defendem a ampliação da cidadania e diminuição das diferenças sociais³³ (BERDÍA; ROLAND, 2008).

³³ Este é o caso da administração a cargo da Intendência Municipal de Montevideú (IMM).

3.2.1 INTERVENÇÕES NOS CENTROS HISTÓRICOS³⁴. CASOS:

CIUDAD VIEJA, MONTEVIDÉU - URUGUAI.

Panorama Histórico.

A cidade de «Montevidéu» nasceu entre 1724 e 1730, como ponto estratégico militar, com caráter de forte, construído como recinto amuralhado, onde a Cora Espanhola se instala com a intenção de apropriar-se do território, devido ao fato de Portugal já ter fundado a Colônia do Sacramento em 1680. (ABBADÍE; BELTRAME; EVIA). Essa nova colônia espanhola foi edificada sob as Leis das Índias, documento que marcou as diretrizes de toda a fundação de cidades colonizadas pela da Coroa Espanhola. A cidade se fortaleceu com a criação da Aduana de Montevidéu, pois ela foi beneficiada com a concessão exclusiva na introdução dos escravos a frente de Buenos Aires. Produzindo um forte movimento comercial na cidade (BONILLA, 2001).

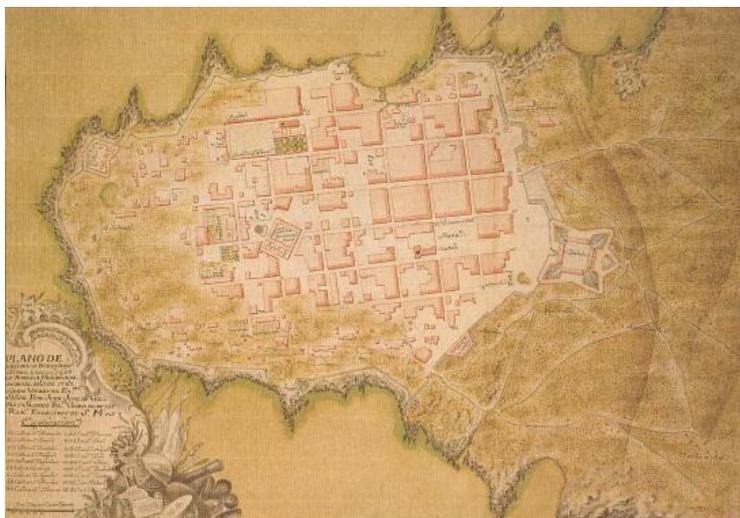


FIGURA 73: Plano da colônia de Montevidéu – Ano 1783
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

³⁴ Recorte elaborado em base ao documento organizado por Fernando Carrion a pós-encontro “Ateliê Sirchal, 1998.”

As construções da primeira correspondem àquelas que conseguiam ser feitas com os materiais disponíveis na época, pedra, barro, couro e madeira leves, com o tempo foram incorporados tijolos, telas e madeiras mais resistentes. Nos últimos anos do século XVIII, eram adaptadas as tecnologias de origem Hispânicas, entre elas a construção de “casa de pátios e açoteia”, consistia em combinar peças de madeira com tijolos. As primeiras construções de importância para a Coroa Espanhola foram construídas pelo Arq. Tomas Toribio, desenhados dentro de linhas sóbrias remetentes ao classicismo.

No ano 1829, são demolidas as velhas muralhas gerando a expansão da cidade para o leste. No final do século XIX podia ser encontrado um dos momentos de maior esplendor da cidade, momento histórico no qual ainda podiam encontrar-se partes significativas daquela coerente construção coletiva

A partir de 1890, a suntuosidade e o luxo tomaram conta das construções. Balcões com trabalhos em ferro delicadamente trabalhado, fachadas mais ornamentadas, uso de materiais mais custosos como o granito. Esse momento foi marcado por uma forte influência neoclássica trazida pelos construtores italianos e do ecletismo historicista pelos franceses. Também foi incorporando-se às construções o uso das peças de ferro importados da Inglaterra, para conseguir espaços mais amplos em prédios públicos e depósitos (BONILLA, 2001)



FIGURA 74: Cidade território após a demolição das muralhas, em 1829. Vista geral tomada do sementeiro novo. 1840. Adolphe D’Hastrel. Litografia. 34,6 x 43,5 cm. Museu Histórico Municipal. Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Durante a segunda metade do século XIX, devido à enorme transformação demográfica a cidade se torna mais densa e se expande. Isso vem acompanhado pelo crescimento econômico com base na exportação de carne couro e lã, esse impacto na modificação de áreas urbanas e de uma forma muito especial o porto e seu espaço urbano de entorno (1901-1909). O porto representava o centro das atividades econômicas da Cidade Velha, manifestado no mesmo estabelecimento de bancos, bolsas e seguros, de aduana, das companhias de importação e exportação, etc. Com isso foram elevados os preços das propriedades, com a implantação de inúmeros escritórios, e uma alta especulação imobiliária, que levou à mudança dos grupos sociais existentes no lugar. Famílias de classe média e alta abandonaram sucessivamente a zona, o que levou a transformar pouco a pouco numa área de moradias unicamente de classes sócias de baixos recursos, instaladas em cortiços, pensões e casas arrendadas por partes (TRIER, 2004)



FIGURA 75: Postal da Baía e porto de Montevidéu, a partir da península (Cidade Velha). 1910

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 76: Mercado do Porto 1940

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A Cidade Velha começa a passar por uma degradação progressiva da sua estrutura física e pela desvalorização do bairro, situação que se agrava no período da ditadura militar (1973-1984), através da política econômica de liberalização e privatização.

Com a adoção do novo modelo neoliberal, significo o abandono por parte do governo do seu papel histórico de regulador das atividades privadas, provoca uma perda total da hegemonia dentro do sistema de representatividade no espaço urbano. A degradação do Centro Histórico tradicional como acento espacial representativo das ações e decisões políticas, a perda de significado e convocatória dos seus espaços como estruturas da identidade coletiva, se reforça com a descentralização das funções administrativa, recreativas e comerciais (GARCÍA, 1999, p.2)

Transformações urbanas significativas dentro do conceito de “renovação urbana”

Em 1928 foi elaborado o “Plan Fabini” de reestruturação viária, procurando soluções funcionais para a melhor circulação veicular, tentando assim dar uma nova imagem mais atualizada à cidade, produzindo dessa maneira as primeiras fraturas na trama histórica da cidade. Por meio desses projetos foram realizados novos delineamentos da “rambla constanera sur”, e do porto, as novas avenidas como a Av. Agraciada. (DELGADO, 2004)

A arquitetura e o urbanismo do Movimento Moderno obtiveram numerosos adeptos nesse país. Em 1929 Le Corbusier visita Montevidéu e fica surpreendido e satisfeito com os trabalhos realizados dentro dos conceitos da nova arquitetura. (BONILLA, 2001). Com o aumento do poder do Estado “batllista”, de vontade centralizadora e ordenadora, deu-se início no ano 1930 o “Anteprojeto de Plan Regulador”, elaborado por uma equipe técnica dirigida pelo Arq. Mauricio Cravotto (Professor universitário da cátedra traçado de cidades e arquitetura paisagística da Faculdade de Arquitetura da Universidade da República). Este plano apresenta forte influência do pensamento renovador do Movimento Moderno, propondo no seu conteúdo temas como a “especialização funcional da cidade”, a higiene, o lazer, e os conjuntos habitacionais.

Em 1959 foi elaborado o “Plano Diretor de Montevideú”, que se define como um conjunto de normas técnicas para orientar as ações executivas do Conselho Departamental em aspectos para o desenvolvimento futuro da cidade. Retoma influências da doutrina do C.I.A.M. (BONILLA, 1999). Com este plano pretendia-se atrair, através de uma nova imagem, um público que faz algumas décadas fosse afastando para outras áreas periféricas. Posterior a este, mas com muitas afinidades surgiu a “Associação Pro Ciudad Vieja”, com uma visão radicalmente renovadora, tendo como conceito base a eliminação da degradação existentes sendo edifícios antigos ou ocupações de setores de baixos recursos econômicos.

Entre os anos 1973-1985, período correspondente ao governo ditatorial, desenvolve-se o *boom* das construções no país, essa combinação que significou uma das mais importantes transformações urbanas, retirando o sentido de monumentalidade de vários prédios e até o próprio traçado urbano original foi modificado. Várias demolições por meio de declarações de prédios em ruínas, produzindo a desapareição de vários exemplares, e foram substituídos por prédios de caráter geralmente banal e de notória falta de adaptação ao contexto. Mas não tudo o que foi demolido foi substituído por algo novo, deixando vários espaços baldios dentro da cidade. Nos anos oitentas começou a ser reestudado o “Plan Diretor de 1956”, responsável pelas mudanças produzidas na cidade por meio das novas doutrinas urbanistas.

Em julho de 1982 a Prefeitura de Montevideú por meio do decreto municipal N° 20.843, declarou de "interesse municipal manter e valorizar o caráter de testemunha que possuem as construções e contextos urbanos que conformam a Cidade Velha de Montevideú" e pelo qual foi criada a chamada Comissão Especial Permanente da Cidade Velha (CEPCV) órgão plurinstitucional. Tendo este que estabelecer controle sobre todas as obras que fossem executadas na jurisdição e promovessem ações para a sua valorização. A criação dessa comissão não foi o motivo essencial para modificar a política de intervenção na cidade velha (BONILLA, 2001). O que produziu mudanças reais foi a consciência coletiva gerada em torno do dano irreparável que se vinha infringindo na cidade, ao amparo de um suposto progresso do qual não se teve maiores notícias. Movimento que através de uma série de mecanismos denunciou e sensibilizou a população e as autoridades sobre a falta de proteção do patrimônio edificado da

Cidade Velha. Isto foi fomentado por um grupo privado de profissionais universitários, o Grupo Estudos Urbanos (GEU), em 1980, por meio de um trabalho audiovisual intitulado “*Uma cidade sem memória*”, realizando uma das mais importantes denúncias públicas a serem toleradas naquele momento



FIGURA 77: Praça da Independência, século XX
Fonte: Sara Ferreira

A novidade foi deixar de lado os mecanismos reguladores convencionais, deixando em mãos de grupos de cidadãos com conhecimentos técnicos e de trajetória reconhecida, uma série de normativas predominantemente conceituais, simples e flexíveis, tentado por este meio chegar a resultados coerentes com as características da área. A primeira etapa esteve assinada por um forte protecionismo, procurando neutralizar as energias das anteriores políticas de demolição. Essa etapa foi marcada por força de vontade, eficiência, unidade de um pequeno grupo de pessoas que trabalhava sem recursos próprios para as obras. Por uma implantação coerente de políticas urbanas com referências em modelos teóricos.

Este caso não consistiu na elaboração Plano Diretor convencional, mas num modelo urbano implícito onde foram enquadradas as decisões. As ações encaradas estavam baseadas em critérios pragmáticos e factíveis, considerando sempre as possibilidades reais de financiamento e realização em curto prazo. Os processo e resultados, que

foram em certo grau de boa qualidade ambiental, não conseguiram manter a homogeneidade que pode ser observada em outros centros históricos da América Latina. Mas graças a essa qualidade alcançada, foi possível a incorporação da arquitetura contemporânea adaptada às regras ditadas para o entorno (BONILLA, 2001).

Projetos e intervenções para a conservação

No período correspondente aos anos 1985 e 1990, o IMM e o Banco Hipotecário de Uruguai (BHU) dá subscrição a um acordo declarando a cidade velha como “zona de interesse prioritário”. Isso proporciona a criação de linhas de crédito para reciclagem de edificações existentes, são financiados programas habitacionais de promoção privadas, é fomentada a construção de conjuntos habitacionais por meio de obras novas ou recicladas.

Foram elaboradas normativas que incentivassem a iniciativa privada. Por outro lado o IMM a participação da cidadania foi incentivada por meio de planos Estratégicos de desenvolvimento Zonal, que favoreçam o orçamento participativo. Isto procura buscar maior democratização por meio de novas formas participativas, otimização de recursos e o repasse de responsabilidades por parte do governo central (BERDÍA; ROLAND, 2008)

A partir dos anos noventa, várias ações e programas de reabilitação vêm sendo propostos e aplicados nas áreas centrais de Montevideú. Essas iniciativas surgem de diversos âmbitos, tanto público (nacionais e estaduais) como privados e até de cooperação internacional. Entre elas se encontra a Unidade Permanente Habitacional e a Faculdade de Arquitetura da Universidade da República, que tiveram propostas que buscam potencializar a participação popular e reverter a fragmentação social e a segregação residencial.

O “Programa Piloto de Reciclagem” impulsionado pelo IMM, pelo qual foram propostas experiências demonstrativas de reciclagem de edifícios para moradia, localizados nas áreas centrais, por mecanismos de ajuda mútua e autogestão. Essa

proposta pretendia atingir os seguintes objetivos: reciclar os edifícios antigos e ter mais famílias vivendo em zonas de infraestrutura existente; deter o processo de expulsão da população de baixa renda para as áreas periféricas; demonstrar a validade econômico-financeira desse tipo de projetos por meio de soluções habitacionais boas, dignas e de baixo custo.



FIGURA 78: Reciclagem cooperativa.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 79: Reciclagem com destino a oficinas e comércio sobre Praça Matriz. 1998
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Foi também elaborado o “Plano Especial de Ordenança, Proteção e melhora” com os seguintes objetivos: proteção dos traços essenciais do ambiente histórico urbano, criar um ambiente regulatório estável e transparente, associado à visão consensual de futuro, definir áreas de planificação derivada e normas complementarias de desenvolvimento.

Montevideú é hoje uma das cidades mais preservadas da América Latina. Cinco comissões controlam as suas áreas mais características e uma normativa especial de alturas regula as mesmas, contemplando diferentes aspectos da cidade. Existem aproximadamente 600 imóveis protegidos com a classificação de Monumentos Históricos Nacionais (totalizando 200.000 itens) e o governo da cidade somou a isso a proteção de mais 65, enquanto protege um determinado número de exemplares vegetais, iniciando a preservação de seu acervo verde (PEREZ, 2001, s/p.)

Dimensão Física

A paisagem cultural da «Cidade Velha» se encontra delineada em primeiro lugar pela sua localização, pois esta se encontra situada sobre uma península, que desde seu eixo apresenta leves inclinações para as laterais e para o extremo, gerando uma unidade geográfica e paisagística com os elementos que conformam a Baía de Montevidéu, a colina e o Rio da Prata. De qualquer ponto desse território estes elementos são visualmente presentes. A estrutura urbana construída em base de tabuleiro regular quebrada no centro por uma peça singular girada que é a Praça Zabala. (ABBADIE, 2008) A «Cidade Velha» e o centro histórico e o bairro portuário, sede de bancos, empresas, ministérios e residência de uma população pobre, centro turístico e zona portuária, e distrito desvalorizado, sitio de atividade em gastronomia, entretenimento e cultura.



FIGURA 80: Cidade de Montevidéu
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A cidade de Montevidéu, diferentemente de outras capitais do continente, não sofre pressões sociais muito agudas, por um crescimento congelado que devém da alta taxa de emigração da população. Isto permite manter de certa maneira nas suas áreas centrais o tecido urbano consolidado, e que apesar da degradação que sofre ante a indiferença, continua mantendo certas atividades econômicas, políticas e sociais (GARCÍA, 1999)

Na atualidade existem múltiplos projetos de reabilitação urbana com o objetivo de conservar uma área de importante significado. Grande parte do território da cidade velha foi reintegrado à função residencial. Sendo distribuídos em zonas destinadas a diferentes tipos de grupos sociais, ao sul prédios para classe, ao oeste se pretende manter as características existentes do que eles chamam a autentica “vida barrial”³⁵. Na zona nordeste a IMM promoveu a realização de vivendas de interesse social, financiando a aquisição de terras e o financiamento à cooperativas de Ajuda Mútua³⁶. A oeste, a consolidação de uma histórica área comercial. As atividades e o movimento gerado pelo Mercado do Porto impulsionam novas atividades ligadas à cultura e ao turismo nas áreas tradicionais de comércio de abastecimento cotidiano do bairro. As atividades portuárias continuam sendo realizadas em suas áreas históricas (BERDÍA; ROLAND, 2008).



FIGURA 81: Rua para pedestres das áreas revitalizada.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 82: Rua das áreas revitalizada.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



³⁵ Vida de Bairro – Tradução da autora.

³⁶ COVICIVI – MUJEFA – COVICIVI 2.

Pode-se apreciar ademais um incremento de determinadas atividades que permitem reformular a qualidade ambiental do lugar, como: espaços habitacionais, centro financeiro e econômico, centro histórico e turístico, com espaços comerciais e de vida noturna (bares e boates) com o incremento de eventos culturais e turísticos nessas áreas. Mas mesmo existindo essas áreas de forma bem definida elas mantêm uma interação

constata

FIGURA 83: Cidade Velha, Passeio Sarandí

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 85: Vida de Bairro, rua da cidade velha.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

FIGURA 84: Praça Zabala.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 86: Rua Bartolome Mitre. Uso pedestre, bares e boates.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Na luta contra a gentrificação total dessas áreas e a exclusão social nessas áreas foram propostas os seguintes procedimentos; em diálogo e negociações com ocupantes ilegais dessas áreas foram propostas sua desocupação e a ocupação alternativa de modo a possibilitar a permanência dessas pessoas na área. Focando ademais na vitalidade financeira e técnica construtiva a importância social das operações de reciclagem (DELGADO, 2004). Mas os trabalhos realizados em sua maioria foram incentivados por sistemas de prêmios e ajudas nacionais e internacionais, tendo uma mínima porcentagem na autogestão, que conceitualmente serve de base para os diferentes projetos propostos.

Dessa maneira, a questão da promoção de moradia consistiu no fator chave dessa reabilitação urbana. Incluído dentro dos programas de mútua ajuda pessoas que de alguma maneira tinham para reembolsar o investimento, mas aquelas que não tinham

nem uma capacidade econômica eram parcialmente desalojadas. Por este e outros motivos a Cidade Velha continua perdendo população estável, o que por outro lado leva ao crescimento da marginalidade e a violência urbana (PERÉZ, 2001)

Mesmo com todos os trabalhos realizados desde 1985, pode-se visualizar ainda a necessidade de um salto qualitativo que permita consolidar e ampliar a revitalização da área. As dificuldades ainda estão presentes como a relação com os habitantes, pouca oferta de serviços de caráter comunitário, edifícios deteriorados. Em certo grau foi possível recuperar a identidade do lugar, que o faz atrativo para os investidores. Isto constitui uma vantagem, mas ao mesmo tempo implica num elemento vulnerável, o governo deve elaborar programas que incentivem a permanência da população nessa área. (BERDÍA; ROLAND, 2008)

Mesmo tendo a consolidação ou vínculo afetivo com a cidade existente, os conflitos de interesse em torno do poder sobre a cidade são persistentes. O tempo exigido por um plano introduz mudanças reais na cidade, por mais curto que pareça, e não sempre que os agentes financeiros toleram. Isto leva certos setores a propor outro tipo de empreendimento de grande envergadura em áreas distantes do centro trasladando os seus interesses a outros setores da cidade (PERÉZ, 2001)

Os diferentes processos que passaram pela Cidade Velha, sem carecer de certa unidade, não chegarão a alcançar uma qualidade ambiental homogênea, características de centros históricos bem conservados. Mas esta por outro lado pode ser considerada como qualidade, do ponto de vista que possibilita a incorporação da arquitetura, que devera estar incerta por meio de regras que não agridam a esse entorno valorado. E com o tempo essa aceitação da diversidade adaptada a uma realidade fisicamente existente passou a ser assumida de uma forma sutil como princípio. Cabe destacar ademais a boa evolução dos critérios etnológicos que privilegiavam a objetualização edilícia a outros pontos de vista mais compreensivos do fenomenológico, e de uma amplitude espacial maior.

Estes ideais serão colocados em prática com a incorporação de uma gestão integral, que articule e integre as diferentes iniciativas que possam existir. Dessa maneira a liderança do governo municipal poderá contar de forma mais eficaz com a colaboração dos

diferentes atores, buscando coletivamente a apropriação definitiva dessa área da cidade (BERDÍA; ROLAND, 2008)

Fernandez Cox cunhou a ideia de uma 'modernidade apropriada' como aquela que expressa o próprio; apropriada enquanto adequada às circunstâncias e nascida de uma 'apropriação' dos elementos exógenos que são pertinentes aos requerimentos locais. Buscando, dessa maneira, recuperar o que Enrique Brown chamava de 'de espírito do tempo' e 'espírito do lugar', evitando cair no anti-historicismo do MM ou na nostalgia pasatista em que deveio o neoclassicismo e reviviam certos pós-modernismos (GUTIERREZ, 1996 apud BONILLA, 1999)

Dimensão Humana

O caráter autoritário do regime ditatorial gera diversos grupos fundados na “cultura de resistência”, as quais buscavam na comunidade apoio para reivindicações de interesse coletivo. Muitos desses esforços eram focalizados na «cidade velha», pelo importante significado para identidade dos habitantes e seu estado de deterioração. Essas lutas permitiram criar um espaço de revitalização democrática vital, que permitiram a união de cidadania na busca de respostas por parte dos governantes, essas ações implicaram ademais na promoção dos valores da cidade existente (PERÉZ, 2001)

Por meio da invocação da “memória” iniciaram-se os primeiros trabalhos de conscientização. A ideia refletida no audiovisual de 1982, intitulado “Uma cidade sem memória”, a destruição da cidade e retratado com o fim de manifestar as perdas irreparáveis de uma área de valor simbólico para a identidade coletiva da sociedade nacional. Essa manifestação permitiu deter em uma primeira instância a destruição de edifícios de valor histórico, também permitiu identificar a importância da população residente dentro das ações e desenhos das políticas que pretendam preservar e revitalizar áreas como estas. E a importância de promover processos de recuperação urbana com a participação ativa de seus habitantes tradicionais, capazes de apropriar-se e ampliar valores patrimoniais na área (BERDÍA, 2008)

As intervenções realizadas a partir de 1982 tiveram como base a ideia de “manter e valorizar o caráter de testemunho que possuem as construções e o contexto urbano da Cidade Velha”. A base ideológica dessas intervenções reconhecia a cidade como uma entidade integrada por diversidades, superando anteriores visões uniformizadoras e totalitárias, que negavam os valores da cidade existente. O envolvimento de vários atores como profissionais, universitários, culturais, políticos e vizinhos em geral, que representam diferentes visões e posições sobre o desenvolvimento da área, e dá uma amplitude e integração, estes, por sua vez, são mecanismos que garantem gestões transparentes e de credibilidade (PERÉZ, 2001).

O mecanismo utilizado para a relação com os habitantes foi a modalidade de produção de autogestão, a qual se encontra apoiada na longa experiência nacional de cooperativismo, incorporando as particularidades da estrutura física e social específica. “Essas associações de “ajuda mútua” colaboram na melhoria da qualidade do hábitat, permitem ademais exercer o controle social do espaço urbano. Pois estão baseadas na ideia de que “a memória da cidade pode ser revitalizada a partir dos habitantes que por meio da autogestão impulsionam o processo de produção de seu hábitat”, e que “trabalhando a história com o coletivo pode ser fortalecida a identidade e reafirmar o sítio como lugar comum” (BONILLA, 1999).

As mudanças qualitativas do ponto de vista cultural na Cidade Velha são marcantes. As reabilitações e reciclagem refletem a necessidade de respeito com o qualificado perfil eclético do centro histórico, as obras contemporâneas procuram dialogar de uma forma harmônica, sobre o traçado colonial e, com alguns de seus restos arquitetônicos, com o ecletismo do século XX, o modernismo, o *art déco*, junto a adequações dos espaços públicos para as necessidades contemporâneas como a transformação do traço de pedestres em certas ruas.

Mas apesar de todos os esforços realizados, ainda existem tarefas pendentes que necessitam de um salto qualitativo que permitam consolidar e ampliar a revitalização da área. Ainda existem problemas com certos grupos que habitam de forma irregular alguns setores, como também áreas deterioradas e pouca oferta de serviços comunitários. Foi possível recuperar a identidade que é um elemento atrativo para os investidores, mas isto ao mesmo tempo é uma vantagem e um perigo, pois existe ainda

nesse meio uma população vulnerável que precisa ser mantida, para assim manter também o caráter pluriclassista que é um dos valores históricos dessa sociedade (BERDÍA, 2008)

PELOURINHO, SALVADOR – BRASIL

Panorama Histórico.

Capital do Governo Geral do Brasil de 1549 até 1763 quando a capital é mudada para o Rio de Janeiro. Principal centro urbano e porto marítimo do Atlântico Sul durante o período colonial do Brasil. Conhecida por muitos anos como o maior mercado brasileiro de escravos. Devido a isso a cidade tinha naqueles tempos de colônia a maior porcentagem de população negra do Brasil, sendo no século XIX a maior parte dos seus habitantes escravos ou gente que tinha saído dessa condição. Por outro lado, a população estava formada por Portugueses e holandeses que tomaram a cidade em maio de 1624.



FIGURA 87: Salvador, Baía de todos os Santos. 1ra Capital Brasileira
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A cidade de Salvador localizada em frente à Baía de todos os Santos. Concretamente a cidade teve um crescimento urbano e populacional em duas vertentes, determinados pelas características do assentamento, por meio de uma série de bairros que foram se

agrupando em duas áreas, denominadas “cidade baixa” e “cidade alta”. A Cidade Baixa, ligada às atividades portuárias, os prédios cumpriam originalmente função mista, o nível térreo era utilizado para comércio enquanto que o seguinte nível era utilizado para moradia dos comerciantes. Enquanto que a Cidade Alta, ligada a atividades administrativas, os sobrados na sua maioria tinham um uso exclusivamente residencial (BOMFIM, 2000)



FIGURA 88: Salvador, Cidade Alta e Cidade Baixa.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 89: casarões de cinco pisos, que se situavam no Comércio, junto ao cais do Porto de Salvador, foram derrubados. Imagem extraída do livro de Consuelo Novais Sampaio 50 Anos de Urbanização – Salvador da Bahia no Século XIX.
Fonte: Benjamim Mulock | Fundação Biblioteca Nacional-Rio de Janeiro | Reprodução

No século XVIII o Pelourinho constituiu-se a zona residencial mais nobre da cidade, construído em condições de grande desenvolvimento econômico regional, existiam grandes residências de homens de negócio, de grandes comerciantes, exportadores e importadores, senhores do engenho e altos funcionários da administração pública. (BOMFIM, 2000)

As primeiras transformações nessas áreas começaram com a implantação dos primeiros sistemas de transportes em fins do século XIX, que possibilitaram a expansão da cidade para o sul, parte da população pertencente à classe social de elite da cidade mudou-se para essa zona da cidade. Enquanto nas áreas centrais deixadas por essas famílias se instalavam comerciantes, emigrantes, profissionais liberais e outros setores de menor ingresso (SANT'ANNA, 2001). Por outro lado, a preocupação pela higiene e salubridade, tanto como pela possibilidade das circulações abertas na estruturação de um sistema de vias envolvente – alargamento da Rua Chile, Ajuda, Misericórdia e Avenida Sete – e os diferentes mecanismos de transporte (automóvel- 1901, bonde elétrico -1904), foram elementos fundamentais no processo de transformação da cidade de Salvador (BOMFIM, 2000)



FIGURA 90: Rua Chile esquina com Praça Municipal-Salvador, século XIX. Imagem extraída do livro de Consuelo Novais Sampaio editado pela Odebrecht
Fonte: <http://jeitobaiano.atarde.com.br>



FIGURA 91: Av. Sete - 1941
Fonte: Col. Allen Morrison.
<http://jornalisando.hdl.com.br>

A cidade seguiu sofrendo uma série de mudanças durante vários períodos, um dos que tiveram importante impacto foi o que se deu entre os anos 1920 e 1930, na perda de dinamismo do centro da cidade e o processo definido por Milton Santos (1995) como “mecanização do cotidiano”, que levou a que as classes sociais de maior poder adquirissem mobilidade espacial, transferindo suas moradias a outros pontos da cidade. Assim novos eixos de expansão, aliados a um imenso estoque de terras e a uma economia urbana em franca modernização, deram origem a uma nova estruturação espaço-territorial de Salvador. As antigas áreas residenciais são habitadas por grupos sociais cada vez mais pobres. Este período foi marcante na substituição dos quadros sociais, deu-se lugar à formação do grande espaço de prostituição de Maciel.

A partir de 1950 assentou-se a descentralização do comércio propiciado pelas novas obras públicas como a abertura do Túnel Américo Simas e a Avenida Do Contorno, novas vias que evitavam o tráfego pelo centro. Na década de 60 marcada pelo governo militar, o fenômeno da descentralização é direcionado e acelerado, período em que as decisões governamentais transformavam radicalmente a imagem das cidades (BOMFIM, 2000).



FIGURA 92: Avenida do Contorno, Salvador- Bahia. Projetada pelo Arq. Diógenes Rebouças, construída entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa – 1958
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Neste mesmo período surge a ideia da redefinição da política Brasileira de preservação do patrimônio histórico cultural. Sem aprofundar neste aspecto, devemos lembrar que

os anos sessentas representam a descoberta no Brasil, de que o patrimônio histórico poderia vir a ser um grande negócio, por meio do “turismo”, e que nos anos setentas vão buscar, no plano ideológico, a confluência de uma noção ampliada de patrimônio histórico com elementos visando à construção de uma “identidade nacional”; busca particularmente estimulada pelo regime militar. Por outro lado era um momento em que internacionalmente estava sendo cada vez mais incentivados os circuitos turísticos, sendo fortalecido o hábito das viagens de férias, com as pessoas viajando cada vez mais e para cada vez mais longe (GOMES; FERNANDES, 1995)



FIGURA 93: Imagem de Salvador - 1957
Fonte: Dmitri Kessel.



FIGURA 94: Baiana da primeira metade do século XX.
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 95: Capoeira – Salvador.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 96: Abaeté, século XX
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Primeiras Intervenções para a recuperação dos espaços urbanos deteriorados

A ideia de que a solução das áreas patrimoniais se encontrava no turismo cultura, estava sendo adotada e propagada pelos organismos internacionais como a UNESCO e a OEA, que no 1967, através de um encontro técnico no Equador, onde foi elaborado o documento conhecido como Normas de Quito. A ideia principal desse documento era apresentar o "turismo cultural como salvação".

Dentro desse contexto o Pelourinho despertou interesse pelo seu fantástico potencial para o desenvolvimento turístico. A primeira intervenção na área foi planejada pelo governo estadual em 1967, foi criada assim a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, atual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC, a primeira preocupação foi transformar o Pelourinho e o centro antigo de Salvador num centro turístico.

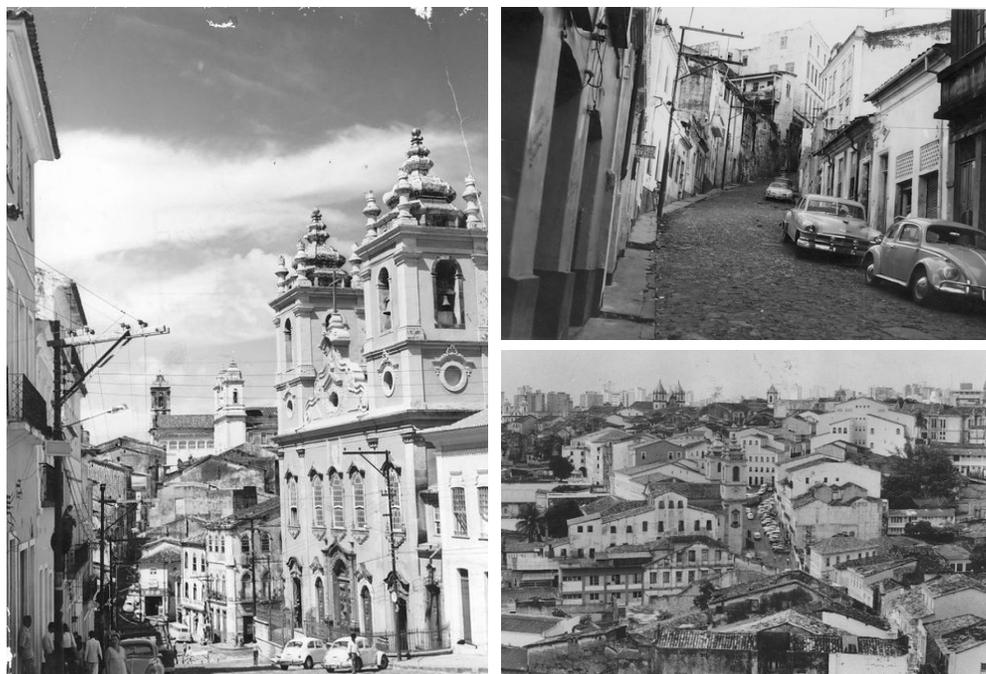


FIGURA 97: Pelourinho – Década de 1970.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Este primeiro projeto focou o largo do Pelourinho e as ruas de acesso a ele, a partir do Terreiro de Jesus. Foi considerado que quando restaurada essa porção do lugar, este funcionaria como um gerador de uma dinâmica capaz de estender ao todo o conjunto do centro antigo. Na realidade isto não aconteceu, e aquele projeto acabou sendo o primeiro de muitos outros. Mais de 20 projetos foram elaborados entre os anos 70 e 90. Quase todos eles sempre com um enfoque explicitamente turístico.

Em 1983 começaram uma série de estudos feitos junto a UNESCO para elevá-lo à condição de Patrimônio da Humanidade. Foram cadastrados os principais monumentos históricos e imóveis. As pesquisas e levantamentos efetuados naquela ocasião constataram que 305 imóveis localizados na área estavam completamente em estado avançado de deterioração ou em ruínas. Pelo grande valor histórico-arquitetônico constatado e sua urgente necessidade de conservação foram declarados em dezembro de 1985 o Centro Histórico de Salvador “Patrimônio Cultural da Humanidade”.



FIGURA 98: Pelourinho – 1985
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 99: Largo do Cruzeiro de São Francisco.
Fonte: Christian Knepper.

Os trabalhos de recuperação da área foram iniciados em 1992, essa população residente foi retirada do lugar por meio de indenizações forçadas e, na maioria dos casos, foram transferidas para outros bairros da cidade. O governo da Bahia, responsável pelo planejamento e execução da reabilitação do lugar, passa a ser proprietário dos imóveis abandonados e expropriados (30% do total). Por meio de antecipo passa a ter os direitos de uso das edificações particulares (70%). Por períodos de entre 5 a 10 anos.

Esse poder passou a definir o perfil das atividades desejadas, o uso do solo e quem poderia estar instalado dentro do Centro Histórico de Salvador.

Os trabalhos de recuperação do Centro Histórico de Salvador nunca foram encarados na sua verdadeira dimensão urbana, mas sim como uma questão “cultural” e como um problema localizado. Enquanto um dos elementos detonantes da constante degradação do lugar e a extrema pobreza da população, o que aumenta cada dia mais a marginalidade na zona, fatos que sempre obstaculizaram todo tipo de projeto focado no turismo exclusivamente (GOMEZ; FERNANDEZ, 1995)

Essa operação realizada na área do pelourinho, na década de 90, conta com a visível vontade política que transforma a intervenção numa marcante operação de *marketing* político. Que procura realizar intervenções pontuais em pouco tempo com a intenção de renovar simultaneamente um grande número de edificações para ampliar a credibilidade da operação. Essas operações também levarão a definir o perfil do cidadão que pode ou não se estabelecer no lugar.

Dimensão Humana

O legado patrimonial e cultural é visível em antigos e ostentosos edifícios que nos falam dos tempos da colônia portuguesa e das diferentes linguagens arquitetônicas e urbanísticas incorporadas ao longo do século XIX e princípios dos séc. XX. Há a mais da variada e rica gastronomia, folclore e religiosidade da sua gente, em que se misturam elementos de diversas origens tanto africana, como indígena e europeia. (LUQUE; ZANIRATO, 2005, p.157).

Para poder entender a aplicação desses projetos e suas repercussões considerou-se pertinente observar a Dimensão Humana, nos seus diversos âmbitos, que serviu de base para essas aplicações destas Ideais. A conformação social do centro histórico de

Salvador passou por grandes transformações que foram acompanhando os diversos processos de desenvolvimento da cidade.

As áreas do centro histórico que podem ser ou foram consideradas espaços de comunidade. O sentido de uma comunidade é marcado pelo que nela acontece, por quem mora e frequenta seus espaços, pelos símbolos que a identificam como tal, mas esses símbolos podem mudar com o tempo. O Pelourinho é um desses casos que mudou várias vezes durante a sua história, que passou de centro de poder branco por excelência, ao pelourinho onde os escravos apanhavam, do centro da baixaria ao centro da cultura negro-juvenil nos últimos anos. (SANSONE, 1995)



FIGURA 100: O Pelourinho do poder branco.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

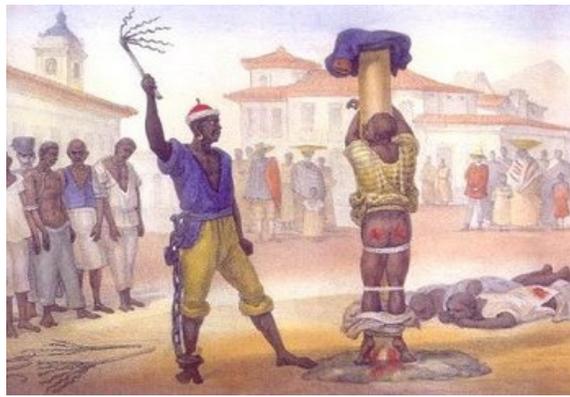


FIGURA 101: O Pelourinho do escravo. Gravura de Debret, 1835

Fonte <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 102: O Pelourinho da prostituição e o deterioro social.

Fonte: Miguel Rio Branco



FIGURA 103: O Pelourinho da nova negritude.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

O Pelourinho ponto simbólico desse centro histórico, se constituiu inicialmente como espaço urbano da elite da cidade, no século XVIII. Já no século XIX, o bairro do Pelourinho, tanto a sua parte alta e a parte baixa da cidade são gradualmente abandonados pelos habitantes originais ou vendidos inteiramente para comerciantes, um dos motivos desse abandono se dá na obsolescência funcional daqueles antigos prédios para o uso residencial. Mas a etapa crítica começa nas primeiras décadas do século XX, o centro comercial também começa a ir embora do centro histórico e a saída das famílias ricas é seguida pela ocupação das casas por famílias de classe média ou pobres, atraídos pelos baixos custos de aluguel das propriedades degradadas e sua privilegiada localização (BOMFIM, 2000).

Segundo Juarez Duarte Bomfim (2000) Neste momento se estabelece um círculo vicioso em que a deterioração inicial leva ao empobrecimento da área, e o empobrecimento se transforma no principal fator de deterioração da cidade. Um dos fatores que transformaram a imagem de certos pontos desse centro histórico foi à liberação da prostituição como mecanismo para a aplicação da “política de costumes”³⁷. A degradação social e a tipologia arquitetônica favoreciam o uso coletivo dessas construções e a concentração da prostituição em áreas em ruínas. Fatores que estigmatizaram paradoxalmente a área com maior concentração de conjuntos de edifícios patrimoniais relevante.

Como uma proposta do Governo para conservar essas áreas já degradadas há várias décadas, considera-se que a área do Pelourinho/Maciel deveria ser uma vitrine do turismo baiano pelo qual deveriam realizar-se obras que recuperassem fisicamente a área, e que estivessem adaptadas para novas necessidades como lojas de artigos turísticos, bares, entre outros, isto implicaria a saída dos moradores tradicionais do lugar. Mas estas propostas em momento algum tiveram muito a ver com a tradição, a cultura nem ou a História de Salvador. Mas também surgiram grupos de resistência que na sua luta propõe como objetivo principal a recuperação humana, a recuperação social

³⁷ Limitar áreas das cidades para certas práticas, considerando que dessa maneira outras serão protegidas e higienizadas de maus costumes de certo grupo social, também como mecanismo de controle.

e cultural da área conjuntamente com qualquer tipo de ação ou intervenção a realizar-se. (RODRIGUEZ, 1995)



FIGURA 104: Bairro Pelourinho/Maciél. Imagens da degradação ambiental e social do lugar. Ano 1979

Fonte: Miguel Rio Branco

Essa transformação urbana vem de uma maneira ou outra acompanhada das transformações na sua dimensão humana, na sua constituição social e na sua expressão e no seu sentido de identidade. Mas a ideia da revitalização urbana desse tipo de lugares não pode estar alheias às inovações do mundo tecnológico que são um dos novos estruturadores das expressões e conexões dos seres humanos. Vão desaparecendo as formas de convivência direta, a forma de comunicar-nos, de comprar e vender, de andar pela cidade. A "ideia de conforto" implica na necessidade de remodelar a cidades, as casas e os edifícios de escritórios, e essa mesma ideia afeta as relações de contato e intercâmbio que existe entre os indivíduos. A percepção do espaço é diferente dependendo desde o ponto de vista que se tenha, nos fugazes passos veiculares as imagens ficam marcadas de forma distinta por lentas caminhadas feitas nas ruas da cidade.

Por trás dessas transformações a cultura dessas áreas também vai se transformando. Segundo Milton Santos (1995) pode-se distinguir-se dois tipos de culturas bem marcadas dentro da diversidade cultural existente, por um lado a cultura de massa dada

fundamentalmente da rede de produção, esta não tem relação obrigatória com a terra, resultado de um cálculo de funções. Em oposição a ela se encontra a cultura popular. Mas o turismo talvez represente com sua clientela errante um traço de união entre ambas as culturas. Essa união e suas consequências incentivam neste centro histórico e cultural, a revisão e o debate de extrema importância que opõem a ideia de indústria cultural e a de cultura.



FIGURA 105: Samba de Roda Marujada. Cultura Popular do interior da Bahia.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 106: Trio Elétrico, carnaval da Bahia. Cultura de Massa
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Para Salvador a cultura em vários momentos da sua história constituiu um fator importante como na época da Independência (2 de Julho), na época das revoltas escravas, na expulsão dos holandeses. Pois ela confere sentido de nacionalidade ao povo, de pertinência, de que a luta que está se levando adiante como coletividade tem valor superior ao sentido de individualidade. Mas em outros momentos ela foi deixada de lado ou ignorada pela elite intelectual, pois esta não consegue conviver com ela sem subordiná-la (RODRIGUEZ, 1995).

O fato do esquecimento ou do relacionamento quebrado entre cultura e comunidade fez que a área central fosse perdendo, gradativamente, algumas de suas características tradicionais, dessa maneira foram-se redefinido e consolidando novas características. A identidade do Pelourinho Centro Histórico quando os movimentos negros começam à atuar na região que foi objeto de marginalização de uma recente exclusão (ARAÚJO,

1995). Dessa maneira a identidade como centro de referência cultural é mantida, definindo-se como um espaço compartilhado por todas as classes e grupos sociais de Salvador. Mas a referência cultural existe, mas é manipulada pela indústria cultural. A imagem de Salvador que se divulga deixa de lado certos traços culturais que foram marcados pela história da cidade, ao invés, transmitem outros que existiram e que não eram essenciais na cultura do lugar (FRANCO, 1995). Pode-se dizer que este é um caso como outros, no qual é assumida a história como mercadoria que se vende bem, seja sob a forma de centros antigos ou de novela de época, considerando que tanto quanto o popular, o regional e o “exótico” são também produtos de grande aceitação.



FIGURA 107: Publicidade, Cultura como Mercadoria.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Dentro desse processo paralelamente foi se gerando um elemento novo no Pelourinho: “um processo intenso de investimento simbólico” dessa área por parte de grupos culturais negros. Isto coincidirá com a proliferação dos blocos carnavalescos de inspiração africana. Esses grupos representam uma ruptura com o “purismo” que se conhecia até então nos movimentos do gênero. Por um lado a produção desses grupos valoriza a tradição e por outro propõem uma reinterpretação contemporânea da tradição. Apresentando uma grande preocupação com sua condição de produto cultural que deve circular pelo mercado e se utilizar da mídia para sua divulgação. Com esse enfoque esse movimento se combina muito bem com a explosão da indústria cultural, tanto em nível nacional como internacional. E foi ele, que depois do fracasso dos sucessivos projetos anteriores, investiu o Pelourinho de significado cultural pujante, colaborando dessa maneira para sua divulgação nacional como internacional. Podendo

dizer-se até que este movimento negro é o que dá “sustento” às intervenções realizadas (GOMES; FERNANDES, 1995). Assim o Pelourinho passa a ser um palco de lutas pela hegemonia cultural sobre essa cidade “cidade negro-mestiça” que se apresenta por fora com uma imagem e por dentro com outra (SANSONE, 1995)

[...] da cidade de Salvador expressam-se como uma cidade negra, de maioria africana, de uma profunda religiosidade africana, de música e de folclore caracteristicamente negro, e mostram isso à população do Sul do Brasil, à população estrangeira, como característica da convivência da democracia racial. Enquanto por dentro a realidade é outra, pode-se dizer que existe uma espécie de apartheid social e um apartheid racial (RODRIGUEZ, 1995)

Enquanto o alto grau de marginalidade dessa área deve-se à falta de opções válidas relacionadas com o trabalho assalariado tradicional, que traz as ideias de soluções mágicas de grande popularidade no âmbito da baianidade como: capoeiristas, bailarinos de grupos, músicos, entre outros, com o interesse focado nos turistas, que consideram eles, que são os que têm dinheiro (SANSONE, 1995).



FIGURA 108: Grupos famosos nacionais e internacionais utilizam o pelourinho como telão de fundo para suas gravações
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 109: Roda de Capoeira.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

E dessa forma pode-se dizer que a cultura na cidade de Salvador continua em conflito até o momento em que a economia da região e da cidade não seja estabilizada, porque ela interfere na forma de viver, de morar, de se relacionar com a cidade. Mas é

importante lembrar que “a cultura não se mata”, por mais que se trate de eliminar as pessoas do lugar trasladando-as, a cultura viaja através dos mares, do ar, da filosofia e da religião (RODRIGUES, 1995)

O Pelourinho é o centro geográfico e simbólico de um novo espaço negro que começa no próprio lugar e se estende da festa do Largo, ao trio elétrico, aos momentos de liberdade e de violência, às grandes celebrações, ao carnaval, ao Bonfim, sendo aqueles momentos de ação coletiva os mais importantes. Para qualquer tentativa de reformular o Pelourinho deve ser considerado o enorme poder simbólico que ele tem para a população Metropolitana de Salvador, e do contrário seria negar-lhes uma vez mais o direito de cidadania. Proibir o acesso de certos grupos sociais a essa área poderá ter um sentido bumerangue com forte incidência negativa. A uma cidade que produz sonhos de grandes expectativas não se pode permitir marginalização (SASONE, 1995)



FIGURA 110: Movimento Sociocultural “OLODUM”

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 111: As suas ruas e a sua gente

Fonte: Guto Veneno.



FIGURA 112: Rituais cotidianos.

Fonte: AnaVillar.



FIGURA 113: O dia a dia da sua gente

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Dimensão Física

O Bairro do Pelourinho, localizado na parte alta da cidade, contém grande parte dos vestígios que nos falam da época em que Salvador era capital da colônia. Na década de 1930 o Pelourinho passou a constituir o espaço urbano do proletariado, a aristocracia com o tempo foi abandonando seus casarões do Bairro para trasladar-se às áreas de crescimento da cidade. As casas foram deteriorando-se porque os novos residentes, muitos deles nem título de propriedade possuíam, não tinham condições de conservar o prédio que estavam ocupando. Por outro lado os órgãos públicos também foram progressivamente retirados do centro, dentro da política que favorecia a expansão da cidade destinando os novos empreendimentos a lugares distantes das áreas consolidadas, isto gerou novos centros de negócio, áreas de residências de alto padrão e grandes bairros programados em áreas afastadas (BRANDÃO, 1995)



FIGURA 114: Vista aérea da zona do Pelourinho – Cidade Alta, Salvador
Fonte: Duda Barros.

Já no que se refere à economia urbana da cidade, pode-se ver o impacto importante desse esvaziamento do centro, porque a mesma está vazada nas atividades comerciais. Dedicando-se ao comércio de alimentos, vestuários, calçados e confecções em geral. É uma zona predominantemente varejista, com uma supremacia dos micros e pequenos estabelecimentos. O centro oferece-se ademais propício para a concentração do setor informal, lugar onde pode-se verificar o fenômeno de convergência de uma pluralidade de formas de informalidade, entre aquelas legítimas pela permanência até aquelas eventuais. O centro também é o lugar onde pode observar-se a complexa articulação entre o comércio de rua e certo tipo de comércio e serviços (FRANCO, 1995)

Para paliar os problemas que surgem no Centro Histórico de Salvador o governo propõe a redefinição das funções do lugar, passando de centro cultural e administrativo da cidade a centro turístico e cultural. Considerando-se esta uma ideia passível de atrair novos investimentos imobiliários e uma reativação da economia local. Este centro o núcleo símbolo da identidade da cidade, cada vez mais divide suas funções com outros centros. Uma das linhas de pensamento que define essas novas propostas está marcada por não poder ter como referência a estrutura social tradicional, pois se pretende transmitir a imagem de uma região sob intensa transformação econômica e social (BRANDÃO, 1995)

A eliminação do uso residencial foi justificada alegando que a população residente era incompatível para o desenvolvimento do turismo e a preservação dos imóveis. Para o governo da Bahia, a preservação não poderia ser realizada pelos antigos moradores, pois estes seriam pessoas “sem condições econômico-culturais para conservá-los”. A opção adotada pelo governo trouxe várias consequências, basicamente a falta de sustentabilidade do centro histórico, sem a capacidade de prover os recursos necessários para manter-se. Tanto que hoje, tendo o estado retirado sua participação, o Centro Histórico não se sustenta e fica à deriva da degradação contínua. (FRANCO, 1995). Os resultados das obras de adaptação, por meio da substituição de moradores por agentes econômicos, conferem a ameaça de descaracterização do patrimônio cultural material e cultural por parte dos órgãos públicos e empresas, pois dessa forma serão alteradas as bases de produção das matrizes culturais (BRANDÃO, 1995).

Um dos principais fatores que influenciam na qualidade do espaço urbano na área central de Salvador é o alto grau de degradação de uma grande quantidade de edifícios de valor patrimonial. Essa degradação deve-se por um lado ao afastamento dessas áreas de grupos sociais com condições de manter as estruturas materiais do espaço, o que implica sua ocupação dos mesmos por outros grupos sem condições de investir nestes espaços situação que agrava ainda mais a condição física deles. Produzindo-se nestes lugares um processo de segmentação dos mercados e segregação social-espacial, situação que se consolida com a priorização de investimentos em outras áreas com a justificativa da modernização da cidade. As operações se caracterizam pelo ponto de vista social, com a proposta de abandono na manutenção da população na área e a consequente expulsão “branca” dos moradores da área viabilizando assim, física e socialmente, a transformação do perfil social da área (SANSONE, 1995). Mas com essas ações chegou-se a outro conflito, o que vai acontecer com aquela área sem população local?. Mas por outro lado uma preocupação que surge é também com as pessoas que voltam ao lugar de donde foram retiradas, mas em espaços ainda mais degradados que não foram utilizados pelas grifes, organizações ou instituições que foram colocadas nos edifícios revitalizados. (RODRIGUES, 1995)



FIGURA 115: Fundo de casas no Pelourinho. Descaso e abandono.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 116: Política de Marketing turístico. Marcas importantes ocupam prédios restaurados
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

As dificuldades da revitalização do centro de Salvador passam por uma série de fatores, que na falta de uma visão integral deles são incorporados de forma individual perdendo sua força, ou o seu próprio sentido. Uma das perguntas, mais frequentes neste tipo de

projetos é: por que não é possível a consolidação efetiva dos projetos turísticos nessa área? Algumas dessas respostas foram apresentadas por Marco Aurélio Filgueiras e Ana Fernandes (1995), da seguinte maneira: inicialmente e até hoje os projetos não são dimensionados de uma forma que abarque a verdadeira dimensão urbana, pois são simplesmente pensados como um problema localizado e de índole "cultural". Entretanto um dos fatores de degradação do espaço urbano mais significativo é a situação de extrema pobreza da população local, situação que vem sempre acompanhada pela marginalidade, sendo fatores fundamentais que obstaculizam os projetos turísticos e para qualquer tipo de investidores. Outro fator que impede a inserção de novos investidores na área em questão são as condições e limites estritos dos prédios e áreas tombadas. A consideração nos recursos concedidos pelo governo que em certos períodos foram de interessantes quantias, com o tempo foram diminuindo. A falta de articulação dos diferentes níveis de poder que interagem dentro dos projetos, o federal, o estadual e o municipal. Toda a responsabilidade para a gestão do espaço fica a cargo do estado, ele passou a prover os serviços de infraestrutura – manutenção hidráulica, elétrica, serviços de pintura de fachadas e reparação de paredes, assim como a organização e publicidade dos eventos culturais.

Dentro desse processo paralelamente foi se gerando um elemento novo no Pelourinho: “um processo intenso de investimento simbólico” dessa área por parte de grupos culturais negros. Isto coincidirá com a proliferação dos blocos carnavalescos de inspiração africana. Esses grupos representam uma ruptura com o “purismo” que se conhecia até então nos movimentos do gênero. Por um lado a produção desses grupos valoriza a tradição e por outro propõe uma reinterpretação contemporânea da tradição. Apresentando uma grande preocupação com sua condição de produto cultural que deve circular pelo mercado e se utilizar da mídia para sua divulgação. Com esse enfoque esse movimento se combina muito bem com a explosão da indústria cultural, tanto em nível nacional como internacional. E segundo Marco Aurélio e Ana Fernandez (1995), com essa perspectiva pode-se dizer que o futuro do centro de Salvador se encontra forjado na combinação do turismo enquanto “vocaçãõ” da cidade com um potente movimento da identidade negra e uma nova articulação entre a defesa da cultura e a participação nos circuitos mercantis da cultura. Pode-se dizer que este é um caso como outros, no qual é assumida a história como mercadoria que se vende bem, seja sob a

forma de centros antigos ou de novela de época, considerando que tanto quanto o popular, o regional e o “exótico” são também produtos de grande aceitação.

Todas as transformações realizadas no Pelourinho nas últimas décadas não conseguem responder de uma forma eficiente à problemática do centro de Salvador, pois ela não é baseada numa visão global dos déficits locais, mas sempre se encontra visando ao binômio turismo/lazer (SAMPAIO, 1995)



Pelourinho de todas as classes de todas as cores, ente a cultura e arte por detrás do abando e a marginalidade.

FIGURA 117: Michael Jason, anos 90

Fonte <http://literaturaclandestina.blogspot.com>

FIGURA 118 : Baianas no Pelourinho

Fonte:<http://blog.planalto.gov.br>

FIGURA 119: Casas em Ruínas.

Fonte: <http://bahiapreciosa.blogspot.com>

FIGURA 120: Capoeira frente a Igreja de São Francisco.

Fonte: <http://copabrasilsalvador.wordpress.com>

FIGURA 121: Marginalidade

Fonte : <http://2010nomeacao.blogspot.com>

3.2.2 INTERVENÇÕES EM SÍTIOS E ESPAÇOS PATRIMONIAIS:

[...] na maioria das cidades da América Latina se repete o costume hispânico ou lusitano de evitar o contato com o mar, no sentido do porto, pelas elites socioeconômicas. Para eles o porto significava a sujeira do movimento de mercadorias, a presença de escravos, o contato permanente com a vulgaridade, algaravia e promiscuidade de comerciantes marinheiros, jogadores e prostitutas (SEGRE, 2002, p.53)

As alterações que foram se dando na indústria portuária nas últimas décadas, como por exemplo, as novas formas de transporte de mercadorias, não mais a granel, mas em contêiner. Estando ligada essa mudança aos modos de produção contemporânea, que se encontram dominados pelas grandes escalas, concentração da produção e alta tecnologia. Passaram a ser fisicamente incompatíveis com o transporte de mercadorias. Este fenômeno está marcado também, desde o final do século XX, pelas transformações funcionais das cidades, deixando de ser centros de produção industrial e passando a ser centros de serviços e negócios (LAPA, BORGUES, 2007)

As transformações também se sentem no âmbito social e cultural dessas áreas, porque estas eram espaços de grandes contingentes de trabalhadores vinculados à atividade portuária, concentrados muitas vezes nos chamados “bairros portuários”. O desemprego e o processo de dissolução da identidade portuária que constituía a relação com o emprego no porto foi o início da deterioração social, o abandono de equipamento e a marginalização urbana tomaram conta dessas áreas, mais marcante ainda quando os portos foram trasladados a outras localidades, até fora das cidades, sendo criados portos “especializados”(SHUBERT, 2004)

Os portos são praticamente retirados da área central das cidades para outras partes. Este processo foi enfraquecendo as atividades, e levando consigo uma parte das características sociais e culturais formadoras da urbanidade portuária. Em geral as

propostas de revitalização dessas áreas, raras vezes, pretendem preservar às atividades portuárias, buscando a recuperação ainda que parcial das atividades. As propostas geralmente para a revitalização dessas áreas e a substituição de funções por meio de grandes projetos urbanos, sendo essa a receita aplicada em vários países do mundo (MOREIRA, 2006)

As atividades terciárias aparecem como opção transitória para aqueles casos em que a área portuária conta com a localização vantajosa e com equipamentos capazes de conter as novas funções, considerando ademais a capacidade de absorver grandes volumes de mão de obra considerando esta uma estratégia para inserir trabalhadores desempregados. (BERTOCELLO, 2004)

Para poder gerar uma reflexão sobre os possíveis impactos dos futuros projetos a serem realizados na Área Portuária de Assunção, foi considerado pertinente observar a realidade da América Latina e a suas respostas a essa problemática. Foram escolhidas duas cidades que, originariamente, suas histórias se encontram ligadas às suas respectivas áreas portuárias. Por um lado a cidade de colonização portuguesa, Rio de Janeiro no Brasil e pelo outro a de colonização espanhola, Buenos Aires na Argentina. E tomando em conta ademais a cercania e as características desses espaços com os centros históricos dessas cidades.

PORTO DA CIDADE DE BUENOS AIRES, ARGENTINA.

Panorama Histórico

A cidade de Buenos Aires fundada em 1536 nasce e se desenvolve na íntima relação com a sua vocação de porto, passando a ser com o tempo importante ponto de concentração comercial e de meio de comunicação. Nos seus inícios as embarcações tinham que ancorar a certa distancia da praia e transportar as mercadorias por meio de barcaças até a praia. Nos começos do século XIX a necessidade de contar com um cais e uma estrutura portuária que sirva de controle se fez mais latente (ROMERO; ROMERO, 1893)



FIGURA 122: Buenos Aires, primera fundación en 1536

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Em 1855 começou a ser construída a chamada “Aduana Nueva³⁸”, em direção ao centro histórico da cidade a 500 metros ao leste da Praça de Maio e da Casa do Governo a “Casa Rosada”, desenhada pelo engenheiro inglês Eduardo Taylor. Com o aumento do

³⁸ O prédio da Aduana Nova foi demolido até o nível térreo deixando só o contorno dos muros, devido alto estado de deterioro das suas estruturas de ferro. A planta ficou sepultada baixo o aterro para a construção do Porto Madeiro.(ROMERO;ROMERO, 1983)

comércio de ultramar se fazia necessária outra solução para o problema. Entre 1876 e 1886 duas propostas entraram em competição para levar adiante os seus projetos. Por um lado a proposta de criar uma série de docas abertas, em forma de pente, pro posta do Ing. Huergo, e pelo outro a proposta de Eduardo Madeiro com um desenho de diques fechados interconectados. No ano 1882 a proposta de Madeiro prevalece sendo aprovada pelo Congresso Nacional. As obras foram iniciadas em 1887 e finalizadas em 1897 (LUNA, 1999)



FIGURA 123: Aduana Nueva, construída pelo inglês Edward Taylor. 1855. Demolida em 1894
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 124: A vista de perfil da Aduana, de fundo a casa de governo e a esquerda o prédio do Ferrocarril.



FIGURA 125: Puerto Madero. 1897.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 126: Puerto Madero. 1932
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Com as transformações tecnológicas e econômicas de final do século XIX e começos do século XX, o aumento do tamanho das embarcações levou a obsolescência dos diques rapidamente. Com essa justificativa no ano 1908 o congresso decide construir um porto novo, começa a ser construído no ano 1911 e é finalizado em 1919, com o desenho das docas abertas protegidas por um quebra mar, ao norte de Porto Madero,

passando a servir para pequenas embarcações e sendo abandonado posteriormente (ROMERO; ROMERO, 1983)

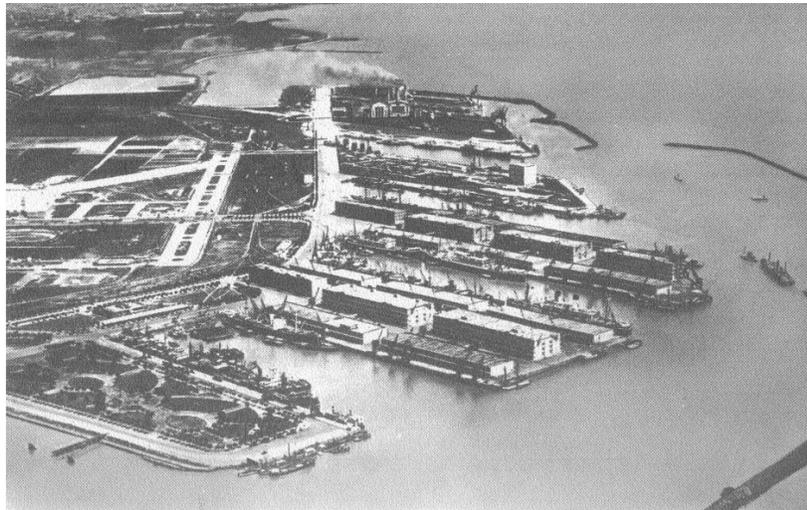


FIGURA 127: Porto Novo, vista aérea tomada em 1939
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Desde o momento que este porto entra em processo de obsolescência e abandono surge uma série de projetos para a sua reintegração à malha urbana da cidade tendo em conta proximidade com a área central, sua extensa área e sua estrita relação com a costa e os passeios litorâneos (ROMERO; ROMERO, 1893). Elementos que chamavam a atenção para a instalação de várias outras funções como atividades comerciais, administrativas e de lazer. Em 1989 o governo nacional conjuntamente com o município cria a “Corporação Antigo Puerto Madero S.A.”. É transferida a ela o domínio legal da área, e o poder de levar adiante seu desenvolvimento urbano da mesma

Na década de 1990 a Argentina passa por uma liberação econômica importante, promove o desenvolvimento das atividades terciárias avançadas em prol da “globalização”. Dessa maneira a revitalização da área de Porto Madeiro passa a ser o projeto emblemático desse momento histórico. (LUNA, 1999)

Propostas e Projetos para renovação e revitalização de Porto Madeiro

Desde 1920 foram muitas as propostas para incorporar essa área abandonada à cidade como expansão direta da área central focados essencialmente na sua localização estratégica e no seu caráter emblemático «porta da cidade». Entre estes se pode destacar o projeto da Comissão Estética Edilícia 1923-1925, o Plano Le Corbusier, Hardoy e Kurcham (1929-1940), o Plano Regulador da Cidade de Buenos Aires (1962) onde nasce o Plan de alargamento da Área Central (1981-1982). Todos estes projetos apresentam mais similitudes que diferenças, podendo encontrar-se em todos a ideia da expansão da área central ao porto. Como também a incorporação da grande área verde existente dentro desse alargamento, ademais o desejo de renovar o velho Porto Madeiro reabilitando as Docas de maneira a melhorar a qualidade do setor sentido sul (MENESES, 2004)

O projeto Porto Madeiro foi levado adiante por meio da Corporação, órgão que teve a autonomia e a capacidade para definir o projeto tanto nas suas características morfológicas e funcionais como na gestão e execução. O projeto foi levado adiante com apoio do capital privado, tendo como base a terra e os equipamentos do antigo porto que são pertencentes ao capital público, refletindo assim o modelo paradigmático neoliberal que dominou na década de 90 a gestão pública Argentina. O Máster Plan elaborado pela corporação foi realizado com bases no projeto da cidade de Barcelona, contando com a ajuda de técnicos catalães. O projeto seria realizado por etapas, a primeira abarcaria o setor norte do antigo porto, este se encontra localizado próximo à área mais valorizada da cidade fator que o tornou mais atrativo para os primeiros investidores. A corporação arrecadou recursos com a venda de terras e equipamentos, estes foram investidos na instalação da nova infraestrutura básica da área. (BERTONCELLO, 2006)

O plano de Porto Madeiro atual não fez mais que recolher uma série de ideias que os projetos anteriores já tinham proposto. A estrutura do projeto apresentava uma linha estreita de edificações sobre as bordas do cais, contemplando a permanência das docas de tijolo que estavam alinhadas no

setor oeste. No setor leste, a franja delimitada com a borda dos diques apresentava prédios de baixa altura os quais seriam de uso misto para dar maior atrativo aos passeios públicos. Foram propostos também dois arranha-céus como remate nos bulevares centrais relembrando a “*Cité de Negócios*” projetada por Le Corbusier em 1938. Por outro lado foi contemplada no projeto a construção de dois parques que ficaram a leste dos diques dois e três criando uma ampla área de lazer, por meio desse aporte pretende-se vincular o setor com o Costaneiro sul e dessa forma revitalizar a franja costeira. A intenção de ficar marcada a recuperação do espaço público para a cidadania nos passeios para pedestres projetados nas bordas dos diques, assim como o bulevar e as várias pracinhas planejadas para a área (MENESES, 2004, p. 5)³⁹



FIGURA 128: Antigos docas em tijolos e estrutura de ferro. Trabalhos de reciclagem. Setor oeste.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 129: Edificações no setor este.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 130: Arranha-ceús projetados pelo arquiteto argentino Cesar Pelli.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 131: Parques costeiros lado este.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

³⁹ Tradução de Sara Ferreira

Essa iniciativa teve como base para a proposta a elevada qualidade das edificações construídas a partir dos modelos fabris ingleses do século XIX, dispondo ademais de uma ampla superfície de área livre para construir. O Plano Diretor foi organizado com o fim de manter a área independente da trama urbana do centro, nascendo o projeto com fortes bases no conceito de «gentrificação», por meio da construção nas áreas livres de hotéis de luxo. Também na oferta se levou em conta a qualidade estética do espaço e edifícios que foram realizados sob encomenda por arquitetos de importante trajetória internacional como César Pelli, com duas torres de escritórios; Rafael Viñoly, finalizando o museu da coleção Fortabat; Philippe Starck, com futuros projetos para apartamentos de luxo no antigo moinho; Santiago Calatrava; com a elegante “Ponte de la mujer”.(SEGRE, 2004)



FIGURA 132: Torre do arquiteto argentino Cesar Pelli.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 133: Museu da coleção Fortabat, obra do arquiteto uruguaio Rafael Viñoly. 2008
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 134 Hotel Faena. Intervenção realizada pelo arquiteto francês Philippe Starck.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 135: Ponte “de las mujeres”, do arquiteto espanhol Santiago Calatrava.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Em 1991 foi lançada, em concurso público, a primeira parte do projeto, e desde aquele momento até os dias de hoje o projeto vem se desenvolvendo continuamente, o resultado de todos estes trabalhos foi a geração de um novo bairro na cidade.

Dimensão Humana

O projeto de Porto Madeiro é apresentado como uma oportunidade de reabilitar o casco histórico por meio da recuperação e reciclagem de uma porção do mesmo por meio de uma visão nova (VILLANUEVA; GALLARDO, 2004, p. 20)

Este é lançado com uma oferta de consumo do espaço urbano está direcionada basicamente para o estrato mais rico da população portenha como para a atração de estrangeiros desse mesmo estrato econômico. Procurou-se a “volta ao centro” da sociedade influente, que foram afastando-se aos subúrbios de luxo e condomínios fechados nas periferias da cidade. Porto Madeiro oferece condições similares de segurança, vigilância, luxo, amplos espaços verdes a poucos minutos do centro histórico da cidade, onde se encontram as grandes empresas e corporações transnacionais (SEGRE, 2004)

Do ponto de vista da identidade do argentino de Buenos Aires o “Porteño”, o projeto como ideia reforça o sentido da palavra e relembra as origens da cidade, por outro lado e considerado como símbolo mais emblemático da recuperação da Argentina, e do novo processo de desenvolvimento e inserção no mundo globalizado. Sua imagem serve de cartão postal e refere-se a uma área que simboliza status e fortalece a idéia de considerar Buenos Aires um pequeno pedaço da Europa na América.

Mas para outros é um símbolo da arquitetura de elite, símbolo de uma época que a concepção do uso de solo era exclusivamente econômica, e o enriquecimento de uns poucos. Marca claramente a desigualdade econômica, os espaços públicos não chegam a ser frequentados exatamente pelo público em geral, mas por um público mais exclusivo que pode frequentar os bares e restaurantes de luxo, por turistas que passam para tirar algumas fotos e por os trabalhadores da zona (LOS EMPRENDIMIENTOS..., 2010)



FIFURA 136: Mudança de escala.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIFURA 137: "Cow Parade Buenos Aires 2006",
exposição de artistas famosos do mundo todo.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Dimensão Física.

Nos inícios do século XXI, Porto Madeiro é considerado um bairro de Buenos Aires, ele é resultante do processo de refuncionalização e reabilitação do seu antigo porto, considerado atualmente como um dos “cartões postais” por excelência de Buenos Aires. Ele está localizado contíguo ao centro da cidade portenha, lugar característico do funcionamento do setor terciário e de serviços especializados da cidade (MENESES, 2004)

Este pode ser considerada como um fragmento urbano articulado com a modernidade globalizada, e por outro um fragmento desvinculado como resto da cidade e inclusive dando as costas a ela e sendo indiferentes aos seus problemas. Mas também deve ser reconhecida a valorização de certos espaços públicos e o regate de velhos equipamentos (BERTONCELLO, 2006)

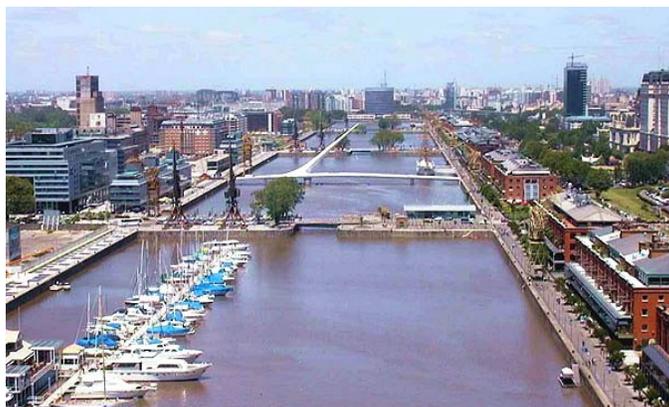


FIGURA 138: Puerto Madero vista para a área céntrica.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

FIGURA 139: Puerto Madero y reserva ecológica.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A área foi objeto de um processo complexo de refuncionalização iniciado nos anos de 1980 e continua sendo desenvolvido até o dia de hoje. A qualidade ambiental do lugar foi valorizada, os diques constituem atualmente espelhos de água, as praias de manobras foram transformadas em passeios de pedestres, os antigos guindastes são utilizados como elementos decorativos simbólicos da paisagem portuária. Os armazéns foram reciclados conservando a imagem externa e foram refuncionalizados, passando a serem sedes de empresas e instituições como universidades, vivendas de luxo nos pavimentos superiores, e locais de comércio no pavimento térreo

O projeto foi direcionado desde os seus inícios na base temática do enfoque turístico e recreativo, gerando equipamentos características a esse fim. Com a intenção de criar uma imagem moderna e pujante para a cidade, que expresse o “ingresso no primeiro mundo” que o governo daquele momento apregoava para a Argentina. Ele reproduz modelos já incorporados em muitos lugares do mundo e compartilha com eles seus traços essenciais. Alguns atores classificam essa paisagem urbana como “paisajes urbanales”, precisamente porque ao estarem em consonância com processos globais nos quais encontram seus modelos e razão de ser, deixam de ser expressões do que é

próprio do lugar.(Muñoz,2005); essas estratégias de potenciação a singularidade para diferenciar as cidades podem desembocar em uma homogeneização e estandardização. A perspectiva oposta dessa visão é que a paisagem que expressam essas estratégias locais permitem sua articulação das mesmas dentro do contexto global, que apropriando-se de suas tendências constroem algo novo a partir do seu passado, proporcionando um novo significado e abrindo espaço para mudanças e transformações (BERTONCELLO, 2006)

“[...] la voluntad de salir a toda costa del clima de decadencia urbana que había resultado de la crisis del imaginario desarrollista, construyendo en pleno corazón de la ciudad la nueva ‘postal’ –de acuerdo a la afortunada metáfora de Alfredo Garay– que le permitiera a Buenos Aires reencontrarse con su destino de ciudad siempre moderna, de Reina del Plata.” (Gorelik, 2002; s/p.)

Ele é hoje um forte atrativo turístico da cidade, sua valorização turística não é resultado de um processo “natural”, mas sim de uma intenção explícita, ela foi desenhada em grande medida para ser um atrativo turístico. De tal forma que as visões mais tradicionais do turismo advertem sobre o caráter inautêntico dos seus atrativos e também da prática turística em si. O turismo tem práticas específicas dos turistas e dos habitantes do lugar, que podem dar caráter transformador e que, assim abrem espaço ao novo. Mas assim como o rol que o bairro terá na dinâmica social geral da cidade fica aberto, a função turística no lugar. (MENESES, 2004)

O projeto foi trabalhado sobre o conceito de “City Marketing”, ao qual se fez referência no segundo capítulo, como estratégia de renovação urbana por meio das técnicas de valorização da imagem da cidade, que neste caso passa de uma cidade de características clássicas e antiga conhecida também como a “paris sul-americana”, a uma imagem contemporânea inserida no contexto globalizado e que supera qualquer tipo de conflito econômico reinventando-se constantemente, uma cidade onde você pode encontrar tanto a cultura tradicional do tango até os refinados restaurantes e hotéis de renome internacional como expressões artísticas e arquitetura de ponta.



FIGURA 140: Porto Madeiro, uma nova imagem para a cidade.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Uma das interrogantes que com relação à qualidade ambiental da área vem de parte dos ambientalistas que veem na transformação das áreas da reserva biológica em praças e parques como justificativa para integrar essas áreas à cidade, enquanto esta deveria estar sendo tratada como o que propriamente é uma reserva natural com uma riquíssima biodiversidade, correndo o risco de ser afeta de modo tal a perdê-la (LOS EMPRENDIMIENTOS...2010). No mesmo ponto pode se ver a transformação significativa que este tipo de intervenção gera sobre a paisagem cultural da área que por um lado tinha uma das poucas imagens de reserva natural dentro da área urbana de uma cidade tão densa como é a de Buenos Aires, como também a escala que de escala de porte médio (correspondente aos prédios e equipamentos portuários históricos) passa a conformar uma maior escala característica de megaprojetos.

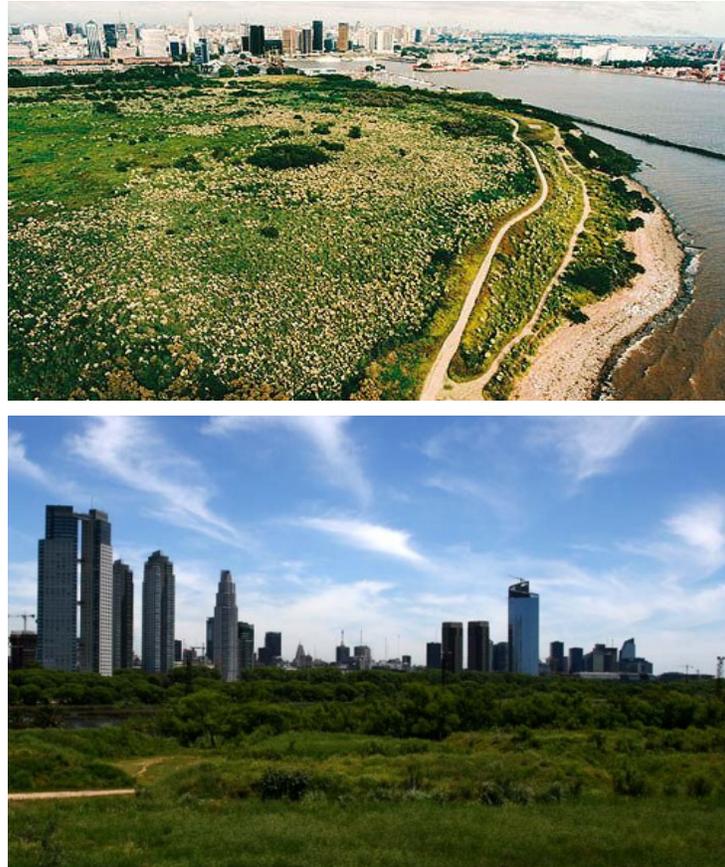


FIGURA 141: Reserva natural
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Porto Madeiro: de antes de ontem, um símbolo de progresso para o país; ontem, uma mostra da superação do mesmo projeto por meio do progresso mesmo; hoje sede de contrastes arquitetônicos, econômicos, artísticos, tecnológicos, ideológicos, urbanísticos e sociais (GAMAS, 2010)

PORTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – BRASIL

Panorama Histórico.

O porto e a cidade estão profundamente ligados na constituição da singularidade carioca e determinam características que se desdobram em urbanidades singulares: a cultura urbana, a composição social, as relações com o país e com o mundo (MOREIRA, 2004; p.92)

A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, à beira da Baía de Guanabara, passou por vários tipos de transformações no decorrer da sua história. Por um lado podemos ter em conta a sua designação que passou de Capital da Colônia Portuguesa, de 1763 até 1808, quando a família real e os nobres portugueses fugiram da invasão napoleônica para o Brasil, passando a ser assim Capital do Império no Brasil e depois Capital da República até que em 1960 a Capital foi trasladada para a cidade projetada e construída para ser a nova capital “Brasília”.

O porto da cidade do Rio de Janeiro se confunde com a sua própria existência. Nos inícios da cidade as naves ancoravam em bordas de uma costa irregular, nas proximidades de uma zona plana e pantanosa progressivamente dissecada, entre os morros do Castelo e São Bento, onde posteriormente consolidou-se o centro urbano configurando-se dessa maneira a Praça XV (SEGRE, 2002). O porto como tal pode ser datado de 1870, com a construção da Doca da Alfândega, até então ele funcionava de forma dispersa compreendendo os trapiches da Estrada de Ferro Central do Brasil, da Ilha dos Ferreiros, da enseada de São Cristóvão, da Praça Mauá, e os cais Don Pedro II, da Saúde, do Moinho Inglês e da Gamboa. Em 1890 foi autorizada pelo governo a construção de um conjunto de cais acostáveis, armazéns e alpendres pelas empresas responsáveis daquele momento, Empresa Industrial de Melhoramento do Brasil e a The

Rio de Janeiro Harbour and Docks. Em 1903 o governo contratou obras de melhoramento construindo 3500m de cais (CDRJ)⁴⁰



FIGURA 142: Detalhe de uma pintura de 1841 do francês Jules de Sinety mostrando o porto do Rio e o Mosteiro de São Bento sobre o morro.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 143 Porto do Rio de Janeiro, 1861. Extraída da gravura de Thomas Ender
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Mas essa estrutura portuária que é conhecida hoje nasceu na mesma transformação do espaço natural, construído no governo de Francisco Pereira Passos (1903-1906). Com as exigências do novo século foi impulsionada a ideia de ter um porto equipado com os recursos tecnológicos necessários para o incremento constate do movimento de mercadorias (SEGRE, 2002). Os primeiros trabalhos realizados foi uma série de aterros, posteriormente foram construídos o cais e os armazéns em três quilômetros. Isto dentro do contexto de modernização da capital, sendo este o primeiro porto com essas magnitude no país.



FIGURA 144: Porto do Rio de Janeiro, 1942
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

⁴⁰ Informação retirada do documento elaborado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) <http://www.portosrio.gov.br/antigo/historicodoporto.htm>

Os trabalhos realizados para a modernização da cidade no governo Passos (1903-1906) por meio dos aterros, com bordes da baía regularizada, áreas verdes e passeios públicos, a cidade entendeu-se para a Zona Sul, inicialmente aos bairros Glória, Flamengo e Botafogo. A construção do túnel que comunicava a cidade com o mar aberto deu origem aos primeiros bairros na orla Copacabana, Ipanema e Leblon. Com a expansão da malha urbana no sentido sul, a relação mais estreita entre a cidade administrativa e o Porto passou a ser o terminal de passageiros da Praça Mauá. O auge funcional do Porto se agravou no final dos anos cinquenta. A administração se encontrava em mãos do Estado, que construiu uma série de edifícios públicos e conjuntos habitacionais para trabalhadores locais.



FIGURA 145: Praça Mauá década de 20
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

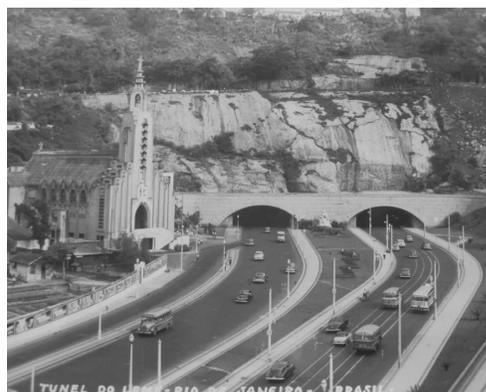


FIGURA 146: Túnel dos irmãos. 1940
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Sua decadência inicia-se nos anos sessentas com o traslado da capital a Brasília, a posterior instalação da ditadura militar (1964-1984). Causas de políticas locais, nacionais⁴¹ e internacionais, foi gerando um paulatino esvaziamento da área, com o deslocamento e paralisação das atividades portuárias, retirando assim o dinamismo desse tipo de áreas, fazendo que em cem anos, o papel do Porto do Rio diminuísse sensivelmente no cenário econômico nacional.

⁴¹ Desaparecida a função administrativa a escala nacional; superada a suas estruturas produtivas pelo desenvolvimento industrial de São Paulo, a competência entre os portos de Vitória e Santos, fez diminuir notavelmente o movimento de mercadorias no porto. (SEGRE, 2002; p.56)

Uma das transformações de grande porte que modificou de forma significativa o espaço urbano circundante da zona portuária foi a construção, na década de setenta, do gigantesco elevado conhecido como “Via Perimetral”, elemento urbano que unia Niterói ao centro da cidade por meio da ponte “Costa e Silva”. (SEGRE, 2000). Este produziu um impacto importante na qualidade ambiental da área urbana, corredores escuros que desvalorizaram os prédios e ajudaram na sua deterioração (FERREIRA, 2010).



FIGURA 147: Via perimetral paralela a linha do cais.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 148: Vista da parte baixa da via.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A criação do Porto de Sepetiba (1982) no mesmo estado do Rio de Janeiro foi um dos últimos golpes de abandono recebido pelo porto do Rio. Houve importante êxodo residencial, comercial e industrial da área denominada zona portuária, assim o abandono de galpões e mesmo de residências permitiu a ocupação de vários deles por moradores de rua (SEGRE, 2000)

Com a volta da democracia foi crescente o interesse de várias camadas e grupos sociais, de revitalizar as áreas centrais do Rio de Janeiro. As primeiras iniciativas de regate do centro histórico focaram sua conservação e refuncionalização do mesmo. Mas naquele mesmo momento iniciou-se a migração dos estratos mais ricos para o novo espaço residencial da Barra da Tijuca que se encontra situada ao longo da costa sudoeste.

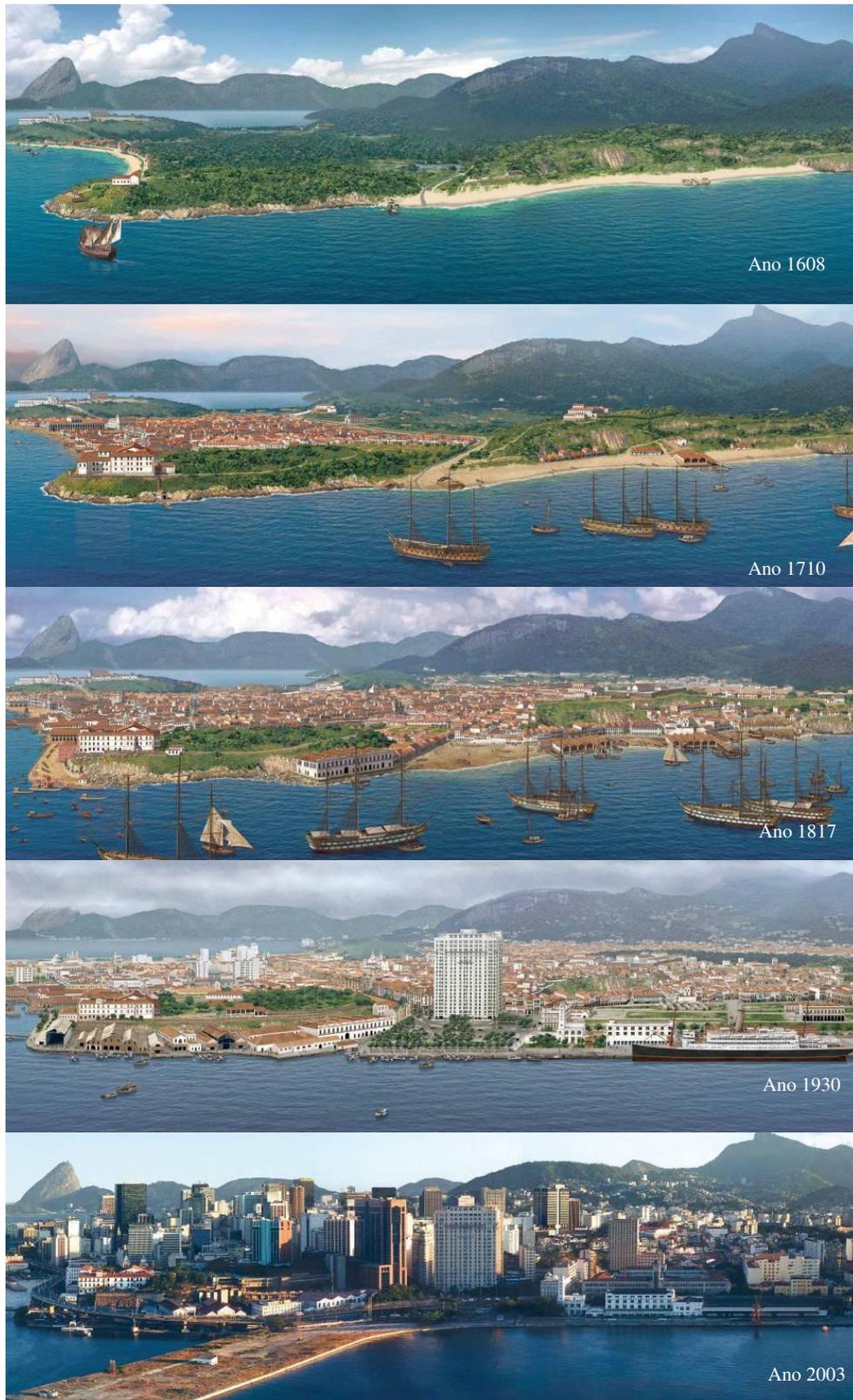


FIGURA 149: Processo de formação da Área Portuária do Rio de Janeiro.
Fonte: Projeto Porto Maravilha – Prefeitura do Rio de Janeiro.

Propostas e Projetos para renovação e revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro.

O Porto do Rio já é um fato originário de uma ação de tábula rasa. Foi construído no governo Pereira Passos, na primeira década do século XX, através de aterros, durante o processo de modernização da capital (MOREIRA, 2004). Desse ponto vista podemos dizer que a estrutura que podemos observar hoje foi uma das primeiras grandes renovações urbanas na área.

Mas já a partir da segunda metade do século XX, com a expansão da malha urbana, com o êxodo populacional para essas novas áreas e o esvaziamento progressivo de certas áreas centrais, e de uma forma especial do entorno da zona portuária e devido à crescente preocupação com a preservação da memória urbana, começaram a aparecer iniciativas para a refuncionalização do abandonado sistema portuário, cais e armazéns, assumidos como um significativo patrimônio urbano da cidade (SEGRE, 2000). Período no qual se dá um redirecionamento da política urbana carioca, no sentido “retorno ao centro”, mas esse redirecionamento é parcial, pois o fluxo de desenvolvimento continua a direcionar-se à nova área de expansão que é a Barra da Tijuca. A série de projetos que focaram na preocupação da «revitalização» da zona portuária surge a partir da década de 1980, os quais apresentam tanto ideias baseadas na “preservação” da área como na sua “renovação” da mesma (MOREIRA, 2004).

Em 1984 foi lançado o Projeto Sagas, resultado de um trabalho comunitário e institucional a fim de identificar e proteger o patrimônio cultural dos três bairros que compõem a área portuária. O objetivo era estabelecer bases para a revitalização por meio de uma legislação de proteção para as áreas definidas dentro da zona portuária. Deu-se início a este trabalho por meio da elaboração de inventários dos bens avaliados com valor de patrimônio cultural (móveis e imóveis). Este projeto desdobrou-se em lei de proteção hoje aplicadas na região de abrangência do projeto. Elas fixam normas para a intervenção nos imóveis e para novas construções, buscando a preservação do conjunto e estimulando a recuperação, por meio de redução ou inserção de impostos.

Entre os anos 1987 e 1996, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Portuário, encomendado pelo Ministério dos Transportes e da Portobrás⁴², em áreas da Companhia Docas - RJ. Com uma política de expansão das atividades portuárias, focando uma intervenção objetiva, a expansão e a «revitalização» do porto, com a redução de custos relativos ao transporte de mercadorias. Esse projeto desdobrou posteriormente no Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro, desenvolvido em 1989. O objetivo era a «revitalização e renovação» das áreas de retaguarda compostas pelos três bairros portuários. A proposta de renovação está fundamentada na pouca disponibilidade de áreas livres, a conformação urbana foi considerada um impedimento para as operações portuárias tendo em conta as transformações da indústria portuária. Por iniciativa das Docas - RJ prossegue-se as propostas de revitalização da área portuária da Gamboa, no ano 1991. Abrangendo desde a Praça Mauá até a Rodoviária Novo Rio, com «renovação» de certos espaços e por outro lado a «preservação» do patrimônio arquitetônico da Companhia Docas. Utilizando como ferramenta para a proposta os estudos históricos e a pesquisa sobre outros exemplos de renovação portuária realizadas em outros países. Os seus objetivos principais consistiam: na exploração do contato com o mar, na criação de grandes espaços abertos para eventos, atividades culturais e de lazer; na inserção de novas construções integradas ao patrimônio antigo existente; na diversidade de usos, e na valorização da área residencial existente (MOREIRA, 2004)

Já a Prefeitura do Rio de Janeiro desenvolveu o Projeto de Estruturação Urbana, em março de 1992, a cargo da equipe técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, que propôs o tombamento de prédios de interesse histórico e estabeleceu áreas de preservação, com indicadores para a reabilitação dessas áreas e para o incentivo ao uso habitacional. Propôs, ainda, a reformulação do sistema viário e alterações de uso de solo. No ano seguinte a Companhia Docas - RJ elaborou um novo projeto, abrangendo o Pier de Mauá e o terminal de passageiros Novo Rio. Com o objetivo de resgatar o turismo marítimo, e a condição da área como “porta de entrada

⁴² PORTOBRÁS: Empresa de Portos do Brasil S.A.

da cidade”. Propondo ademais uma torre de escritórios de 27 pavimentos, um hotel e centro de convenções interligado a um centro de compras.

Foi realizado entre 1993 e 1994, um estudo de nominado “Projeto Oportunidades Habitacionais”, elaborado pelas Cooperativas dos Profissionais do Habitar, por encomenda da Prefeitura do Rio de Janeiro, abrangendo toda a área portuária exceto a área do aterro do morro das Providências. O objetivo de levantar áreas de propriedade particular passivas de aproveitamento habitacional. Realizar um estudo geral de ocupação quantitativo, com exemplos de projetos e estudos de viabilidade gerais, para estimular o desenvolvimento de habitação social na área central e rever a legislação local para viabilizar as intervenções propostas. Este estudo resultou no “Projeto Habitacional da Saúde”, iniciado em 1996 com suas obras concluídas em 2001. O projeto foi desenvolvido por um escritório particular, sob encomenda da Prefeitura, com financiamento da Caixa Econômica Federal, e a área de intervenção era propriedade do Rotary Clube. O público direcionado eram funcionários públicos municipais, com faixas de renda familiar de cerca de dez salários mínimos. O projeto vem a derrubar as ideias de inviabilidade do uso habitacional da região (MOREIRA, 2004)



FIGURA 150: Casas no bairro da Gamboa.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 151: Casas do Morro da Conceição.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Também em 1994 é apresentado ao município o projeto «Cidade Oceânica» elaborado por especialistas franceses, o mesmo iniciar-se-ia no cais Pêr de Mauá, concentrando atividades recreativas e culturais para a população. Entre os anos 1996 e 2000, período

de governo do arquiteto Luiz Paulo Conde fazem-se cada vez mais latentes a dificuldades existentes para articular os interesses dos diferentes órgãos municipais, estaduais e privados que controlam o território portuário, conflito que levou a privilegiar outras áreas da cidade em desvantagem desta. No ano 2000 o museu Guggenheim de Nova York demonstra interesse em estabelecer uma nova sucursal no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, escolha incentivada pelo arquiteto Frank Gehry após a sua visita à cidade. Este projeto foi outorgado ao Arquiteto Jean Nouvel. Por outro lado outra empresa a alemã Vitra propõe criar um museu do Design num dos galpões e cujo projeto de remodelação foi encarregado ao Arquiteto paulista Paulo Mendes da Rocha (SEGRE, 2002)

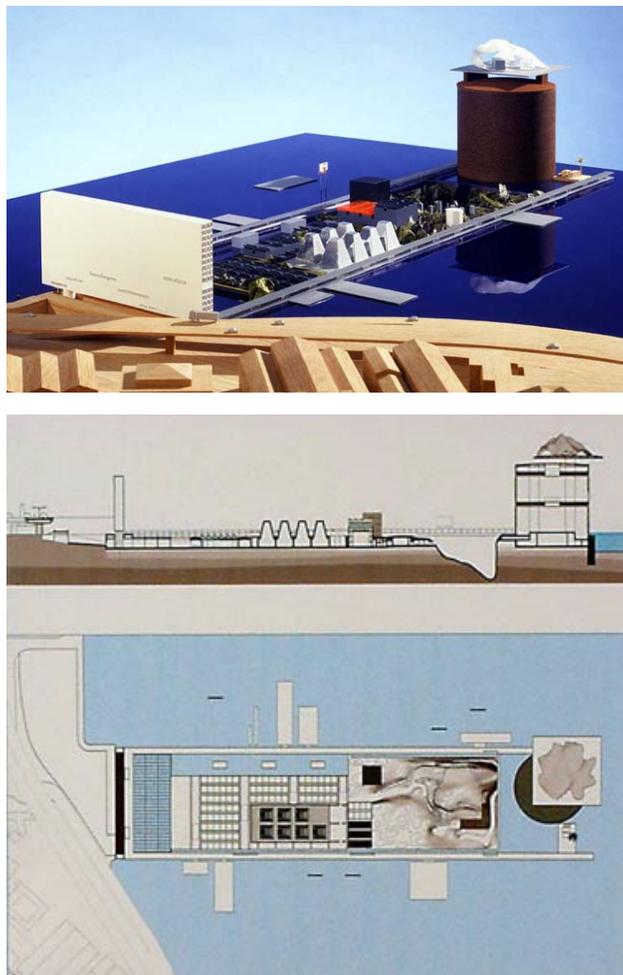


FIGURA 152: Projeto do Guggenheim-Rio, Jean Nouvel. 2002
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

O Projeto Porto do Rio foi apresentado em 2001, reunindo características de vários projetos já propostos para o Porto. Ele integra uma estratégia de reabilitação baseada em experiências de outras metrópoles do mundo. Uma ideia de renovação urbana com a conservação de áreas de preservação histórica e cultural. Propondo um mecanismo de gestão público-privado. Buscando tornar a área atrativa para novos empreendimentos privados, aprimorando o sistema viário e tirando partido da paisagem e da presença da baía de Guanabara. Criando diferentes polos de intervenção, buscando a integração das atividades portuárias e alterando as atuais condições de utilização e ocupação do solo. O projeto definido por quatro princípios: “a recuperação do velho com a introdução do novo, fomentar previamente a economia local existente, garantir pluralidade de usos e estimular a participação e a parceria”.



FIGURA 153: Vista geral da área correspondente ao “morro” da Saúde, com as vivendas populares. Ao fundo a proposta da Prefeitura de edifícios para escritórios paralelos aos armazéns do porto
Fonte: Roberto Segre.

O último projeto de renovação urbana dentro da zona portuária do Rio de Janeiro foi lançado em 2009, “Porto Maravilha”, elaborado na base do entendimento dos diversos atores governamentais, município, estado e governo federal. Neste ponto pode-se avançar diante dos projetos anteriormente nomeados, pois por meio desse acordo um dos conflitos mais importantes dentro da área portuária desta cidade, a situação fundiária, poderá ser negociada em outros termos. Uma das primeiras demonstrações da eficácia desse entendimento consistiu no traspasse da propriedade do Pier Mauá da União para o município. A primeira parte do projeto contemplava a transformação

desse espaço urbano significativo numa área de lazer para a cidadania, pois receberia vários tipos de equipamentos como quiosques, chafarizes, pérgulas, anfiteatro e um espaço multiuso. Mas este é um caso mais a ser tido em conta dentro do que consideramos o desejo das cidades de incorporar à sua imagem elementos de competitividade dentro do mercado do mundo globalizado. Antes mesmo dos trabalhos terem início o projeto foi substituído por outro de maior destaque, dando lugar a um equipamento público, “O Museu do Amanhã”, desenhado por um arquiteto de renome internacional, e arquiteto escolhido foi o espanhol Santiago Calatrava⁴³44 (1951-). Importante nome no mundo da arquitetura e da City Marketing no mundo. Considerando que este projeto poderá servir como “âncora cultural”. Dentro desse perfil cidade-produto foram idealizadas outras intervenções que concederão maior visibilidade ao lugar como o Aquário Marinho do Rio que prevê a reutilização do antigo armazém frigorífico da Cibrazem, na zona portuária (FERREIRA, 2010)



FIGURA 154: Primeira Pro posta para o Píer Mauá.
Fonte: Projeto Porto Maravilha – Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁴³ Cabe lembrar que o arquiteto e engenheiro Santiago Calatrava é um dos símbolos das cidades em desenvolvimento que pugnam por fazer parte do mercado da globalizado, uma das suas obras, mas que faz parte desse tipo de ideias a “Ponte de la mujer”, no complexo de Porto Madeiro, Buenos Aires-Argentina.



FIGURA 155: Projeto do arquiteto Santiago Calatrava, Museu do Futuro.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Dimensão Física

A Zona Portuária do Rio de Janeiro fica localizada no que é considerado como área Central da cidade, abrangendo os seguintes bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo.



FIGURA 156: Zona Portuária do Rio e adjacências.
Fonte: Google Earth.

Até o ano 1970 a área central do Rio de Janeiro sentia os resultados do processo de esvaziamento funcional, decadência física e abandono com mais intensidade, mas a partir desta década o quadro começa a se reverter com algumas posturas e empreendimentos por parte do poder público. Desde esse momento até nossos dias foram aparecendo uma série de programas e projetos com a intenção de devolver a vitalidade das diversas zonas que conformam essa área central. Cabe destacar que a partir de 1980 foi implantado o projeto Corredor Cultural⁴⁵, principal iniciativa que se preocupou com o patrimônio arquitetônico resultando no tombamento de um grande número de edificações antes consideradas de reduzida importância para a memória urbana, processo que incentivou a restauração e revitalização de muitos desses prédios transformando assim a aparência e qualidade espacial dessa região. (DUARTE, 2005).

No entanto, nas propostas realizadas para a zona portuária iniciadas desde os anos 80, pode-se observar que as políticas de ação são diferenciadas da seguinte maneira, por um lado para as áreas consideradas históricas e por outro para a área portuária propriamente dita. As primeiras, na sua maioria, se encontram protegidas em certo grau por legislações que as considera de proteção ambiental e cultural.⁴⁶ Esta última é considerada passível de renovação exceto a linha do cais e os armazéns. Isso se deve à mesma legislação que as diferencia dessa forma. Que induz à verticalização, prevendo a transformação da forma urbana portuária, com permissão para construção de até dezoito pavimentos, além de garagens, chegando a 22 pavimentos.

No projeto elaborado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, se propõem a criação de um centro internacional de negócios na zona portuária do Rio, que abarque os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Eles consideram que a ideia de um grande

⁴⁵ Projeto “Corredor Cultural”, projeto elaborado dentro da Prefeitura do Rio de Janeiro, aprovado no ano 1979. Abarca a área mais antiga do centro do rio, entre elas a Lapa, o Saara e Cinelândia (Ver Anexo 1).

⁴⁶ Estas são as áreas que mantêm as características morfológicas consideradas originais do Centro do Rio do século XIX: sobrados de dois ou três pavimentos, com térreo comercial e uso habitacional nos demais pavimentos. De ruas estreitas com aberturas em pequenas praças e largos. A proteção dessas áreas pode ser encontrada, no decreto n° 7.351/88, conhecido como Lei do Sagas, como também na Portaria 002 do IPHAN, que protege o Morro da Conceição, a resolução estadual que estabelece pontualmente áreas de proteção como a Pedra do sal, de importância estratégica na ocupação (abertura de caminhos, desenvolvimento do comércio) que permanece nos dias de hoje como um lugar de encontro, referência na região.

showroom de produtos brasileiros, ligados a uma infraestrutura de lazer e comércio, poderia incrementar as exportações do país. Mas eles consideram ademais que este tipo de proposta só poderá ser levada para a frente com o apoio do Governo Federal, já que a maior parte das áreas ou imóveis a serem atingidos pelo projeto pertencem a órgãos federais como Petrobrás, a Rede Ferroviária e os Ministérios da Justiça e da Agricultura. Essa proposta já vem sendo esperada a mais de duas décadas, por vários grupos sociais que de alguma forma se encontram relacionados com essa área. Isto é refletido no Plano de Desenvolvimento Urbano da prefeitura, que pretendeu por meio do desenho urbano «integrar» a cidade, dentro de uma perspectiva de expansão do centro de negócios para fins de comércio, serviços, residenciais e de lazer, utilizando áreas antes reservadas aos galpões e armazéns. Visando do mesmo modo garantir adaptações físicas às atividades portuárias como também prever a renovação e sua destinação para outros usos.

As áreas passivas de renovação são as localizadas entre a linha portuária e os morros nas áreas planas, oferecendo a possibilidade de verticalização baseada na ideia de extensão e conexão com o centro de negócios, a concretização dessa proposta dificultaria a permanência de determinadas qualidades urbanas dos bairros portuários, associadas à forma urbana e modos de vida que aí persistem. Com o surgimento dos edifícios em altura poderiam encobrir os quatro morros da zona portuária, causando uma alteração na forma não de uma rua ou de um bairro, mas da própria cidade, atingindo um alto nível na paisagem cultural do lugar. Na perspectiva de sucesso da forma urbana baseada na verticalização que trará como consequência a supressão da urbanidade ainda existente na zona portuária pela transformação do uso e da renovação populacional provável. (MOREIRA, 2004)



FIGURA 157: Vista geral do eixo porto ocupado pelos armazéns, a via perimetral e a volumetria pro posta pelos projetos de renovação urbana da prefeitura.

Fonte: Roberto Segre.

Enquanto a Companhia das Docas manifesta o desejo de continuidade das atividades portuárias na zona, proposta apoiada pela classe trabalhadora portuária. Na ideia deles o trecho destinado à renovação de usos também pode receber atividades ligadas ao transporte marítimo de passageiros, além das demais atividades já previstas pela prefeitura.

Como foi apresenta existem projetos que enfatizam o uso habitacional na zona e na ideia de bairro. O projeto de reabilitação no morro da Conceição, entre 1998 e 2000, por exemplo, que propõe a intervenção em áreas históricas baseado no conhecimento do sítio de sua composição sociocultural. Buscando envolver a população no processo e de possibilitar a reabilitação, apoiados em iniciativas privadas dos próprios habitantes. Novos empreendimentos residenciais encontram-se em construção, assim como já há a indicação da refuncionalização de alguns sobrados históricos como ateliês.

Dentro do âmbito da economia urbana na região, o Projeto Porto do Rio entre outros focam um plano estratégico de desenvolvimento urbano por meio de mecanismo de gestão público-privada a exemplo de Porto Madeiro. Pretendem tornar a área atrativa para novos empreendimentos privados, criando diferentes polos de intervenção, promover as atividades portuárias e alterar as atuais condições de utilização e ocupação de solo. Ademais de criar programas de incentivo ao crédito e de apoio a atividades econômicas de pequena escala.

Assim, ao longo de todos esses anos foram sendo apresentadas várias outras propostas por meio dos grupos políticos que assumiram a Prefeitura. Mas em geral essas propostas estão baseadas na renovação e na intenção de estabelecer outra urbanidade diferente a características tradicional do espaço.

A proposta de transformação da área portuária carioca não é nova, tendo sido cogitada pelos três últimos prefeitos da cidade; entretanto, atualmente, configurou-se uma conjuntura política que alinhou as três esferas de governo: municipal, estadual e federal. O discurso dessa união foi fortemente utilizado na campanha vitoriosa para o Rio de Janeiro sediar os Jogos Olímpicos de 2016, já tendo sido utilizado anteriormente na campanha para o Brasil tornar-se a sede da Copa do Mundo de 2014 (FERREIRA, 2010)

Essas ideias estão sendo tratadas em nível de governo e empresariado com apoio da mídia, sem antes ter passado por nenhum tipo de diálogo popular, afastando-se dessa maneira do debate da produção da cidade. São poucas as manifestações e muitos os silêncios, ficando na obscuridade os benefícios e prejuízos que este projeto possa trazer para a população local e a cidadania em geral.



FIGURA 158: Propostas de utilização para a área portuária do Rio nas Olimpíadas de 2016

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Tendo em conta os objetivos e projetos já apresentados pelo Projeto Porto Maravilha, pode-se perceber que o patrimônio construído exposto à lógica do capital corre o risco de desaparecer. Principalmente porque essa expressão ou “patrimônio arquitetônico” remete a edificações “com assinatura” ou de caráter monumental, com uma carga simbólica e remetendo ao passado que leva a uma significação histórica indiscutível, e o que não é considerado dessa maneira ao serem afetados não incomodam as pessoas comuns porque são somente vistos como “Prédios velhos”. Essa desvalorização de espaços degradados como é o caso da zona portuária aponta o risco da perda de uma parte da história, visto que a administração pública apresentou o novo projeto de revitalização, denominado “Porto Maravilha”, e para angariar mais verba para o empreendimento pretende ter a ajuda da iniciativa privada (FERREIRA. 2010)

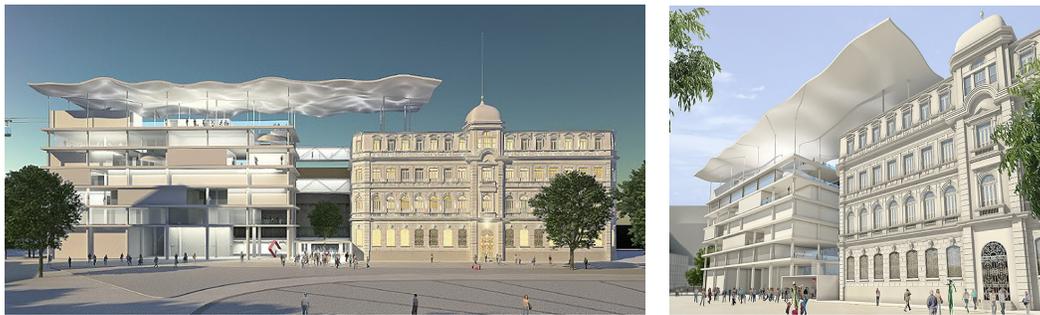


FIGURA 159 O Museu de Arte do Rio (MAR), que integra o Porto Maravilha, programa de revitalização da Zona Portuária, será instalado na Praça Mauá, no Palácio Dom João VI.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 160: Prédio para o AquaRio,
Fonte: Projeto Porto Maravilha

Já na segunda parte desse projeto a prefeitura pretende modificar a legislação urbanística, que permitiria lançar ao mercado títulos com potencial de construção para chamar o interesse dos empreendedores e futuros investidores, como a possibilidade de construção de 50 andares em determinados trechos. Os recursos que virão dessa venda de títulos pretendem serem investidos nas áreas portuárias e suas adjacências, através de obras de urbanização como a recuperação e criação de 61 km de ruas, a criação de ciclovias alemãs, a ampliação da rede de água, esgoto, energia elétrica, gás e telecomunicação e a rede de iluminação pública subterrânea. Essas melhorias na qualidade do espaço urbano pretendem atrair grandes empresas e grandes empreendimentos.

As mudanças na legislação urbanística da zona portuária estão perfiladas a atender os interesses dos possíveis investidores e não a população mais necessitada. Com essa perspectiva pode-se afirmar que o Rio de Janeiro irá a repetir aquilo que pode ser visto

em várias cidades ao redor do mundo, fazendo enormes e custosas obras de infraestrutura com o fim de incentivar a entrada de investimentos para a área, vendo-se logo obrigado a fazer mais investimentos para viabilizar aqueles que foram feitos inicialmente.

Para que este projeto não se torne um projeto a mais de fragmentação e segregação espacial seria bom o trabalho conjunto com as organizações sociais da região que permitissem transmitir as ideias dos moradores do local de modo a destinar parte dos investimentos a melhorar as condições de vida dessas pessoas.

Em relação às considerações do arquiteto Roberto Segre (2002) em comparação com o Projeto de Porto Madeiro e as intenções de aplicar um projeto parecido a esse na cidade do Rio de Janeiro, ele aponta as desvantagens da área portuária carioca, um delas é a qualidade arquitetônica dos prédios das docas e o mal estado de conservação dos prédios adjacentes sua conservação e reabilitação, ademais a alta densidade dos espaços construídos, fator que limita a inserção de novas edificações, outro elemento que intervém na qualidade ambiental do espaço urbano em torno da área portuária é a presença da “Via Perimetral”, que constitui um importante obstáculo a ser repensado urbanisticamente, pela agressividade da sua imponente estrutura de concreto.



FIGURA 161: Via Perimetral e armazéns do Porto do Rio. Vista por cima.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

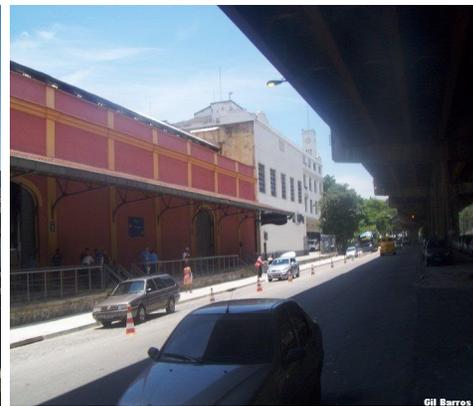


FIGURA 162: Via Perimetral e armazéns do Porto do Rio. Vista por baixo.
Fonte: Gil Barros.



FIGURA 163: Via Perimetral do lado izq. os armazéns do Porto do Rio, do lado dir. prédios antigos abandonados.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 164: Prédios antigos afetados pelos efeitos da perimetral, prejudicando na qualidade ambiental do lugar.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Outro problema que vem apresentando resistência à implantação dos vários projetos já propostos é a questão fundiária. A maioria dos imóveis com potencial de renovação e de propriedade federal em muitos casos se encontram ligados à atividades portuárias. Estes, na sua grande maioria, se encontram vazios, devido às limitações impostas pela legislação urbanística, não permitindo dar usos que impliquem em reformas importantes, pela dificuldade dos órgãos públicos de alinhar os seus bens⁴⁷. Na tentativa de destravar essa problemática foi proposta a constituição de uma companhia que passe a funcionar como um fundo gestor dos imóveis passíveis de formar parte do processo de renovação da área portuária. (DUARTE, 2005)

⁴⁷

Alguns deles continuam em eternos processos de liquidação. (DUARTE, 2005)

Dimensão Humana

A cidade do Rio de Janeiro teve desde sempre uma história de grandes transformações, que geralmente foram decididas autoritariamente pelas instâncias governamentais, pelos especialistas, e pelo que estamos vendo, a história torna a repetir-se (FERREIRA, 2010, p.5)

As instalações portuárias do Rio de Janeiro constituem um fragmento significativo da memória histórica urbana da cidade. O perfil morfológico das áreas que são consideradas como históricas corresponde às características da arquitetura do século XIX correspondente à morfologia original do centro do Rio: sobrados de dois e três pavimentos, com térreo comercial e, originalmente, de uso habitacional, nos demais pavimentos as ruas são estreitas e existem pequenas praças e largos. Essas áreas são amparadas na legislação de proteção ambiental e cultural. Existem certos pontos dos bairros que conformam a zona portuária com espaços urbanos significantes com relação aos inícios da cidade, um exemplo é a Pedra do Sal⁴⁸, localizada ao pé do Morro da Conceição no bairro da Saúde, considerado de importância estratégica na ocupação da área, como abertura de caminhos e desenvolvimento econômico, que nos dias de hoje constitui um ponto de encontro e referência na região. (MOREIRA, 2004)

Do ponto de vista do aspecto simbólico/morfológico da área, a maioria dos projetos propõe uma diferenciação extrema nas suas políticas de intervenção, por um lado são pautadas as estratégias para as áreas consideradas históricas, e por outro a área portuária propriamente dita, com exceção da linha do cais e seus armazéns também preservados, que sem dúvidas possui um perfil histórico, mas para tornar mais atraente os projetos passam a ser passíveis de intervenções mais importantes. Essas

⁴⁸A Pedra do Sal localizada na Rua São Francisco da Prainha é parte de uma região conhecida como pequena África, no ano 2010 recebeu título de “Área Quilombola”, do INCRA. Sua denominação provém de sua localização próxima ao mar, onde era realizado o desembarque do sal. A área foi apropriada como espaço de sociabilidade para a prática de rituais, cultos religiosos, batuques e roda de capoeira, e é considerada ademais como berço do samba carioca.(BARBOSA, 2010)

possibilidades abrem lugar a transformações que poderão afetar de um modo particular a autenticidade de certos pontos de contato entre uma e outra área.



FIGURA 165: Pedra do Sal.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 166: Morro da Conceição
Fonte: Google Earth.



FIGURA 167: Ladeira do João Homem
no Morro da Conceição
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

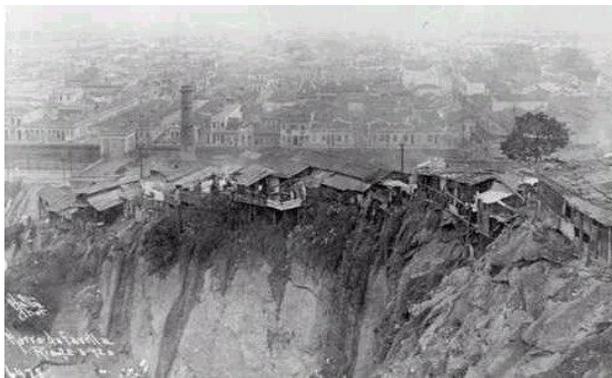


FIGURA 168: Morro da Providência ocupada no ano
1897
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Com relação à população local em vários dos projetos podemos encontrar propostas que trabalham com a promoção de melhorias nos espaços públicos nas áreas onde historicamente resiste o uso habitacional, lugares como o morro do pinto, morro da saúde, morro da conceição e morro da providência⁴⁹. Este tipo de propostas pode ser

⁴⁹ O Morro da Providência é considerado a primeira favela oficial do Brasil, foi batizado em fins do século XIX como Morro da Favela. Isso devido ao fato de esse morro ter sido ocupado por ex-combatentes da Guerra de Canudos, guerra travada entre tropas republicanas e seguidores de Antônio Conselheiro no sertão baiano. Favela era o nome de um morro que ficava nas proximidades de Canudos e

considerado como o maior desafio desses projetos e seria o ponto diferenciador com as demais políticas de valorização e renovação de áreas urbanas degradadas (MOREIRA, 2004). Tendo em conta que uma das particularidades da zona portuária do Rio de Janeiro é a sua cercania com os morros, mesmo que uma parte importante deles tenha sido aterrada para a instalação do porto em princípios do século XX. As características da topografia favorece a persistência da instalação de moradias dos estratos pobres da população conhecidos como “favela” (espaços urbanos informais, de importante força simbólica na cidade), consistindo em ocupações espontâneas que foram se intensificando e consolidando ao longo do século XX (SEGRE, 2002). Dentro dessas características podemos compreender como na cidade do Rio morfologia e cultura se encontram profundamente ligados.

Tendo em conta as expressões culturais de grande significância dessas área cabe lembrar que alguns dos armazéns já foram utilizados pelas “Escolas de Samba” para poderem construir ali seus grandes carros alegóricos, expressões criativas de uma autêntica tradição carioca. Pode-se ver que este tipo de adaptações confere ao lugar maior sentido de identidade e pode ser um caminho para a vitalidade da área e a inserção e apropriação da comunidade carioca em geral no lugar. Com base nessas ações a prefeitura decide construir no bairro do Santo Cristo o conjunto arquitetônico da Cidade do Samba. O projeto foi desenvolvido há quatro anos, após uma concorrência pública organizada pela LIESA e vencida pelo escritório Ciclo Design dos arquitetos Vitor Wanderley e João Uchoa. Mais tarde, o empreendimento foi incorporado pela Prefeitura do Rio, através da Rio Urbe. Como explicam os seus criadores, os edifícios foram concebidos à semelhança dos antigos armazéns existentes na área, memória de uma arquitetura de tijolos da virada dos séculos XIX e XX, mas somente na forma. Atualmente pode-se perceber que o projeto mesmo que tem alentando a revitalização da área não reflete nem um critério de intervenção e

serviu de base de acampamento para os soldados republicanos. Faveleiro é também o nome de um arbusto típico do sertão nordestino. De volta desse confronto em 1897, os soldados chegaram ao Rio com a promessa de que receberiam do governo casas, mas com o constante atraso da construção os ex-combatentes foram ocupando provisoriamente, e por lá acabaram ficando. Dando origem ao nome que se espalhou pelas demais comunidades carentes do Rio de Janeiro e do Brasil. (Do livro “Morro da Providência: Memórias das Favelas” de Sônia Zylberberg)

conservação dos espaços urbanos de caráter patrimonial, apresenta formas e cores que contrastam com o entorno e fragmentam de uma forma muito mais agressiva a malha urbana e qualidade ambiental da zona.



FIGURA 170: Cidade do Samba.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 171: Cidade do Samba. Vista lateral
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Para a realização desse tipo de projeto na área, é importante a contribuição para a preservação dos espaços urbanos patrimoniais por meio das leis de incentivo ao investimento em cultura (atualmente corporificada na Lei Rouanet), tornando-o passível de dedução de impostos de renda das empresas. (DUARTE, 2005). Outra das atividades que foi levada há poucos anos aos galpões do porto, foi a Fashion Week-Rio, semana de moda do Rio de Janeiro, atividade que abre a possibilidade de virar os olhares de uma parte da sociedade para este tipo de espaços urbanos que muitas vezes se encontram abandonados, e dessa maneira introduzir-lo com um novo uso as dinâmicas urbanas contemporânea.



FIGURA 172: Utilização dos galpões e do cais do porto para atividades culturais
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Segundo Roberto Segre (2002) um dos conflitos mais significativos que interferem de alguma maneira na aplicação dos megaprojetos nessa área é a presença numerosa de uma população pobre que mora nas imediações e nos morros circundantes, neles podem-se encontrar todos os problemas sociais e econômicos: desemprego, miséria, drogas e violência. Essa área já foi testemunho de intentos de traslado da população em outros momentos da história, mas com os resultados obtidos até hoje fica claro que a solução não está nesse tipo de procedimento, deve-se buscar outros mecanismos direcionados ao diálogo e à cooperação para definir uma nova realidade para essa problemática.

3 ESTUDO DE CASO. Antecedentes, subsídios metodológicos e possíveis cenários para zona portuária de Assunção

4.1 CENTRO HISTÓRICO DE ASSUNÇÃO E O SEU PORTO. SÉCULO XX E XXI

O Centro da cidade de Assunção guarda uma série de elementos que foram marcando a sua história. Ao final do século XIX, com uma forte imigração a morfologia urbana sobre a influência dos construtores e arquitetos europeus. Podendo encontrar-se desse período fachadas de Reminiscência Renascentista, *Art Nouveau* e *Art Déco*, isto até princípios de 1940, aproximadamente (CHASE, CAUSSARANO, 1987).



FIGURA 173: Edifício Ex - Cervejaria Paraguaia
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 175: Edifício Marco Polo
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 174 : Casa Fratta,
Obra do Maestro Henrique Clari.
Fonte:
[http://www.google.com.br/
images](http://www.google.com.br/images)

A propagação dos serviços públicos e a aparição do automóvel na década de 30 foram elementos que permitiram o afastamento da população do núcleo urbano tradicional. Neste período foram se sucedendo vários prefeitos na cidade, um que marcou pautas importantes foi Pedro Bruno Guggiari (1928-1932), que realizou a construção do novo porto em 1929, reformando ademais, praças, cemitérios, mercados e avenidas. Já em 1932 até 1935, o crescimento urbano foi detido devido à guerra do Chaco.

Em fins da década de 40 chegaram os primeiros arquitetos paraguaios formados no estrangeiro, sob uma forte influência do movimento moderno. Em 1950, sobe ao poder o General Alfredo Stroessner, com uma forte política de modernização e construção de obras públicas que refletiam a imagem de um governo “pacífico e progressista”. Com este desejo progressista e de modernização foram demolidos vários prédios de valor patrimonial e começaram a aparecer os primeiros edifícios em altura. O Hotel Guarani, construído em 1960, de estilo modernista, é um exemplo do que se desejava realizar naquele momento.



FIGURA 176; Hotel Guarani
Construído entre 1958/1961
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 177
Edifício do Lido Bar
Arq. Francisco Canesse -
1949/50
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 178: Sede do Partido Colorado. Arq. Homero Duarte -
Dec. 50
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>

Neste período o centro da cidade que juntava atividades comerciais e administrativas foi se congestionando em todos os sentidos. Por outro lado a migração campo-cidade impulsionou a formação de franjas marginais, que levou a aumento da insegurança e da deterioração progressivo do centro histórico

En las décadas de 1960 y 1970 se producen dos fenómenos de suma importancia que afectan sobremanera los procesos socioeconómicos y la distribución espacial de la población: el proceso de colonización agrícola impulsado por el gobierno para poblar las vastas tierras del Este de la Región Oriental y la construcción de las represas hidroeléctricas de Itaipú y Yasyreta.(CRISTALDO ; SILVERO, 2010)⁵⁰

O momento político e econômico conhecido como “boom” de Itaipu proporciona a vários empresários e políticos um alto poder aquisitivo, estes empolgados pelas novas propostas arquitetônicas vindas do exterior, cheios do desejo de modernizar a cidade, derrubam vários prédios da época lopista e constroem edifícios na área do centro histórico. Outro fenômeno que ganhou força a partir da década de 90 e que afetou o centro foi a descentralização, que teve como intenção melhorar as condições caóticas do centro, o resultado não chegou a alcançar esse objetivo, acarretando no abandono e na desvalorização do centro.



FIGURA 179: Assunção década de 1990
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

⁵⁰ Nas décadas de 1960 a 1970 foram produzidos dois fenômenos de muita importância que afetam de sobremaneira os processos socioeconômicos e a distribuição espacial da população: o processo de colonização agrícola impulsado pelo governo para povoar as vastas terras do Este da Região Oriental e a construção das represas de hidroelétricas de Itaipu e Yasyreta.(Trad. Sara Ferreira)

Nos últimos dez anos a situação do centro histórico mantém o mesmo perfil. Com a geração de novos centros de comércio como a casa do Bairro de Villa Morra, e a outros bairros da cidade e o fortalecimento das cidades satélites de Assunção tais como Fernando de la Mora, São Lorenzo, Lambaré, Mariano Roque Alonso entre outras. O Centro de Assunção deixa de receber investimentos no aspecto imobiliário como de infraestrutura. Isso também se reflete na migração dos moradores da área central para as novas centralidades. Contado atualmente com uma densidade habitacional de 0.50 hab. x hectares. O que equivaleria ao 1% da população total da cidade que é de 680.250 (segundo o censo de 2002). As construções que podem ser encontradas nessas áreas, geralmente foram feitas para programas públicos ou para moradias, os quais são adaptados para comércios. Também podem encontrar-se prédios de apartamentos destinados a escritórios comerciais e alguns para moradia.

O sistema de transporte é outro fator que afeta essa área não só do ponto de vista estrutural, mas também do ponto de vista morfológico ou poderia se dizer de paisagem urbana. Pois tendo em conta as vias de tráfego que atravessam o centro histórico, pode se notar a afecções físicas que produzem nos prédios mais antigos. Enquanto a poluição ambiental e visual produzida pela quantidade e mal estado desses serviços de transportes, desanima a utilização de certos setores do centro.



FIGURA 180: Rua Cerro Corá
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 181: Rua Palma.
Fonte Sara Ferreira

As atividades que podem ser encontradas na área central correspondem a entidades públicas, comércios, serviços e escritórios de profissionais independentes. Um fator que afeta a imagem do centro da cidade é o alto número de comerciantes informais que se situam nas praças e ruas mais movimentadas como são a Palma e Estrella e as transversais entre estas.

Quanto a equipamentos de lazer, podem-se ver várias propostas de privados para devolver a vida da cidade por meio de atividades como bares, cassinos, reabilitação de hotéis que em outro momento foram abandonados como é o caso Hotel Guarani. Essas propostas vindas de grupos privados reforçam ideais e a necessidade de que o município foque suas forças nessas áreas que possuem um valor que a cidadania de forma individual tenta resgatar.

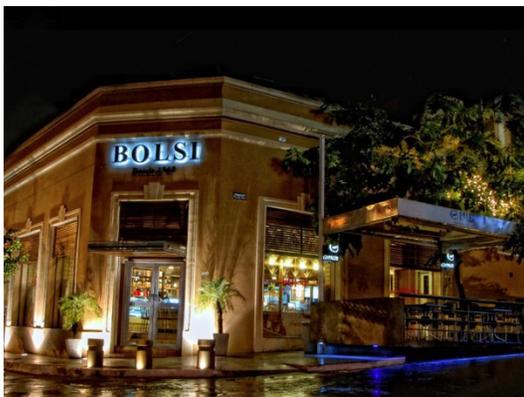


FIGURA 182: El Bolsi, sobre a rua estrella
Fonte : Sara Ferreira



FIGURA 183: El Lido, sobre a rua palma
Fonte Sara Ferreira



FIGURA 184: Teatro Municipal. Restaurado em 2003.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Área Portuária de Assunção

Podemos perceber que as zonas portuárias em geral e historicamente apresentam as mesmas características de contexto. Lugares onde podemos encontrar galpões de armazenamento de mercadorias, bares, bordéis, hotéis e comércios de diversas índoles, para receber as diversas pessoas que ao porto chegam. Essas atividades em si afetam e contribuem para a deterioração da arquitetura e do espaço urbano. E por outro lado este tipo de atividade e o deslocamento de outras como moradias e comércios formais a novos centros e periferias, fazem com que sejam reduzidos os rendimentos tributários da zona, o que leva ao desvio de investimentos públicas a outros setores de maior interesse de rendimento tributário para o município. (MOREIRA, 2004)



FIGURA 185: Vista desde o rio Paraguai da Zona Portuária. Final do sec. XIX
Fonte: <http://www.paraguaywarez.com>

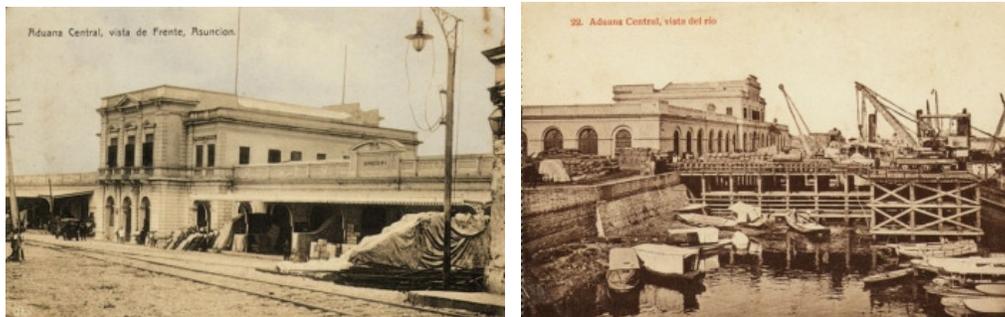


FIGURA 186: Vista do porto sobre a rua Colón e desde a praia Montevideu.. Final do sec. XIX
 Fonte: <http://www.google.com.br/images>

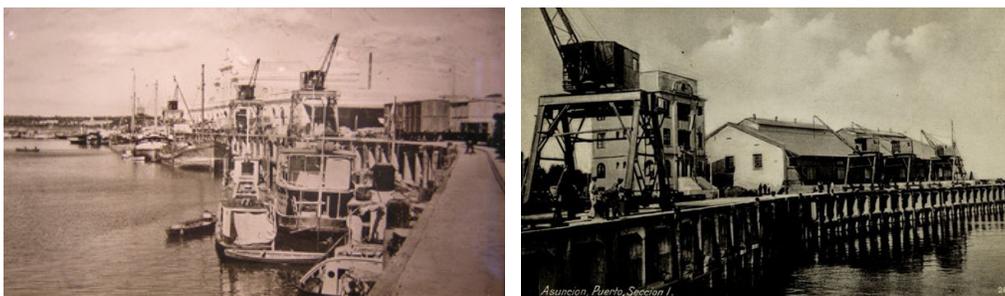


FIGURA 187: Vista do cais e dos armazéns. Década de 1930
 Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Atualmente o centro da cidade de Assunção e de forma especial a área portuária se encontra num estado de espera de algum tipo de investimento tanto público como privado, que possa promover e incentivar a recuperação, podendo atrair assim o setor privado, e oferecer à cidadania um espaço urbano de melhor qualidade.



FIGURA 188: Vista desde o rio Paraguai da Zona Portuária. Visando no fundo o Palácio de Governo.
 Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 189: Fachada sobre a rua colón

Fonte:

<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 190: Vista aérea parcial da Zona Portuária

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

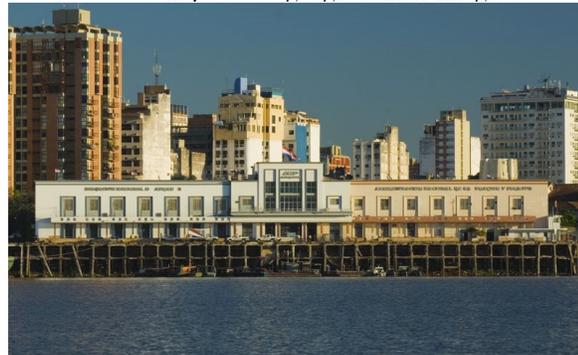


FIGURA 191: Fachada do prédio do Porto sobre o Rio Paraguai.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 192: Vista aérea parcial da Zona Portuária

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 193: Cais e armazéns do porto.

Fonte : Sara Ferreira



FIGURA 194: Armazéns do Porto

Fonte : Sara Ferreira



FIGURA 195: Porto de Assunção.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Para poder ter um panorama geral da realidade contemporânea nesta parte do trabalho se pretende apresentar as características do lugar por meio dos elementos conceituais pautados dentro do estudo sincrônico diferenciando-os em duas dimensões: por um lado a dimensão humana (sociocultural) abrangendo os conceitos de cultura, identidade, significantes e memória, autenticidade, simulacro e gentrificação e por outro, a dimensão física (espaço-funcional) qualidade ambiental, economia urbana, paisagem cultural.

Dimensão Física

Dentro da dimensão física o setor da área portuária de Assunção se encontra inserido dentro do espaço urbano conhecido como o casco histórico da cidade. Essa área vem com os anos, sentindo as consequências da descentralização e traslado das antigas funções a outros setores da cidade. Problemática que leva ao abandono dos prédios que passam a desuso, implicando a seu constante deterioração, por outro lado esse abandono é causado pela aparição de novos prédios de manufatura barata e que só prejudicam as qualidades espaciais e formais desses lugares. (CAMACHO, 2005)



FIGURA 196: Vista Aérea da Cidade de Assunção
Fonte: Google Earth.

A zona portuária ou zona de influência conta com uma série edificações representativas de diferentes períodos históricos e que guardam funções diversas. Podem-se caracterizar de acordo as funções, classificando em quatro subzonas; uma comercial: de produtos de consumo básico e de artigos tradicionais; outra de escritórios: dedicados à importação e exportações; de lazer: bares, discotecas e bordéis, antigos depósitos e fábricas. E no meio dessa série de funções uma grande quantidade de prédios abandonados que prejudicam a qualidade ambiental do lugar. Também podem ser encontrados equipamentos culturais na área como são a Manzana da Rivera, o Teatro municipal e o Ateneu paraguaio. Por outro lado se tem o morro São Jerônimo, muitos consideram este um dos primeiros lugares de assentamento dos primeiros moradores de Assunção (CHASE; CAUSSARANO, 1987).

COMERCIAL



FIGURA 197: Prédio de “La Recoba”, venda de produtos artesanais regionais.
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 198: Rua Hernandarias, comércio varejistas de produtos básicos



FIGURA 199: Esquina Colón e Paraguaio Independiente. Princípio do Sec. XX
Fonte:



FIGURA 200: Esquina Colón e Paraguaio Independiente. Década de 50 do século XX
Fonte: <http://www.histarmar.com.ar>



FIGURA 201: Esquina Colón e Paraguaio Independiente.
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 202: Edifício Marco Pólo. Colón y Presidente Franco
Fonte: Sara Ferreira

O prédio da “Recova” é um dos que se mantém exatamente igual a varias décadas, passando a ser um dos setores emblemáticos da cidade. Atualmente o prédio se encontra num importante grau de deterioro. Nele se encontra a Prefeitura Naval e uma serie de lojas comercializam produtos de artesanais nacionais. A no cruze das ruas Hernandarias e Garibaldi, se encontra uma serie de lojas que tradicionalmente comercializam produtos importados o que chegam de outros pontos do país por meio do porto. Em outras épocas podia-se encontrar um numero maior de comércios mais com a diminuição do movimento de mercadorias no porto, propicio o paulatino fechamento de vários comércios na zona. (VERÓN, 2007)

Outro Edifício Marco Pólo é emblemático da zona, construído na década de 1940. Já foi sede da Embaixada dos Estados Unidos, de discotecas e atualmente no nível térreo o

prédio foi reformado para acomodações de lojas comerciais, do lado da rua colón lojas de produtos artesanais e sobre a rua hernandarias produtos de consumo diário. A zona tem como atrativo as equipamentos de lazer noturno como bares e bares.



FIGURA 203: Choperia del Puerto.
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 204: Pirata Bar
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 205: Centro Cultural Manzana de la Rivera, Bar Clari, teatro, exposições, e concertos.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

ESCRITORIOS



FIGURA 206: Edifício Colón. Dec. 80 e esquina da Recova
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 207: Outros edifícios em altura na área.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 208: Edifício Industrial Paraguaya. Ano 1905

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 209: Edifício Ex- Industrial Paraguaya. Ano 2009

Fonte: Sara Ferreira

O prédio da Ex- Industrial Paraguaya atualmente foi restaurada e nela se encontra a Direção Nacional da Alfândega, e no prédio do lado com um estilo de reminiscência mais clássica, funciona como pousada. Em quanto que o prédio Colón, se elava modificando a escala do lugar e marcando os câmbios trazidos pelas inovações dos anos 80. Neste prédio encontrar-se vários escritórios especializados em importação e exportação.

FABRICAS E ARMAZENS

Esta área da cidade tem uma forte relação com a produção de álcool, por nela se encontrada a sede da Cervejaria Paraguaya, a da APAL (Administração Paraguaya de Alcoóis) e também a sede administrativa da CAPASA (Cachaças Paraguaias Sociedade Anônima). Aqui eram produzidos os derivados do álcool por parte da empresa estatal. O prédio símbolo continha os escritórios administrativos destas empresas. Ele apresenta características da arquitetura eclética do final do século XIX. Atualmente este prédio foi restaurado pelo governo e passará a ser sede de um Museu que recopilara tudo o que tenha relação como Bicentenário da independência do Paraguai (1811-2011). Ademais na área se encontra uma serie de galpões que eram utilizados antigamente na produção de cerveja e cachaça, como também no armazenamento destes produtos. Atualmente estes espaços estão foram vendidos a um grupo de investidores espanhóis, e são

utilizados para a realização de eventos de grande envergadura. Estes mesmos investidores pretendem transformar a área num pólo turístico por meio da construção, no que corresponde aos quatro quarteirões correspondentes ex-cervejaria paraguaia, em hotel e shopping centers. Cabe destacar que tal projeto já foi apresentado a prefeitura da cidade e a mesma considera que estes projetos se coincidem com a política da comuna para a revitalização do casco histórico. Com esta declaração e transmitida à idéia de transformar Assunção numa cidade turística.



FIGURA 210: Edifício da Ex-APAL, atual Museu do Bicentenário
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 211: Plano onde aparecem os 4 quarteirões da ex-cervejaria paraguaia y sua relação com o porto.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 212: Nesta área se encontrava o prédio da ex- cervejaria nacional a primeira do país, do lado do depósito “Arsenal-cué”
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 213 : Prédios da Ex- fábrica da Cervejaria Paraguaia, atualmente utilizados para eventos, levam o nome de “Casco Antigo”. Os mesmo se encontram muito deteriorado, e vem sendo demolidos lentamente pelos proprietários.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A atividade portuária que em outrora movimentava a economia do lugar hoje em dia se vê notavelmente diminuída, a construção do novo porto na cidade de Villeta a 35 km da cidade de Assunção. No lugar podem ser encontrados certos escritórios da administração de alfândega e das importações e exportações. Esta idéia de manter na região a área administrativa do porto foi afiançada no 2008 com o concurso para o novo prédio para a sede administrativa para a Direção Nacional de Aduanas (Alfândegas). O projeto tem como lugar de implantação um prédio antigo que data da primeira metade do século XX. Tendo como pauta inicial a intervenção num prédio de caráter patrimonial, buscando a integração do mesmo com as características do em torno. Todas as propostas apresentadas têm dentro dos seus discursos a intenção de valorizar o

patrimônio, mas como resultado pode-se ver a influencia da arquitetura contemporânea de grande impacto que mais harmonizam com a arquitetura dos prédios construídos a partir da década dos 80.



FIGURA 214: Prédios de ex-fabrica, atualmente o mesmo se encontra abandonados em alto grau de deterioro. Este será o lugar de localização da nova direção de aduanas.
Fonte: Sara Ferreira



FIGURA 215: 1er Premio do concurso
Fonte: Victor Báez.



FIGURA 216: Um dos concorrentes.
Fonte: Nicolas Morales



FIGURA 217: Um dos concorrentes.
Fonte: Victor Báez.

Em quanto que o movimento de pequenas barcaças na baía de Assunção surge de dois pontos, um se dá desde o mesmo porto de forma particular e fundamentalmente na travessia feita pela barcaça oficial do Clube Mbiguá, tradicional clube de regata da cidade que fica do outro lado da baía no Banco São Miguel.



FIGURA 218: Vista do Clube Mbigua banco São Miguel

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 219: Barcaças para atravessai.

Fonte: Sara Ferreira.

Por outro lado se tem o movimento que se gera a partir da praia montevidéu uma das primeiras que existiram na cidade, desde este ponto sai pequenas embarcações com destino a cidade argentina de Clorinda. Este meio e muito utilizado para trazer mercadorias de baixo preso desta cidade, esta atividade gero bom movimento econômico a escala micro em outras épocas.



FIGURA 220: Praia Montevidéu Final do sec. XIX

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 221: Praia Montevidéu. 1995

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 222: Praia Montevidéu. 2009

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 223: Entrada a Praia Montevidéu. 2009

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Enquanto que a passagem cultural se encontra traçado dentro desse marco de diversidade tanto desde seu aspecto físico como de seus componentes espaciais. O que nos anos 80 e 90 quebraram a escala do lugar foi a aparição de prédios em altura que em geral servem para escritórios e em menor porcentagem para moradia. Função pouco habitual na zona é a habitacional fora do morro São Jerônimo. A passagem natural da área esta conformada pela Bahia de Assunção e a reserva natural do banco São Miguel, de grande importância para a biodiversidade da região, ela recebe aves migratórias de diversas partes do mundo, produzindo um espetáculo natural único (VERÓN, 2007)



FIGURA 224: O Porto visto desde a Loma São Jerônimo. Época da colônia.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

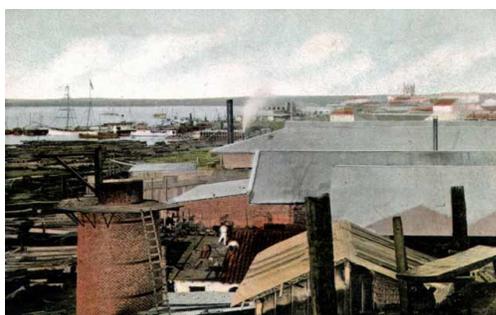


FIGURA 225: O Porto visto desde a Loma São Jerônimo. Década de 1850

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 226: Loma São Jerônimo hoje.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Outro aspecto ressaltante é a riqueza e beleza natural dessas áreas. Por um lado essas áreas constituem ecossistemas naturais para várias espécies, as quais devem estar

dentro de considerações especiais de preservação ecológica. Especificamente a Bahia e um lugar de uma diversidade imensa de espécies, servindo como reservatório de peixes, e o seu banco de areia como lugar de descanso e de alimentação para numerosas espécies migratórias que transitam pelo país. Mas os mesmo também constituem espaços de grande potencialidade para serem utilizado em atividades de lazer e recreação dos cidadãos, possibilitando assim fomentar a consciência da relação cidade-rio



FIGURA 227: Assunção vista desde o banco São Miguel
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 228: Área de Lazer e deportes.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 229: Reserva Natura, refugio de aves migratórias.
Fonte:

Dimensão Humana

Este espaço se encontra carregado de simbologia para a cidade de Assunção, traz à memória épocas de grandes construções, momentos históricos de edifícios significativos do entorno, de grande movimento comercial, mas atualmente também refletem decadência desses sistemas e abandono, não só dos donos desses espaços, mas também dos administradores públicos que há várias décadas já não realizam nenhum tipo de trabalho para melhorar a qualidade urbana dessa região. Mas também continuam representando esperança pelos valores espaciais que podem servir de base para uma série de novos empreendimentos.

Neste espaço urbano podem ser percebidas várias expressões culturais que fizeram e continuam fazendo parte da vida do assunceno. Atualmente de uma forma muito menos frequente que antes. As viagens em barcaças á cidade de Chacoí/Clorinda- Argentina, os passeios para apreciar a paisagem que oferece o rio. As compras de produtos importados nos comércios varejistas e possibilidade que o espaço urbano de caráter patrimonial oferece de poder apreciar uma atmosfera que representa uma história um passado que faz lembrar sua raízes ao assunceno e ao qualquer paraguaio, que fortalece o sentido de identidade de um povo, de uma nação.



FIGURA 230: Pequenas embarcações saindo desde a Praia Montevideú.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 231: Antigo lugar de intercambio comercial.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A função habitacional não é uma das fortalezas da área, a maioria das casas unifamiliares se encontra abandonadas e os moradores em geral são pessoa de classe medi a baixa, que moram em aluguéis de precárias vivendas antigas os prédios de má

qualidade arquitetônica. Pelo qual o espírito de bairro já foi perdido nessa parte do centro histórico. Passear por aí num dia de domingo e poder é ver uma cidade fantasma.



FIGURA 232: Casas de diferentes épocas, que casas familiares passaram a ser comercio e atualmente se encontram abandonadas.

Fonte: Sara Ferreira.

Já os frequentadores podem ser classificados de funcionários públicos do porto e escritórios da Alfândega, localizada do lado do porto, os funcionários dos diversos escritórios privados da área os compradores e turistas e o grupo que frequenta os equipamentos culturais. Por outro lado este espaço urbano se encontra vulnerável à marginalidade, pois a poucos metros se encontra um dos assentamentos de população pobre mais antigo de Assunção, a “Chacarita” que corresponde ao que no Brasil é chamado de Favela. Motivo que leva essas pessoas a realizar atos ilícitos na zona do porto e no centro histórico e fugir rapidamente para este lugar cheio de becos e pequenas construções. Ao não ter uma população estável essa parte é um lugar de todos e ao mesmo tempo de ninguém e isso se reflete diretamente na sua paisagem.



FIGURA 233: Frequentadores da área, vendedores ambulantes, trabalhadores da alfândega e a chipeira.

Fonte : Sara Ferreira



FIGURA 234: Freqüentadores da área cultural e bares. Turistas na Recova.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 235: Fundo del Ex-Cabildo. 1950
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 236: Fundo del Ex-Cabildo. 2009.
Barracos na rua fazem parte da “Chacarita”
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 237: Vistas da “Chacarita” e sua gente.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

4.2 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO E SUAS IMPLICÂNCIAS.

Nos últimos 20 anos, com a incessante deterioração e transformação agressiva na conformação morfológica e ambiental do casco histórico da cidade, começaram a aparecer manifestações de preocupação em vários níveis da sociedade. Essa preocupação foi direcionada nos diversos estudos e projetos que foram aparecendo, às vezes impulsionados pelo governo de turno, outras pelo âmbito universitário ou por meio de organizações independentes, centro de comerciantes, centro de patrimônio, historiadores e moradores da zona.

Observar as propostas que direcionam a ideia de mudar a realidade atual do centro histórico, permitirá obter um perfil dos possíveis cenários que virão a aparecer com sua aplicação. Para obter esse perfil será utilizada a série de conceitos estudados, e com relação aos casos análogos será possível descrever os possíveis cenários para o futuro dessas intervenções.

Entre os projetos encontrados que tratam da problemática do centro histórico, pode-se encontrar o enfoque de diferentes escalas, umas mais pontuais, enquanto outras mais globais tendo o centro como um ponto a mais de intervenção na cidade. Dentre os que podem ser nomeados estão:

- “La Chacarita”, Seminário Atelier sobre Projetação Ambiental; realizado em 1988, que foca os conflitos da mais antiga favela da cidade de Assunção que se encontra na borda da Baía.

- “As problemáticas de assentamentos espontâneo das zonas inundáveis” (compilado por Victor Inas R. Publicado em 1993. Ele enfoca os avanços e as soluções encontradas nessas áreas nos últimos anos, mas não indica uma visão mais global para o problema.

“Taller SIRCHAL⁵¹” que foi realizado no ano 2002, consistiu numa série de encontros em que foram realizados vários estudos da situação do Centro Histórico da Cidade de Assunção e gerando recomendações para sua revitalização. Foram propostos três eixos de atuação: do mecanismo de Gestão, dos Instrumentos de desenvolvimento Urbano e das Ações Prioritárias. Propondo como base a criação de um “organismo gestor” que possa articular as diversas necessidades e meios disponíveis, como também integrar setores públicos e privados interessados em fazer parte dessa iniciativa. Pois estará fundado em uma «sociedade mista» com aportes públicos e privados. Como também propôs a criação de instrumentos legais que permitam pautar e determinar os diversos tipos de intervenções a serem geradas. Ademais da conformação de instrumentos institucionais que facilitem coordenar o direcionamento de atividades e responsabilidades as diversas instituições que fazem parte da proposta. A geração de um instrumento projetor, que será configurado por meio da integração e reformulação de vários outros projetos pertencentes às diversas instituições envolvidas nessa proposta.

“Proposta de revitalização da Fachada Litoral do Centro Histórico”, foi um dos programas que foram elaborados por meio do “Taller SIRCHAL”. Está focada a restauração de todos os prédios de interesse patrimonial e de propriedade pública que tem suas fachadas para a baía de Assunção. Isto incluiria desde o edifício da Catedral até o edifício do Porto. O objetivo era que essas ações incentivassem a restauração de outros prédios e espaços urbanos da zona. Este programa só foi efetuado no prédio do Palácio de Governo e na Catedral não prosperando assim para os demais prédios existentes.

Considerando que o projeto Franja Costeira, e o mais importante desde sua visao globalizada da cidade, considera-se pertinente sua caracterização parcial para

⁵¹ É um programa de seminário-atelier sobre a revitalização dos centros históricos da América Latina e o Caribe. Surgiu numa iniciativa do Ministério de Cultura e Comunicação da França e com o apoio econômico do BID, e o apoio técnico da UNESCO, em 1998.

□ Municipais: Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental, Plano CETA (de reestruturação viária), Plano Franja Costeira, Plano Fachada Litoral e Plan Regulador. Proposta do curso de pós-graduação da Universidade Católica de Assunção, Planos de provisão de energia elétrica – zona centro.

compreender a série de propostas que mais chamam a atenção e que poderá interferir de uma forma importante a realidade do centro histórico.

Projeto Franja Costeira.

A apresentação desse projeto foi considerada pertinente devido ao impacto que ele poderá gerar dentro da estrutura urbana e do funcionamento socioeconômico do centro histórico da cidade de Assunção e de forma particular sua consideração como a «zona portuária» foco dessa dissertação. Motivo pelo qual daremos ênfase aos aspectos que fazem a relação: Centro Histórico - Franja Costeira.

O Projeto “Franja Costeira”, é um projeto largamente desejado pelos cidadãos da cidade de Assunção, nasce da necessidade de um relacionamento mais digno com as bordas do rio Paraguai, que tem como seu ponto estratégico nessa relação rio-cidade a Baía de Assunção. Relação conflituosa de vários pontos de vista, em primeiro lugar as inundações periódicas que geram nas bordas uma situação particular de entrada e saída de uma população pobre que se instala nessas áreas instável da cidade, problemática que se transmite ao resto da cidade nos tempos de enchente⁵². Por outro lado a incidência do cidadão assunceno de possuir um rio com as belezas naturais que ele representa dentro da sua cidade.

No ano 1993 aparece o primeiro “Plan Maestro. Projeto de Desenvolvimento e melhoramento ambiental da Franja Costeira da cidade de Assunção”, trabalho realizado conjuntamente com a Municipalidade de Assunção⁵³ e a FACLAM⁵⁴. Esta abarca 16 km de costa entre o Porto Botânico (extremo norte) e o Cerro Lambaré (no extremo sul). Tem como objetivo principal o desenvolvimento urbanístico e social, assim como a proteção contra inundação dos setores afetados periodicamente.

Tendo em conta os projetos anteriores e os estudos elaborados para este, é possível ressaltar que a problemática essencial da cidade são suas “Zonas inundáveis”. Isto traz

⁵²PLAN MAESTRO. Proyecto Desarrollo y mejoramiento ambiental Franja Costera de Asunción Paraguay. Convenio Municipalidade de Assunção – FLACLAM. Municipalidade de Assunção. Set. 1993

⁵³A palavra «Municipalidade» seria equivalente a «Prefeitura» em português.

⁵⁴ Facultad Latinoamericana de Ciencias Ambientales.

a presença de uma população marginalizada, desvalorizando as áreas em conflito, e gerando a migração em diversos períodos do ano para outras áreas da cidade.

Dentro desses pontos pode-se encontrar a preocupação gerada pela relação desse espaço com um dos espaços mais significativos da cidade, o Centro Histórico, que se verá afetado diretamente com este projeto. Nele se reconhece a necessidade de urgente intervenção nessa área para evitar a perda, substituição ou reciclagens indevidas que foram feitas nos últimos anos. Como também o projeto evita o impacto exógeno dos efeitos contaminantes, de deterioração do sistema natural e da paisagem, o contraste entre os assentamentos marginais e o esplendor da cultura e histórica. Como também evitar impactos endógenos que consistem na realocização temporária de inundados, a constante ocupação de calçadas e áreas verdes do Centro histórico por vendedores ambulantes que na sua grande maioria fazem parte dessa população nômade das áreas inundáveis.

O projeto gera uma série de atuações que pretendem ser realizadas na área do Centro Histórico tais como:

- 1- Resgate e acondicionamento do entorno dos edifícios monumentais.
- 2- Os trabalhos embelezamento das áreas livres que se encontram nas bordas do rio transformando-as em espaços de uso público.
- 3- Gerar o espaço necessário para a passagem de uma via de circulação veicular ampla, vinculando todo o setor. Pois na proposta geral o elemento estruturador de todo o projeto é a utilização das áreas de transição entre costa e território para a construção de uma importante via de mobilização e conexão das periferias do extremo norte e sul da cidade

Os dois últimos pontos são ideias geradas em resposta a essa necessidade de reconhecimento e relacionamento da cidade como o rio e a Baía de Assunção especificamente neste ponto. Também são fundamentados como elementos que permitirão remarcar a identidade paisagística do lugar.

Este projeto considera que existe espaço físico e oportunidades de desenvolvimento socioeconômico suficiente, de maneira que essa renovação urbana não prejudique a

nenhum habitante atual da Franja Costeira e que garanta, pelo contrário, mais e melhores oportunidades para seus habitantes.

Como também propõe três padrões de integração entre Centro Histórico- Franja Costeira:

- 1- A integração do frente monumental sobre parques e passeios ribeirinhos e o seu contato direto com o rio.
- 2- A integração de praças e parques da área histórica com o novo entorno paisagístico que será realizada por meio do projeto Franja Costeira.
- 3- A consideração do eixo histórico (Rua Coronel Bogado e sua continuação El Paraguayo Independiente desde Tacuary até o Porto de Assunção). Sendo uma parte da estrutura urbana que será afetada pela via rápida de mobilidade.



FIGURA 238: Vista do centro Histórico. Área de intervenção
Fonte:



FIGURA 239: 1º Proposta para o aterro e construção da via costeira. Ano 1993
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 240: Área de intervenção da proposta .
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>

Para poder alcançar esses objetivos e tendo em conta as características das zonas em questão foram propostas intervenções estratégicas como:

- 1- Passeio Costeiro, grande eixo da via de saída e entrada centro-periferia. Avenida em duas mãos em cada direção, franqueada por calçadas e jardins de passeio.
- 2- Relação Cidade-Rio, definida numa interfase positiva entre cidade e zonas baixas ribeirinhas mediante espaços de ofertas recreativas, turísticas, e reservas ecológicas e unidades de desenvolvimento produtivo agroecológico.
- 3- Defesa contra inundações, o passeio costeiro será construído por meio de aterros que darão o mesmo nível a todo o traçado do passeio, isto servirá de defesa contínua e serão complementados com outros aterros que permitirão a construção de novas urbanizações, e também sistemas tipo “polders” que permitirão proteger as zonas baixas e seus habitantes.



FIGURA 241: Linha e elevação a ser seguida para a via costeira.

Fonte:

<http://www.google.com.br/images>

FIGURA 242: Vista geral da intervenção.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 243: Vista da área de lazer

Fonte:



FIGURA 244: Perspectiva da via costeira.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



Já dentro dos projetos pontuais podemos encontrar a proposta de reconversão de instalações obsoletas que se encontram em zonas como Ytá Pytá Punta e a Baía de Assunção, com investimentos privados ou públicos sendo destinado à hotelaria, centros comerciais ou grandes equipamentos de interesse social. Entre eles são destacados a reconversão do Porto de Assunção (com o fim exclusivo de atender passageiros e turistas) e a construção de um centro de congresso e convenções.

De forma alternativa, na parte lateral do passeio do lado do rio, são propostas urbanizações residenciais de alta qualidade habitacional e paisagística e do lado da cidade são propostas as realocações e consolidações populacionais. Estes bairros-parques pretendem ser localizados de frente, de forma a direcioná-los a atividades náuticas e recreativas.

Cabe ressaltar que a ideia de passeio costeiro reflete o olhar a projetos já efetivados em outras cidades como Montevideu – Uruguai, Rosário e Corrente – Argentina. Pretende-se que este eixo seja considerado símbolo urbano da cidade de Assunção.

No ano de 1996, a Junta Municipal de Assunção, aprova o projeto por meio da ordenança JM/Nº34/96 com data 4/12/96. O qual passou por um estudo de impacto ambiental em 1997, realizado pela Empresa Consultora Internacional Abt Associates Inc., com financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento.

Posterior ao documento-projeto lançado no ano de 1993 houve várias repropostas feitas pelos seguintes governos os quais tampouco conseguiram torná-las realidade devido a conflitos de índole política. Como o apresentado no ano 2002, que como o anterior tem como base a preocupação das zonas inundáveis. Um dos pontos ressaltantes dessa proposta tem estreita relação com a futura realidade do Centro Histórico assim como com a Zona Portuária, pois pretende utilizar o eixo da franja costeira para melhoramento do sistema de via de acesso ao centro da cidade e para a criação de novos polos de desenvolvimento. Por outro lado plantea o saneamento, proteção ambiental e tutela das áreas naturais protegidas.

Já no ano 2004 o Município solicita um novo estudo de “atualização e ajuste” da viabilidade da primeira etapa do Projeto de Franja Costeira que abarca a área

correspondente à Baía de Assunção, Banco São Miguel e setor urbano Franja Costeira Norte. Este estudo será exposto aqui tendo o mesmo foco de interesse já nomeado mais na frente, que seria a zona de contato direto com o centro histórico, zona da Baía de Assunção.



FIGURA 245: Primeira etapa da proposta de intervenção, conexão da via costeira com a estrutura da cidade.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 246: Proposta do aterro para a construção da via costeira.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 247: Propostas para o Parque bicentenário.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Nele são definidos os modos de integração dessa via costeira com a rede de circulação urbana já existente na cidade. Neste primeiro trajeto a ser construído foram diferenciadas cinco zonas sendo os três últimos pontos de maior incidência na zona definida como casco histórico. Estas contarão com obras de aterros que permitirão elevar a futura via costeira a cotas não inundáveis (a uma cota +64.00, na figura N°248 simbolizada pela cor laranja). Área verde, realizando o nivelamento necessário para os respectivos parques em forma de talude. (representado pela cor verde, figura N°248). E uma linha passível de inundação permitindo a conformação da borda natural do rio. (representado em cor azul na figura N°248)

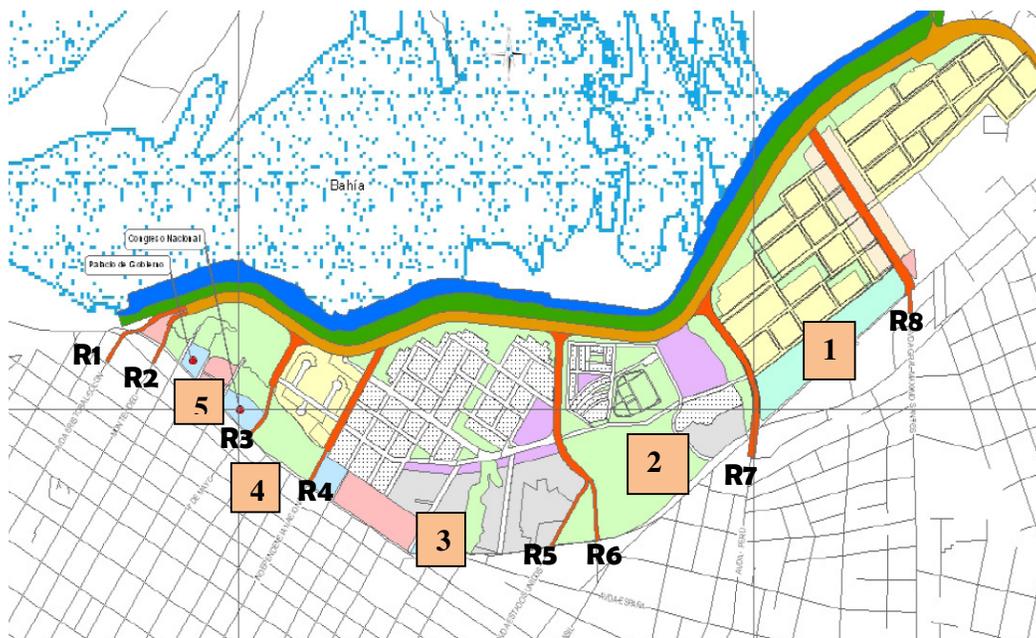


FIGURA 248 : Estrutura urbana e integração com a via costeira.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

- R1: Avenida Colón.
- R2: Rua Montevidéu.
- R3: Rua 14 de Maio.
- R4: Rua Independência Nacional.
- R5: Rua Estados Unidos.
- R6: Rua Brasil.
- R7: Avenida Peru.
- R8: Avenida General Santos.

RUAS LATERAIS AO PONTO 4

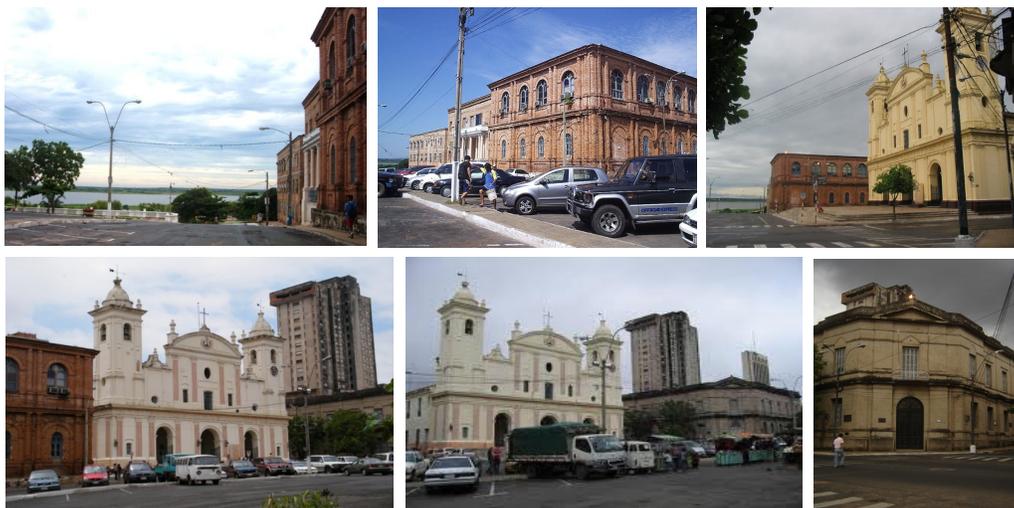


FIGURA 249 : Rua Independência Nacional, nela se encontram a Universidade Católica, prédio em tijolos sem revoco, e a Catedral de Assunção prédio construído em 1845.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 250: Rua 14 de Maio, onde se encontra o ex- colégio jesuíta que data de 1598 e que atualmente faz parte do prédio do Congresso Nacional, duas quadras para cima na mesma rua esta a Casa da Independência construída no ano 1772, uma das poucas casas da época da colônia.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

A via costeira tem como ponto de início o final da Rua Colón com projeção paralela ao rio com sentido leste. Para sua integração mesma com a trama existente na cidade serão projetadas e conectadas ruas consideradas como “conectoras” (ruas representadas em vermelho na FIGURA N°245). Pretende-se que estas sirvam de direcionadores de fluxo

veicular do centro da cidade para a via costeira, com a intenção de garantir dessa forma a integração da nova urbanização proposta para a cidade existente. A primeira seria a projeção da Rua Colón conectada ao mesmo início da via costeira, seguindo com a articulação com a Rua Montevideú. (ambas localizadas no ponto cinco da FIGURA N°248). A outras que atravessam o casco histórico da cidade e são consideradas conectoras são as ruas 14 de Maio, Independência Nacional e Estado Unidos. (demarcam a zona 4 e 3 da FIGURA N°248).



FIGURA 251: Av. Costeira, sua inserção na estrutura urbana e na paisagem da cidade de Assunção.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

RUAS A FRENTE DO PONTO 5



FIGURA 252: Rua Montevideú, a uma quadra do Palácio de Governo. Ainda mantém construções antigas no seu em torno.

Fonte: <http://www.google.com.br/images> e Sara Ferreira

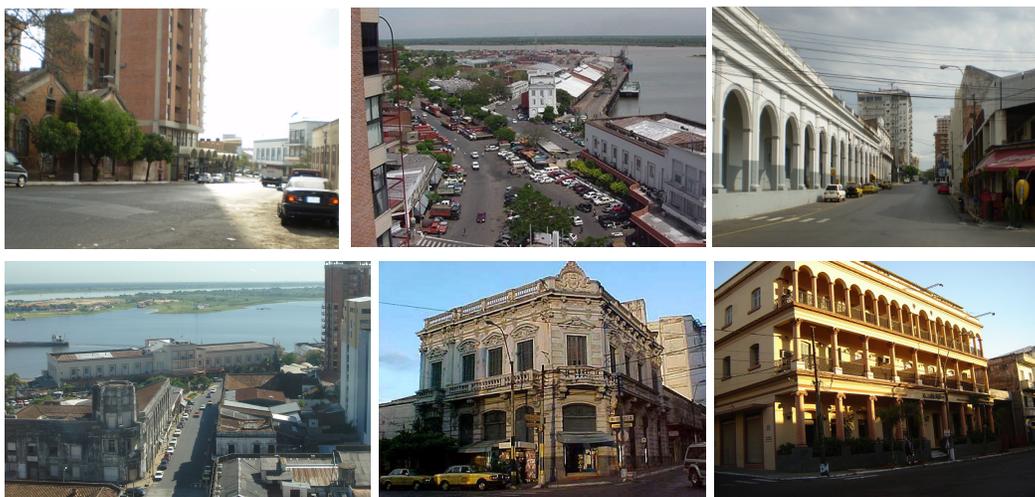


FIGURA 253: Av. Colón, que começa frente ao Porto. Nela pode-se encontrar a Recova, o Marco Polo e o Palácio Patri, entre outros prédios antigos.

Fonte: <http://www.google.com.br/images> e Sara Ferreira

No aspecto habitacional, o projeto contempla dois estilos de propostas de conjuntos habitacionais, estes serão implantados de um lado e outro do passeio costeiro. Por um lado será feita a realocação da população que se encontra atualmente nas zonas afetadas. Este projeto terá como base vivendas de interesse social, contando ademais com espaços recreativos e equipamento comunitário⁵⁵. É importante ter em conta que essa população que será realocada pertence à classe social de baixa renda os pobres. Para trabalhar com essa população propõe-se a criação de um Fundo de Capitalização e Crédito Solidário constituído pelas contribuições das famílias atendidas e revertido para atender seus interesses.

A que se refere à parte ecológica ambiental da área de influência do projeto, encontramos as considerações baseadas em convenções internacionais e leis nacionais.⁵⁶ A área da Franja Costeira, combinada com suas lagoas e córregos, e

⁵⁵ Este teve como plano piloto o conjunto habitacional de interesse social “Pelopincho” no ano 1996

⁵⁶ A Convenção RAMSAR; IRÁN (2-2-1971), Modificada segundo o protocolo de Paris (3-12-1982) e as emendas de Regina (28-5-1987), relativa aos humedais de importância internacional, especialmente como hábitat de aves aquáticas. Lei 1.561/2000 que crea o “Sistema Nacional del Ambiente, el Consejo Nacional do Ambiente e a Secretaría del Ambiente”. Lei Nº 716/96 Penalização de delitos ambientais

corresponde á categoria de brejos segundo a convenção RAMSAR, e caracterizada por conter uma diversidade biológica particular tanto na fauna como na flora as quais se encontram fortemente relacionadas com a água.

Projeto Cidadela

Atualmente em vez do Bicentenário da Independência Nacional, começou a ser elaborado um projeto específico para o centro histórico “Projeto Cidadela”, este se encontrara inserido dentro de outro de maior alcance que é o projeto “Franja Costera”.

Este trabalho ainda se encontra em processo de elaboração e surge da iniciativa da Secretaria Nacional por meio de uma aliança inter- institucional da Prefeitura da Assunção, o Ministério de Obras Publicas e Comunicações, Ministério de Hacienda, Secretaria Nacional de Turismo, a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Emergência Nacional, Administração Nacional de Navegação e Portos, a Direção Nacional de Aduanas, Comissão Nacional do Bicentenário , a Universidade Católica Nossa Senhora da Assunção, a Universidade Nacional de Assunção. Também a Itaipu binacional participa por meio de colaboração que possibilita a assessoria técnica da Fundação Barcelona Media da Espanha.

Por meio dele estão sendo elaboradas diretrizes, que pretendem orientar o processo de recuperação e dinamização da vida dentro do centro histórico. Tendo como motor o conceito de «espaço cultural», onde a tradição e a criação avancem de igual maneira, para poder proporcionar qualidade de vida, coesão social e competitividade. Incentivando por meio do turismo, da economia criativa, da inovação, o processo de reativação da vida nas ruas do centro histórico. As propostas delineadas até este momento do processo buscam: gerar «mudança cultural» que possibilite recuperar a qualidade dos seus espaços públicos. Dessa maneira, introduzir-se no século XXI com uma «identidade própria» o passado o presente e reforçando as possibilidades de futuro que se tem. «Inovar», utilizando o poder democrático da tecnologia para promover o que hoje dá maior valor agregado no campo econômico.



FIGURA 254: Pro posta de intervenção para revitalização do Porto. Projeto Ciudadela .
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

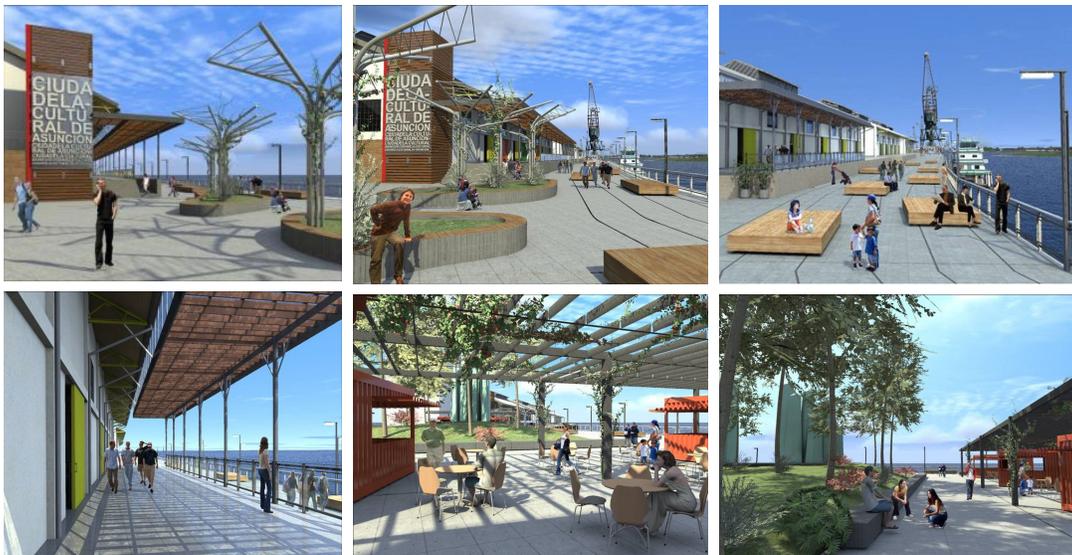


FIGURA 255: Pro posta de intervenção para revitalização do Porto. Diferentes imagens dos espaços internos do porto.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

5 CARACTERÍSTICAS DE POSSÍVEIS CENÁRIOS

Após compreender as principais linhas de intervenção que poderão afetar a área de estudo propriamente será possível elaborar os possíveis cenários tendo em conta os conceitos e casos análogos anteriormente apresentados.

Cenário 1. Intervenção na Paisagem Cultural

Com o desejo de obter “um relacionamento mais digna com as borda do rio Paraguai” e propõe-se a via costeira que estará conformada de passeios e parque, isto implicara essencialmente a realização de aterros que estão sendo projetados em forma de escalonada. Este empreendimento pode resultar favorável desde á possibilidade de circular diariamente por uns espaços de interessante valor paisagístico. Valor que será modificado não só na sua estrutura morfológica como também na qualidade ambiental dos espaços de intervenção. A possibilidade de receber em esse sentido um fluxo veicular de grande porte nos leva a olhar por um lado a situação que enfrente hoje o Porto do Rio de Janeiro com a sua via elevada que afeta seriamente os prédios de valor histórico, pela grande quantidade de veículos que por ai circulam e ao ser uma via rápida de saída e entrada a cidade. As áreas diretamente circundantes perderam valor e poderão passar a conformar, o que Marc Auge explica por meio do céu conceito de “não lugar”, ao mesmo tempo o lugar de todos e lugar de ninguém, lugar de transito e de movimento, que não permite criar identidade nem sentido de pertinência.



FIGURA 256: Imagem de possíveis intervenções que se fundamentam na circulação vial.

Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



FIGURA 257: Relação cidade-rio, por meio da percepção rápida das vias de trânsito.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Cenário 2: Direcionando a realidade ao conceito de gentrificação.

Tendo em conta não só este, mas os outros casos de estudo, a problemática mais grave dessa área central é como em todas as áreas centrais deterioradas, a “População Marginalizada”, assentada neste caso nas encostas do rio e que vive das atividades do centro. Sem dúvidas este é sempre o primeiro ponto a ser solucionado por este tipo de projeto, e no caso de Assunção cada vez que se começam as negociações com este grupo de pessoas e o momento em que todo o projeto volta a ser paralisado. A proposta baseia-se sempre na idéia de retirá-los dos seus lugares de assentamento porque por lá deverá passar a via costeira, e levar-los a outras áreas da cidade ou até para outras cidades. Neste ponto podemos refletir sobre o caso do Pelourinho, onde inúmeras vezes foram retiradas as pessoas por meio de vários mecanismos, e elas voltaram para a ocuparem os lugares que podiam, mesmo em situação de vida ainda mais precária. E por outro lado a ideia de mudança dos grupos sociais tendo em conta o poder econômico muitas vezes resulta em esvaziar ainda mais, porque os projetos elaborados não interessam ao grupo desejado. Dessa maneira uma solução poderia ser a adotada pela cidade de Montevidéu, para a restauração e reciclagem de prédios antigos por meio de associação de moradores, ou de interessados em morar na zona. E no caso de Assunção isso poderia ser feito com os moradores de partes baixas, com subsídio do governo, abarcando assim dois problemas o problema de moradia e o de espaços abandonados, por outro trabalhado com o grande grupo de trabalhadores da área central, que estariam bem interessados em morar mais perto é evitar dessa maneira o traslado a grandes distâncias.



FIGURA 258: A população local de baixos recursos pretende ser translada a outras áreas da cidade. A direita Pro posta de residência para a população de baixa renda.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Cenário 3: Resgate da Memória e da Identidade

Com relação ao “Resgate e acondicionamento do entorno dos edifícios monumentais”. Não só se deverão realizar trabalhos que melhorem morfologicamente estes prédios, mas especialmente devem ser realizados trabalhos que introduzam estes edifícios dentro da vida cotidiana da cidade, envolvendo-os nas diversas atividades da cidadania. Especificamente para nosso caso de estudo que devido à obsolescência de sua função se encontram em um estado de esvaziamento. Entre os casos estudados os trabalhos feitos não chegaram a trazer vida cotidiana a estes prédios, mas continuam sendo objetos musicológicos só conhecidos por turistas, nunca visitados pelos moradores da região. No caso do Rio de Janeiro vale lembrar a proposta da Cidade do Samba que pretende incorporar a essa área um elemento que faz parte da cultura popular da cidade e da zona especificamente, mas que na sua dimensão física não teve muita consideração com a área de inserção. Em Assunção, não temos carnaval nem samba, mas existe uma ampla gama de manifestações culturais como dança, música e teatro que podem ser levadas com mais intensidades a essa zona da cidade, por meio de programas de incentivo, abrindo espaços para escolas e ateliês de expressão artística, a exemplo de uns que atualmente já se encontram ali, como é o Ateneu Paraguaio, o coral Municipal, duas ou três escolas de teatro.



FIGURA 259: Fortalecimento das iniciativas e dos espaços culturais. Prédio do Ateneu Paraguaio e do Teatro Municipal de Assunção, que e sede de varias escolas de arte.

Fonte:

<http://www.google.com.br/images>

Cenário 4: Reativação da economia urbana e sua sustentabilidade.

Pretende-se reativar a economia urbana do lugar e sustentar o Projeto de Franja costeira, por meio da incorporação da zona de condomínios e hotéis de luxo. Neste caso podemos novamente refletir sobre o caso de Porto Madero. Não pode se negar o êxito econômico do empreendimento, mas sem dúvida este êxito é só consumido pelos grandes investidores. A camada média e baixa recebem pouco e nada o alcance desse sucesso, mas sim podem sentir o elemento de contraste que simboliza o lugar. A questão para a Assunção é: tem condições e mercado para expandir este tipo de empreendimento? Caberia ao centro assunceno transformar-se em outro Porto Madero? Tendo em contas as limitações que a própria economia nacional atualmente possui, e a sua característica mediterrânea que fecha as suas fronteiras a mercados muito maiores, esta pretensão poderia acabar em grandes estruturas vazias que iram somente danificar as áreas da borda do rio. Sem dúvida ficaria muito mais interessante o trabalho de Montevideú com as cooperativas de vivendas que estão direcionadas a uma classe média que pode sustentar de forma mais humilde as áreas centrais.

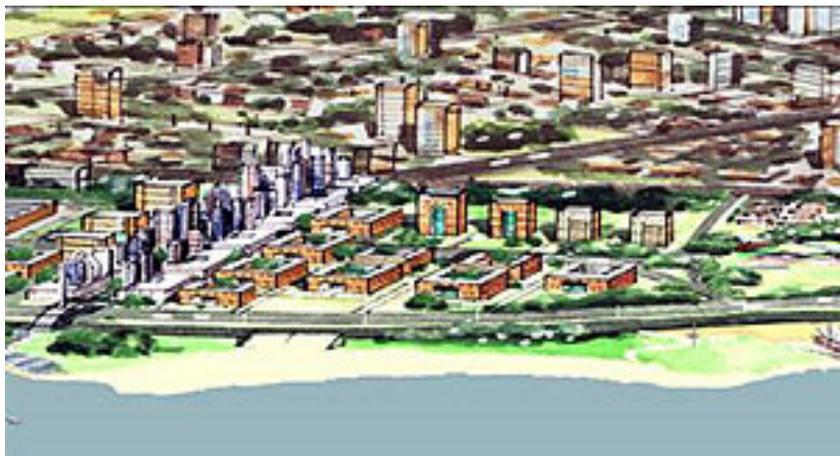


FIGURA 260: Imagem de zona para investimentos para prédios e condomínios de luxo.

Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Cenário 5: Impacto na qualidade ambiental

Este ponto refere-se à ideia de conexão das vias paralelas que saíram da via central e irão se conectar às ruas existentes, introduzindo um fluxo veicular que afetará de forma muito mais forte a qualidade ambiental do centro. Para o caso do Porto isto se torna ainda mais grave por ser a mesma via costeira a que irá se inserir nos espaços urbano correspondentes à rua Colón, afetando dessa maneira o esvaziamento desses lugares ainda mais e condenando-a à decadência total dos seus edifícios. Esta ideia não pode ser encontrada nos casos análogos em nenhum deles. Foi-se planejando a travessar o centro histórico da cidade com vias de trânsito rápido. Isto só deterioraria ainda mais os espaços de caráter patrimonial dentro da cidade. Por outro lado com relação à transformação que pode afetar a reserva natural e sua grande biodiversidade, pode-se olhar para o caso de Porto Madeiro que tendo a reserva natural ao seu lado. Inicialmente este projeto propunha preservar e defender a reserva como elemento importante da paisagem, hoje pode-se ver que o empreendimento ao contrário do que era proposto, dia a dia avança mais sobre este espaço natural, transformando-o e alterando de diversas maneiras sobre toda a biodiversidade ali existente



FIGURA 261: Imagens das várias formas que poderá afetar de a qualidade ambiental do centro histórico e da Bahia de Assunção.
Fonte:
<http://www.google.com.br/images>



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas foi fixado novamente o foco nos centros históricos das cidades, em parte porque se tem compreendido que neles se encontra a parte mais seleta da história de nossos povos, os símbolos mais preciosos, isso sem falar que se pode encontrar lá a mais completa oferta de serviços tradicionais como também a infraestrutura de comunicação. Essas motivações geram uma promissória expectativa, mesmo tendo consciência de que os recursos para novas intervenções em bairros antigos continuaram sendo escassos. (VILLANUEVA; GALLARDO, 2004, p. 28)

Dentro da série de conceitos aplicados a esta análise surge um conceito fortemente aplicado a todos os outros, um conceito que afeta e muda o rumo da visão de mundo do ser humano, que é a “transformação”. E os cenários propostos são só alguns dos vários que podem transformar de forma positiva ou negativa a realidade contemporânea de nossas áreas de caráter patrimonial de nossos centros históricos.

Por meio desses casos podemos observar o constate da reprodução de projetos em nossos países latino-americanos, o que nos leva a continuar perguntando-nos, como fez Antonio Barbosa (2009) – será que estes não seriam uma mistura de antigas práticas monumentais baseadas na contemplação estética cultural das elites culturais com a tendência atual de transformar o patrimônio em novas mercadorias a serem, simplesmente, consumidas?

Cabe entender que no caso do Rio de Janeiro a ideia de recuperar o porto para instalar nele o museu Guggenheim, escritórios, hotéis ou estruturas habitacionais direcionados a uma população de classe alta que favoreçam os investimentos do capital imobiliário,

deverá ter em conta primeiro as condições reais da zona e estabelecer um diálogo e uma série de possíveis soluções em nível econômico, de funções sociais e espaços de ocupação com a camada da classe social mais desprivilegiada e abundante desse lugar. Por outro lado e em contra partida dever-se-á ter em conta a tendência atual de “suburbanização” da classe emergente carioca assentada na Barra da Tijuca. (SEGRE, 2002)

Para poder integrar estes espaços degradados à vida da cidade contemporânea é imprescindível melhorar as condições de vida da população assentada nas imediações, ademais de criar serviços e infraestrutura que também sirva para o resto da população urbana. De modo a realizar um projeto de revitalização de um espaço urbano patrimonial que não deve nem pode ser focado como um simples fato estético e cultural, mas deve ser encarado como um projeto que conjuntamente conta com as instituições que incidem na zona e que irão tratar de resolver os problemas mais imediatos do bairro, problemas que vêm de outras datas, e que muitas vezes são maquiados, mas não desaparecem, pelo contrário vão agravando-se cada vez mais. (BARBOSA, 2009)

Como pretender manter um centro histórico intacto em meio às mudanças do tempo e às transformações sociais de cada época. É importante compreender que todo cidadão quer e sempre buscará melhorar a sua qualidade de vida, de suas residências e do seu bairro como um todo, mas muitas vezes são as condições econômicas do estado ou da região que os empurra a situações precárias que não lhes permite intervir de forma positiva no seu entorno. Como pedir soluções nobres para este tipo de área a pessoas de escassos recursos, que lutam pelas condições básicas de sobrevivência, cabe às autoridades responsáveis e a seus técnicos oferecer condições e possibilidades de gerar intervenções que não prejudiquem a qualidade ambiental do espaço urbano patrimonial e que possam melhorar a qualidade de vida desses cidadãos. Por meio dos resultados desses processos analisados se faz cada vez mais clara a necessidade de gerar opções de intervenção urbana que conte com a participação ativa da população afetada, sejam moradores ou frequentadores do lugar. Pois considerando a forte mobilidade existente na cidade contemporânea, que vive como quem passa por ela interferindo na sua qualidade ambiental e na sua imagem. Considerando dessa maneira que a produção do

espaço urbano não se atém exclusivamente aos marcos institucionais dos governos. A participação cidadã pode ser muito mais aplicada, significando o desejo de intervir, significando ter um sentimento de pertença a um grupo social, à cidade e à vontade de transformar o estado das coisas atuais.

Considerando pertinente refletir no caso de Assunção por meio de algumas ideias expostas por Álvaro Ferreira (2005) para o caso do Porto do Rio de Janeiro:

Acreditamos que seja necessário pensar na utilização da velha zona portuária da cidade, entretanto o atual projeto baseia-se em “fórmulas de sucesso” realizadas em outras cidades mundo afora; o foco encontra-se na atividade turística como mobilizadora dessa área. De fato, os governantes têm “vendido” a cidade do Rio de Janeiro no cenário internacional como algo único, um lugar que reúne a modernidade de uma grande metrópole e as belezas naturais incomparáveis. Entretanto, historicamente os recursos adquiridos através do turismo não têm sido investidos nas necessidades mais prementes dos moradores da cidade, assim é questionável o discurso de que os recursos serão utilizados em benefício de todos. A aplicação dos recursos públicos vem desde muito tempo dirigindo-se aos bairros nobres da cidade.

A ideia de *City Marketing* continua latente nos projetos de intervenção urbana, cada vez mais os governos constroem uma marca de cidade. O sucesso de certas cidades incentiva a outras que tentam copiá-las, porque acreditam que dessa forma atraíam novos investidores, essas atitudes levam-nas a uma homogeneização de formas e conteúdo. Essa realidade já foi apresentada por David Harvey (2005, p. 189) o qual defende que o fortalecimento da competição de mercado entre as cidades produz impactos regressivos na distribuição de renda e na efemeridade dos benefícios trazidos por muitos projetos, que ao concentrarem as forças na espetacularidade e na imagem deixando de lado a essência dos problemas sociais e econômicos pode se revelar deletéria em longo prazo, mesmo tendo obtidos certos benefícios políticos.

Os diversos projetos focam dentro dos seus discursos a defesa dos Centros Históricos, não necessariamente pelo valor simbólico que estes possuem para o seu próprio povo, mas sim considerando o potencial da exploração turística que têm essas áreas. Pois a realidade nos apresenta que o real interesse de fundo é o crescimento imobiliário que trará o aumento dos impostos por meio de empreendimentos como *Shoppings Centers* e Condomínios fechados. (FERREIRA, 2010)

Por meio de uma série de consultores e organizações internacionais são construídos ideários e modelos que consideram que as cidades devem funcionar como empresas no mundo onde as cidades competem entre si, por meio de grandes projetos urbanos de parcerias público-privadas que por meio da recuperação e revitalização dos centros históricos permitam fomentar a produtividade e competitividade das cidades e uma inserção de sucesso no mundo globalizado. Tomando como áreas de investimentos os lugares considerados degradados ou habitados por grupos sociais de baixo poder aquisitivo, entre estes as áreas portuárias. Sendo potenciais lugares de refuncionalização transformando-os em novos complexos de consumo. (FERREIRA, 2010).

Tornar-se competitivo virou sinônimo de ter capacidade de atrair investimentos internacionais, porém para isso são necessárias grandes reformas estruturais para adaptar as cidades às exigências internacionais, o que leva as administrações públicas a assumirem custos altíssimos que são socializados com toda a população. Grande parte dos projetos de revitalização, que alteram as características do lugar criando novas fronteiras urbanas, acaba levando a processos de gentrificação.

Os valores históricos dos imóveis são vistos muitas vezes pelos próprios moradores, pelos promotores imobiliários e pela administração pública como obstáculos para a realização dos projetos, e isto põe em risco a perda de uma parte de nossa história.

A renovação e revitalização das áreas portuárias e de outras com as mesmas características requerem estudos sérios e profundos que foquem com mais severidade a problemática de conteúdo social e a maior articulação e cuidado com as estruturas ambientais circundantes. A possibilidade de uso desses projetos pela população em geral incluídos ricos e pobres permitiria a qualquer proposta fugir da saga tradicional

dos megaprojetos, mas permitiria demonstrar que podem existir outras opções para o usufruto social do espaço urbano independentemente dos agressivos interesses do capital especulativo. (SEGRE, 2002)

As transformações urbanas não se restringem àquelas que acontecem no espaço físico. A valorização dos espaços urbanos comporta aspectos subjetivos e o início do processo de renovação pode não se refletir, de forma extremamente significativa, no ambiente construído, pelo menos em um primeiro momento. (DUARTE, 2005, p.17)

Segundo Ronaldo Duarte (2005), todas as ações de renovação e requalificação de áreas centrais no mundo passam seguidamente a constituir processos de gentrificação, sendo isso fundamental para mudar a percepção dos habitantes da cidade com relação aos espaços centrais, podendo dessa maneira preparar a revalorização residencial desses espaços. Falta-nos imaginação para pode aproveitar os bens dando novos usos sociais que mantenham seus valores simbólicos e sejam autossustentáveis para a sociedade?

Sendo esta uma reflexão sobre a forma de atuar nas áreas fragmentadas e esquecidas das cidades devido à sua obsolescência e deterioração da cidade, e por meio dos exemplos estudados, depois de vários projetos urbanísticos aplicados a essas áreas pode-se compreender que não existe megaprojeto criado por técnicos e expertos que possam dar sustentabilidade a essas áreas se dentro deles não está incluída a realidade, mais latente em nosso continente são as grandes comunidades pobres que se encontram ocupando essas áreas ou morando próxima a elas.

Temos condições de continuar realizando obras como a de Porto Madeiro, que reconhecidamente pelos críticos acadêmicos argentinos constitui a venda de um “estilo de vida” num fragmento de cidade simulacro direcionada para 10% da população com poder aquisitivo restante no país enquanto o restante 90% da população devem absorver os graves problemas econômicos do país.

Será que a solução em nossos países continuará sendo a construção de muros para dissimular a realidade existente, as desigualdades econômicas que ficam ainda mais latentes diante de grandes investimentos para certas zonas privilegiadas da cidade que produzem cada dia, mais fragmentação e deterioração nos seus espaços residuais entre

riqueza e extrema pobreza. Devemos continuar gerando muros que como no caso de Porto Madeiro, foram realizados em torno das torres Le Parc – localizadas em áreas que antes faziam parte da reserva ambiental – de acrílico transparente com a justificativa de permitir a continuidade visual do cidadão comum para a baía, e dessa forma oferecer segurança e exclusividade a quem pode pagar para estar dentro. Ou como no caso da cidade do Rio de Janeiro onde nas suas vias rápidas que passam por várias favelas foram colocados painéis de acrílico fosco ou com desenhos para poder “diminuir a poluição sonora para as comunidades das favelas” que em palavras do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio, Marcelo Freixo, fica mais que clara as intenções deste tipo de ações: “É uma construção para tornar invisível uma parte da cidade que não é tão maravilhosa. [...] o fato é que o prefeito até agora não investiu nessas áreas’. Não será que os projetos de edifícios em altura para a área Portuária do Rio de Janeiro não pretendem ser utilizados com o mesmo fim de servir de painéis urbanos para dissimular a existência dos morros ocupados mais antigos da cidade. E em Assunção entre avenida costeira, cidade histórica e rio, onde irão parar os mais antigos traços urbanos da cidade, que correspondem às suas primeiras formas de ocupação, que ainda se mantêm na Chacarita Alta? Também teremos muros transparentes nos condomínios fechados entre o parque costeiro e o rio, que permitam a continuidade visual do cidadão comum a um lugar no qual ele não poderá acessar?



FIGURA 262: Le Parc, Puerto Madero - Buenos Aires
Fonte: <http://www.google.com.br/images>



FIGURA 263: Linha Amarela, Rio de Janeiro.
Fonte: <http://www.google.com.br/images>

Nossos projetos antes de pugnar por tal o qual tendência, por um conservacionismo extremo ou por uma renovação constante para manter nossas cidades em níveis que

agradem às comunidades internacionais devem estar baseadas na diferença e no respeito da nossa imensa diversidade cultural e racial, pugnar por oferecer uma melhor qualidade a nossos cidadãos seja qual for a classe social à qual pertença, buscar costurar os diversos fragmentos urbanos que foram esquecidos com o tempo, incorporar urbanidade dentro das nossas cidades. Considerar que dentro delas a vida pode continuar seu curso por meio de adaptações e não necessariamente por renovações. Transformando o informal em formal e integrar os fragmentos em diálogos a temporais.

Acreditamos ser necessário reivindicar a função política dos cidadãos, pois toda a vida é política e a transformação somente é possível através da atividade política. É preciso que tenhamos a consciência de que é necessária nossa participação nas questões que dizem respeito à coletividade, é preciso que nos sintamos responsáveis e pertencentes a um grupo social que vive em determinada rua, em determinado bairro, cidade, país. É preciso que sejam criadas formas de participação cada vez mais fortes e que contribuam para construirmos cidades que verdadeiramente representem o desejo dos cidadãos. Mas para isso convém trazer para o debate a questão dos movimentos sociais e para que servem eles. (FERREIRA, 2010; p. 12)

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBADÍE, Lucia; BELTRAME, Pablo; EVIA, Victoria. *Un abordaje antropológico a los vínculos Puerto – Ciudad Vieja en Montevideo*. Montevideu-Uruguai: 1ªEd. “Programa de Apoyo a la Realización de Proyectos de investigación para Estudiantes Universitarios”. Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC) Universidad de la República. 2008. Disponível:
 <http://www.fhuce.edu.uy/jornadas/IIJornadasInvestigacion/PONENCIAS/ABBADIE.PDF> Acesso em: 10/07/2010
- ALVARADO Fuentes, Leticia. *“Identidad Cultural y Centros Históricos, estudio compartido entre Mazatlán y La Habana”*. Facultad Arquitectura de la Universidad Autónoma de Sinaloa. 2003
 Disponível:
 [http://sectur.gob.mx/work/sites/sectur/resources/LocalContent/13578/2/UAS-La recuperacion del centro LAlvarado.pdf](http://sectur.gob.mx/work/sites/sectur/resources/LocalContent/13578/2/UAS-La%20recuperacion%20del%20centro%20LAlvarado.pdf)
 Acesso em: 12/05/2009
- ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Ed. USP, 1998.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Repassando pelo Centro da Bahia (ou Memórias em Tra□nsito) In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo □ história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 71-78.
- ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1993, p. 122.
- ARRUDA, Phrygia. *Patrimônio e Paisagem Cultural. Do jeito às areias de Copacabana*. Rio de Janeiro, 2009.
 Disponível:
 http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2008/palestra_%20phrygia.pdf Acesso em: 20/10/2010
- ASSMAR MAIA, Felícia. *Direito à memória: O patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico*. Belém: Movendo Idéias, v8, n.13, p. 39-42, jun 2003.
 Disponível: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/214.pdf Acesso em: 12/09/2010.
- AUGÉ, Marc. *Los no lugares. Espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona-España: Ed. Gedisa, 2000.
- AZCONA Emilio Luque, e ZANIRATO, Silvia Helena. *“La gestión del patrimonio cultural: políticas de intervención en el Nordeste de Brasil y Andalucía”*. Universidad Pablo de Olavide, Sevilla e Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil, 2005.

Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana>
 Acesso em: 08/04/2010

- AZEVEDO, Paulo Ormino de. El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después (Dossier). In: *Íconos, revista de ciencias sociales. Patrimonio, memoria y regeneración urbana*. Quito: FLACSO sede Ecuador. N 20, p.45-52. Set/2004.
- BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México- D.F.: Fundo de cultura econômica, 1976.
- BARRETO SILVA, Helena Menna. *Introdução*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo - SP Ed. Annablume. 2006. p. 7/ 19.
- BARBOSA, Diana. Quilombolas Urbanos Pedra do Sal e Sacopã / RJ : Território como Construtor de Identidades. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. *Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e esperanças. Espaços de diálogos e práticas*. Porto Alegre: Associação de Geógrafos Brasileiros, 2010, p. 1-11.
- BELTRAMI, M.: *El monumento histórico a través del tiempo: antecedentes y orígenes*, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, mayo 2010.
 Disponível: www.eumed.net/rev/cccss/08/mb.htm
 Acesso em: 14/05/2010
- BERDÍA, Adriana; ROLAND, Patrícia. *El Centro Histórico de Montevideo: de la iniciativa social al liderazgo institucional*. Centro-h, Revista de la Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos. No. 2, p. 113-119. Diciembre 2008
- BERENSTEIN JACQUES, Paola. *Do especular ao espetacular*.
 Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.042/3156>
 Acesso em: oct-2010
- BENAVIDES CUETO, Leopoldo. *Recuperação de Centros Históricos: O desafio da sustentabilidade urbana. Proposta de indicadores de desenvolvimento urbanos sustentável*. Universidad Politécnica de Cataluña.
 Disponível: http://www-cpsv.upc.es/tesines/resummaus_benavides.pdf
 Acesso em: set-2010
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo, Perspectiva, 1994, p.114-122.
- BERTONCELLO, Rodolfo. *El Puerto Madero de Buenos Aires. El turismo como objetivo y como estrategia*.

Disponível: http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=71&bibliografia=1&#bibliografia_ancora

Acesso em: 15/05/2009

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Ed. Annablume. São Paulo - SP. 2006. p. 21/57
- BONILLA, Francisco. *El Centro Histórico de Montevideo*. In: CARRIÓN, Fernando (Org.). *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito-Ecuador. UNESCO/FLASCO, p.157-175. 2001
- BOMFIM, Juarez Duarte. *Innovación y renovación urbana. El caso del centro histórico de Salvador-Bahía en Brasil*. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: N°6, Agosto-2000
Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-67.htm>
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Uma Proposta de Valorização do Centro de Salvador*. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 93- 107.
- CAMACHO, Elizabeth (org.). *“Análisis de la situación actual del Centro Histórico de la Ciudad de Asunción”*. Ed. Convenio Banco Internacional de Desarrollo (BID) y Facultad de Arquitectura Universidad Nacional de Asunción (FAUNA).Asunción-Paraguay. 2005
- CARRIÓN, Fernando. "Los centros históricos en la era digital en América Latina" *Ciudades Translocales. Espacios, Flujo, Representación*. Ed. Rossana Reguillo y Marcial Godoy Anativia. Ciudad de México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), 2005.85-108.
Disponível: http://works.bepress.com/fernando_carrion/78
- CARRIÓ, Fernando (Org.) *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito. FIASCO, sede Ecuador. 2001
- CASTELLS, Manuel. *La era de la informatización. Economía sociedad y cultura, fin de milenio. Un tiempo de cambio*. 4ta Ed. en español. Siglo XXI editores S.A. México D.F. / Buenos Aires – Argentina. 2004
- CHASE, Beatriz; e CAUSARANO, Mabel. *Asunción. Análisis histórico ambiental de su imagen urbana*. Ed. El Lector. Asunción-Paraguay. 1987
- CHOAY, Françoise. *“A alegoria do patrimônio”*. São Paulo. Estação Liberdade. 2006.
- CRISTALDO, Juan Carlos; SILVERO, Lorena. *La Región Metropolitana de Asunción. La gestión de una urbanidad incompleta*. São Paulo. 126.06ano 10,

nov 2010. Disponível:

□ <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.126/3650> □.

Acesso em: 20-11-2010

- DELGADO Dopazo, Maria del Huerto. *Las áreas centrales de Montevideo: en procura de una revitalización integral*. Boletín del Instituto de la Vivienda. Ano/Vol. 19, número 051. Universidad de Chile, Santiago-Chile. Agosto, 2004.
- DIAZ PARRA, Ibán. *Gentrificación y clase social. La producción del gentrificador*. Departamento de Geografía Humana. Universidad de Sevilla. 2004
Disponível: □ http://www.laciudadviva.org/.../Gentrificacion_y_clase_social._La_Produccion_del_gentrificador.pdf-157d408337ee53fa4bc189b4a7cd96ea.pdf □
Acesso em: 10/09/2010
- DODEBEI, V.(Org.). Memória, circunstância e movimento. In: O que é memória social? Rio de Janeiro, 2005.
- DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do rio de janeiro e suas perspectivas. *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografía y Ciencia Sociales*. Barcelona: Vol. IX, núm. 194 (44), agosto- 2005.
- DOS SANTOS, Carlos Nelson F.(org.). “*Quando a rua vira casa*”. São Paulo. 3 ed. Projeto Editores Associados –IBAM/FINEP, 1985.
- FILGUEIRAS, Marco Aurélio A. de Gomes, e FERNANDES, Ana. “*Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural*”. Professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Pelo Pelô, história, cultura e cidade. 1995
- FRANCO, Ângela. Não Só de Referencia Cultural (sobre) vive o centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo* □ *história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 31-46
- GARRETA, Mariano Juan. “Espacio Cultural Contemporáneo: Una reflexión sobre la diversidad multiétnica en la sociedad democrática”
Disponível: <http://www.oei.es/cultura4.htm#debate>
Acesso em: 14/05/2010
- GARCÍA Espinosa, Salvador. *Centros históricos ¿herencia del pasado o construcción del presente? Agentes detonadores de un nuevo esquema de ciudad*. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Scripta Nova, Vol. IX, núm. 194 (39), 1 de agosto de 2005.
Disponível: □ <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-39.htm> □
Acesso em: 14/05/2010
- GIMÉNEZ, Gilberto. La cultura como identidad e identidad como cultura. Instituto d Investigaciones Sociales de la UNAM. 1998

Disponível: http://www.oei.es/cultura/diversidad_cultural.htm
 Acesso em: 15/04/2010

- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo* □ *história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 47-58
- GONZÁLEZ, María Jesús González. *A sustentabilidade dos Centros Históricos nos albos do século XXI*. Universidade de Leão. 2006. Disponível: □ <http://revistas.ucm.es/ghi/02119803/articulos/AGUC0606110049A.PDF> □
 Acesso em: 05/07/2010
- GUTIERREZ, Ramón. “*Evolución urbanística y arquitectónica del Paraguay, 1537-1911*”. Ediciones Comuneros. Asunción-Paraguay. 1983
- GUTIERREZ, Ramón. *Arquitetura Latino-America*. Textos para a reflexão e polemica. São Paulo: Ed. Nobel.. 1989
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editor. 2006
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro. Ed. Casa da Palavra. 2005
- LAURÉS SEOANE, Maria Luiza. *Del concepto de Monumentos Históricos al de Patrimonio Cultural*. Ciencias Sociales. Universidad de Costa Rica. 2001
 Disponível: □ <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/153/15309411.pdf>
 Acesso em: 12/04/2010
- LATERZA RIVAROLA, Gustavo. *Historia del municipio de asunción desde sus comienzos hasta nuestros días*. Ed. Municipalidad de Asunción. Asunción-Paraguay. 1995
- LOS EMPRENDIMIENTOS en el área de Puerto. El daño más temido. **Arquimaster**. Buenos Aires: 2010.p.2
 Disponível: □ <http://www.arquimaster.com.ar/critica/arqcrit12.htm> □
 Acesso em: 05/07/2010
- LUNA, Félix; LARIVIÈRE , Felisa. *Puerto Madero. Reseña Histórica*. Buenos Aires: Eds. Larivière, 1999.
- MAGALHÃES, Sérgio. Para o Rio, o futuro é hoje. *Minha Cidade*, São Paulo, 11.123, Vitruvius, out 2010 Disponível:
 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.123/3608>>. Acesso em: 10-11-2010

- MASSEI, Roberto. *Do direito a memória*. Disponível:
 <http://www.avesso.net/memoria.htm>
 Acesso em: 23/09/2010

- MARTÍN, Marcelo. *Autenticidad*. Boletín de Interpretación N°9. P.24. Disponível: <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/boletin/index.php>
 Acesso em: 02/06/2010

- MENDES ZANCHETI, Silvio; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Favio; LIRA, Flaviana; PICCOLO, Rosane. Da autenticidade das cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade. Textos para a discussão V° 28, Série 3- *Identificação do Patrimônio Cultural. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada*. Olinda, set.-2008. Disponível: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo> Acesso em: 10/03/2010

- MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação. Cenários para o Porto de Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora UNESP / ANPUR. 2004

- OLIVEIRA E CUNHA, Maria Luisa. *A intervenção na cidade existente*. Ed. Millenium online. N° 13. Instituto Politécnico de Viseu - Portugal janeiro/1999
 Disponível: http://www.ipv.pt/millenium/pers13_6.htm
 Acesso em: 04/07/2009

- PEIXOTO, Paulo. *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*
 Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>
 Acesso em: 14/04/2010

- PELEGRINI, Sandra. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. São Paulo: Revista Brasileira de História, janeiro/junho, ano/vol. 26, numero 051. Associação Brasileira de História,

- RODRIGUEZ, Camila. *Identidade Latino-Americana: pensadores do século XIX*. 2008.
 Disponível: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=445>
 Acesso em: 04/07/2009

- RODRIGUEZ, Mariángela. *Cultura Popular – cultura de masas. Espacio para las identidades*. Estudio sobre las culturas contemporâneas, ano/vol. IV, número 012, p. 151-163. Universidade de Colima, Colima-México. 1991
 Disponível: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/316/31641208.pdf>
 Acesso em: 04/07/2009

- RODRIGUES, João Jorge. O Olodum e o Pelourinho. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo* □ *história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 81- 90.
- ROMERO José Luís; ROMERO, Luis Alberto. *Buenos Aires, historia de cuatro siglos*. Buenos Aires: Editorial Abril. 1983.
- RUBIANI, Jorge. *Paraguayé..* Asunción-Paraguay. Ed. Artemis, 1998
- RUBIANI, Jorge. *Postales de la Asunción de antaño*. Ed. Internacional. Asunción-Paraguay.2002
- SABATE, Alberto Federico. *Desarrollo local en áreas metropolitanas*. Modulo 9 del curso de Pos-grado. Nov-2000 Disponível: □ www.urbared.ungs.edu.ar/ □ Acesso em: 12/06/2010
- SANSONE, Lívio. O Pelourinho dos Jovens Negro - Mestiço de Classe Baixa da Grande Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo* □ *história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 59-70
- SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. O Centro Histórico de Salvador: uma agenda de questões. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo* □ *história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 47-58
- SANT´ANNA, Marcia. El Centro Histórico de Salvador de Bahía: paisaje, espacio urbano y patrimonio. In: CARRIÓN, Fernando(Org.). *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito- Ecuador: UNESCO/FLASCO, 2001, p.177-197.
- SANTOS, Milton. Salvador: Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). *Pelo Pelo* □ *história, cultura e cidade*. Salvador: Ed. EDUFBA, 1995, p. 11-29.
- SEGRE, Roberto. El Puerto de Rio de Janeiro, titubeos, realismos y formalismos. *Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales*. Madrid: N°131. 2002, p.53-62.
- SOJA, Edward. *Postmetropolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Edición en Español.Madrid. Editora Traficantes de sueños. 2008
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local a “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação as políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Ed. Annablume. São Paulo - SP. 2006. p. 7/ 19
- TRIER, Mijal. Ciudad Vieja de Montevideo. Procesos de transformación en un barrio portuario. Universidad de Hamburgo. 2004

Disponível: http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2004/articulo04_19.pdf

Acesso em: 12/04/2010

- TROTIÑO Vinuesa, Miguel Angel. *Centro Histórico, intervenciones urbanísticas y análisis urbano*. Anales de geografía complutense. Ed.Comp.- N° 11, 25-48 Madrid, 1992.
- VARGAS, Helena Comin, DE CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos. Objetivo, estratégias e resultados*. Barueri, SP :2 ed. Manole 2009
- VERÓN, Luis. *Asunción recuerdos de entrecasa*. Ed. Municipalidad de Asunción. Asunción- Paraguay.1998
- VERÓN, Kathya Lorena. *Adecuación de espacios físicos para el desarrollo de actividades ciudadanos que conlleve a la consolidación y/o recuperación de habitar en el sector del Puerto de Asunción*. 2007. 80f. TFG.- Facultad de Arquitectura e Artes, Universidad Nacional de Asunción.2007.
- VENTURINI, Eduardo J., *El uso turístico del patrimonio en los centros históricos urbanos*. Instituto del Ambiente Humano. Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Universidad Nacional de Córdoba Argentina - 2005.
Disponível: <http://www.cicopar.com.ar/congreso/q-venturini2.htm>
Acesso em: 14/06/2010
- VILLA, María J. *El periodismo cultural. Reflexiones y aproximaciones*. Escuela de Ciencias de la Información. Universidad Nacional de Córdoba Argentina Revista LATINA de Comunicación Social. La Laguna (Tenerife) - junio de 1998 - número 6.
Disponível:<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/83mjv.htm>
Acesso em: 19/04/2010
- ZAPATA-BARRERO, Richard. *Multiculturalidad e inmigración*. Madrid: Ed. Síntesis. 2004
- ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder*. Cidadania. RJ: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), n° 24, 1996, p. 205